

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS CORTADORES DE CANA ANTE O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO

Autor: José Maria Nova da Costa Neto

Brasília, março de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS CORTADORES DE CANA ANTE O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO

Autor: José Maria Nova da Costa Neto

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título acadêmico de Mestre em Sociologia.

Brasília, março de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Dissertação de Mestrado

OS CORTADORES DE CANA ANTE O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO

Autor: José Maria Nova da Costa Neto

Orientador: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso

Banca: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso(SOL/UnB)
Prof. Doutor Manoel Pereira de Andrade (FAV/UnB)
Prof. Doutor Danilo Nolasco Cortes Marinho (SOL/UnB)

Bendito e louvado seja,
Nosso Senhor da Pobreza.
Se o pobre não trabalhar,
O rico não tem nobreza (Citado por Martins, 2011: 70)

AGRADECIMENTOS

Como ressaltado por José Graziano da Silva (1981), o formalismo acadêmico impõe que assinemos alguns trabalhos sozinhos, ainda que a produção de conhecimento seja algo coletivo. Agradeço a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização dessa dissertação.

Agradeço a Deus, que criou o homem, a mulher, o amor e a compaixão, que foram essenciais para a realização desse trabalho.

Agradeço especialmente aos meus pais que, em razão da crença da importância da educação, possibilitaram-me somente estudar por vários anos de minha vida, em um país que esse direito ainda é considerado privilégio para poucos.

Também não posso deixar de agradecer a minha esposa Fabiana e ao meu enteado Henrique, que entraram em vida durante esse processo de obtenção do título de Mestre e enriquecem o sentido de viver diariamente.

Agradeço ao meu orientador Sadi Dal Rosso, que reúne o entusiasmo de um jovem professor e a experiência de vários anos de magistério. Orientando de forma pragmática e acalmando o orientando desorientado, salvando mais um que estava se afogando nessa árdua tarefa de concluir o mestrado.

Nessa caminhada para o mundo acadêmico, agradeço ao professor Eurico Santos, cujas aulas de Teoria Sociológica Clássica me despertaram de forma decisiva o interesse sociológico. Também sou muito grato ao professor Marcelo Rosa, que durante o período em que me orientou propiciou importantes mudanças de paradigma na minha perspectiva acadêmica.

Aos membros da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia, Paula, Patrícia e Leonardo, sempre dispostos a orientar e ajudar os estudantes em suas necessidades. Ao professor Fabrício Neves, que dirige o programa com tranquilidade e seriedade, sempre aberto ao diálogo e disposto auxiliar membros do programa.

Não poderia esquecer também dos trabalhadores rurais e das pessoas que participaram da pesquisa. Sem querer ser injusto, agradeço especialmente a Gilmar, Rosina e sua família, José Roberto, que além de me auxiliarem de forma decisiva para

a realização dessa dissertação, tornaram-se amigos e acolheram-me durante minhas visitas a Carmo do Rio Verde.

Também gostaria de agradecer a Victória, Cesar, Wermeson, Maria, Luana, Sabrina e Lucas que me ajudaram na tarefa de transcrever as entrevistas realizadas e, dessa forma, contribuíram de forma determinante para a conclusão da dissertação no prazo.

Por último, mas não menos importantes, agradeço aos meus amigos que sempre me incentivaram nessa árdua tarefa de concluir o mestrado. Entre esses amigos, destaco Leonardo Formiga, Daniel Bonatti, Carla Vizzotto, Niara Martins, Leopoldo Cunha, Rosana Guenka, entre outros que de uma forma ou de outra contribuíram para conclusão dessa dissertação.

RESUMO

A expansão da lavoura canavieira para o estado de Goiás, no interior do Brasil, é um fenômeno relativamente novo. Em uma região de ocupação territorial recente, Carmo do Rio Verde, os moradores da localidade vivenciaram a rápida expansão da agroindústria canavieira a partir da década de 2000. O desenvolvimento da lavoura canavieira alterou as relações existentes no campo, e muitos meeiros passaram a ser trabalhadores assalariados. Além das pessoas da região, a necessidade de grande quantidade de mão-de-obra incentivou um novo fluxo migratório, principalmente, do Nordeste para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Essa grande quantidade de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar demandada no período de expansão da área de canaviais vem sendo de forma célere substituída pelas máquinas. Muitos trabalhadores são descartados e têm que buscar outras estratégias de sobrevivência muitas vezes em outras regiões; os que permanecem na atividade canavieira têm menos condições de resistir às imposições da empresa, também reclamam que as canas boas, plantadas em terrenos planos, são todas colhidas pelas máquinas; a atividade, que já era árdua, torna-se ainda mais extenuante. A dificuldade social criada pela mecanização da colheita não é algo natural e irrefutável, mas se percebe mais uma vez um processo de modernização em que as condições dos trabalhadores são objetivamente desconsideradas. Entre as condições objetivas dos trabalhadores, destacam-se o contrato de trabalho temporário, o salário por produtividade, os acidentes de trabalho, o desgaste físico. Entre as condições subjetivas, sobressaem-se a insegurança acerca do futuro, o medo de perder o emprego, a sensação de impotência ante o processo de mecanização, a esperança de trabalhar em outra atividade na usina.

Palavras-chave: trabalhador rural; cortador; boia-fria; volante; cana-de-açúcar; mecanização da colheita.

ABSTRACT

The expansion of sugarcane farming to the state of Goiás, in the Brazilian hinterland, is a relatively new phenomenon. In Carmo do Rio Verde, a recent territorial occupation region, local residents have experienced a boom in the sugarcane agroindustry since the 2000s. The development of sugarcane plantations has reordered the relationships in the countryside, and many sharecroppers have become employees. Also, due to an increasing need of labor force on sugarcane harvest season, a new migratory flux towards the city has been triggered. Most migrants are from the Northeast. The huge amount of workers demanded in the period of expansion of sugarcane fields has been rapidly replaced by machines. Many workers are discarded and have to seek new survival strategies, often in other regions. Those who remain are less able to withstand the firm's imposition; they also complain that the easiest sugarcane to cut, sown in flat lands, are harvested by machines. Hence, manual harvest, which was already hard, becomes even more exhausting. Social problems arising from mechanized harvest of sugarcane is not something natural and irrefutable, but the modernization process that ignores workers' conditions is once again taking place. Among worker's objective conditions, temporary employment contracts, payment for production, labor accidents, physical exhaustion must be highlighted. Among subjective conditions, insecurity about future, the fear of losing their jobs, the feeling of impotence before mechanization process, the hope of working in other sector in the sugarcane agroindustry must be emphasized.

Key words: rural worker; sugarcane cutter; sugarcane; mechanized harvesting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Itinerário de Brasília a Carmo do Rio Verde	30
Figura 2: Mapa do estado de Goiás	35
Figura 3: Foto de Carmo do Rio Verde realizada pelo autor	45
Figura 4: Foto da usina realizada pelo autor	46
Figura 5: Mapa de Carmo do Rio Verde	47
Figura 6: Foto do canavial após o corte realizada pelo autor	60
Figura 7: Foto de tanque de vinhaça realizada pelo autor	64
Figura 8: Foto de canal de vinhaça realizada pelo autor	66
Figura 9: Foto de bomba de irrigação realizada pelo autor	66
Figura 10: Foto de carretel de irrigação realizada pelo autor	67
Figura 11: Foto de irrigação realizada pelo autor	68
Figura 12: Foto de canavial realizada pelo autor	70
Figura 13: Foto do carregamento da cana realizada pelo autor	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I – PEGANDO ESTRADA	17
1.1 ANTES DA ESTRADA: CONSIDERAÇÕES	17
1.2 SAINDO DE BRASÍLIA	28
1.3 ESTRADA TEÓRICA	35
1.4 CARMO DO RIO VERDE	44
II – PROCESSO PRODUTIVO E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	49
2.1 A DINÂMICA DA PRODUÇÃO NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO	49
2.1.1 UMA PERSPECTIVA GERAL	49
2.1.2 EM CARMO DO RIO VERDE	55
2.1.2.1 OS TRABALHADORES	60
2.2 A DIVISÃO DO TRABALHO NO CAMPO	63
2.3 O SINDICATO: HISTÓRIA E A SITUAÇÃO ATUAL	74
III – O CORTADOR E A MECANIZAÇÃO	79
3.1 O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DA COLHEITA	79
3.2 ESSE ANO ESTÁ PIOR	84
3.3 O TRABALHADOR RURAL – PERFIL DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS	90
3.4 A REMUNERAÇÃO	93
3.5 A ROTINA DESSES TRABALHADORES	95
3.6 ACIDENTES E ESTAFA NO CAMPO	97

3.7 A PERCEPÇÃO ACERCA DO EMPREGO	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXO 1	145
ANEXO 2	147

Introdução

A grande quantidade de usinas sucroalcooleiras em construção ou em fase de projeto, a importância da cana-de-açúcar ao longo da nossa história para a formação econômica e social do país e a crescente atenção internacional ao uso do etanol são os principais motivos para elaboração desta dissertação.

Apesar de existirem ciclos de otimismo e pessimismo acerca da produção da cana-de-açúcar, percebe-se a tendência da cana-de-açúcar continuar a ocupar papel de grande destaque na economia, principalmente, nas cidades que baseiam suas economias na agricultura. O crescente interesse pelo uso do etanol como fonte de energia renovável pode ser comprovado na realização de conferências, por exemplo a Conferência sobre Biocombustíveis que ocorreu, em novembro de 2009, em São Paulo e no discurso do Presidente Lula na abertura da 46ª Assembleia Geral da ONU ao afirmar a importância dos biocombustíveis. Embora o entusiasmo acerca do etanol, durante o governo Lula, não tenha se concretizado, a agroindústria canavieira permanece em expansão.

Atualmente, uma medida que aparece como importante ao ajuste fiscal pode incentivar o crescimento da demanda por etanol. No início do ano de 2015, o governo restabeleceu Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente Sobre as Operações Realizadas com Combustíveis (Cide-Combustíveis), tributo previsto no § 4º do artigo 177 da Constituição Federal, que aumenta o preço da gasolina e, conseqüentemente, aumenta a demanda por etanol. Sobre o pretexto de aumentar a arrecadação, para superação do desequilíbrio fiscal, algumas pessoas, entre essas a ministra Kátia Abreu, defendem a elevação da alíquota da Cide-Combustíveis de forma considerável. Logicamente essa medida deve ocasionar o aumento da demanda por etanol. Além desse importante “incentivo” governamental ao setor, a resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima) aumentou o percentual de mistura de etanol a gasolina C de 25% para 27%.

Percebe-se que a produção da cana-de-açúcar no Brasil tem grande relevância na atualidade, principalmente em razão de seus dois principais derivados: açúcar e etanol. Mas a importância dessa atividade não é recente, como ressalta o pensador Gilberto Freyre: “Durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar” (Freyre, 1961: 9).

A análise de Gilberto Freyre possui como foco a atividade canavieira no Nordeste, principalmente no período de constituição do país. Na atualidade, pode observar-se a expansão do cultivo da atividade em larga escala para regiões que outrora possuíam a pecuária e produções de outras culturas. Essa expansão e a tendência de investimentos da cana-de-açúcar são registradas por Francisco Alves: “(...) em primeiro lugar, na concentração dos investimentos na região do oeste paulista, sul de Minas Gerais e leste de Goiás e Mato Grosso” (Alves, 2007: 29).

Obviamente, essa expansão da atividade canavieira para outras regiões está relacionada ao progresso técnico da agricultura, como a incorporação de fertilizantes, canais de irrigação e de drenagem e máquinas ao processo produtivo. Como relatado na literatura, no processo produtivo da cana-de-açúcar, diversas atividades encontram-se completamente mecanizadas. No entanto, existem algumas atividades que ainda dependem da habilidade manual do homem. Entre essas atividades, destaca-se o corte da cana. Ainda é comum que a colheita da cana-de-açúcar seja realizada por milhares de trabalhadores que cortam milhares de quilos de cana todos os dias. No entanto, esses trabalhadores enfrentam na atualidade um rápido processo de mecanização da colheita.

Como se nota na história do país, a preocupação com o crescimento econômico e progresso é recorrente; muitas vezes, porém, a discussão sobre os indivíduos que participam desse processo é protelada. Hoje, percebe-se o crescimento da produção da cana-de-açúcar e da mecanização de sua colheita, porém, observam-se relativamente poucos estudos recentes que enfatizem a análise nas figuras liminares que participam desse processo de expansão das regiões produtoras.

Essa percepção incentiva a realização dessa dissertação, com intuito de descrever os atores inseridos no processo de produção da cana-de-açúcar. Francisco de Oliveira afirma acerca da expansão do capitalismo, processo em que está inserido a expansão da agroindústria canavieira que:

(...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo as relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (Oliveira, 1988: 36)

Pretende-se descrever a produção agrícola da agroindústria canavieira, com ênfase no trabalhador denominado pela literatura como boia-fria, na usina sucroalcooleira de Carmo do Rio Verde e na sua região de influência, com foco nas

idades que possuem sua economia historicamente baseada na agricultura e pecuária, mas recentemente alteraram o perfil da produção agrícola, em razão do aumento do plantio da cana-de-açúcar. A região escolhida é a que destina sua produção para a Usina CRV- Carmo do Rio Verde.

A ênfase no trabalhador boia-fria que ainda hoje é figura presente em inúmeros canaviais é interessante, pois como relata Dawsey (2013) a imagem do boia-fria seduziu, depois quase desapareceu, perdendo espaço na academia para discussões acerca do Movimento dos Sem-Terra. Além disso, desde a década de 1980 há uma expectativa que o boia-fria desaparecerá, no entanto, esse personagem continua a existir, resistindo e fazendo parte do processo de industrialização da agricultura (Silva, 1993). Indissociável da questão do trabalhador rural, surge a questão do migrante:

a categoria social trabalhador rural está permanentemente em movimento. Mas essa itinerância não é uma limitação do trabalhador rural ou mera fuga de depressões econômicas circunstanciais. Ela é engendrada, construída no próprio processo histórico de apropriação da terra, da força de trabalho e dos excedentes da produção agrícola familiar. Ou seja, não é um acidente de percurso, e sim, um instrumento do qual se lança mão na hora que convém. (Pessoa, 2009: 175-176)

Como ressaltado por Dawsey (2013), embora esquecido, o trabalhador volante foi imprescindível no processo de expansão da atividade canavieira. Alves (2007) afirma que a colheita e o carregamento da cana-de-açúcar são o último elo no processo do progresso técnico da produção do açúcar e do etanol a ser mecanizado. Acreditava-se que essa modernização perversa (Alves, 1989), que causaria desemprego de milhares de trabalhadores volantes, ocorreria de forma irremediável até o início do século XXI; no entanto, em 2015 ainda existem milhares de trabalhadores que trabalham no corte da cana-de-açúcar. Na atualidade, mais por questões ambientais e econômicas do que por questões relacionadas aos trabalhadores, o processo de mecanização da colheita intensifica-se: máquinas substituem milhares de cortadores. Ante esse cenário, objetiva-se compreender como se insere esse trabalhador no processo produtivo, quais são as origens desses trabalhadores, suas angústias, condições de vida, aspirações e percepções acerca do processo produtivo. Para conseguir analisar esse complexo produtivo e a condição dos trabalhadores do corte ante o processo de mecanização, pretende-se organizar essa dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo se pretende levar o leitor para uma viagem. O título do capítulo é “Pegando Estrada”, porém não se trata de pegar a estrada apenas

literalmente, mas também em termos intelectuais. Nesse capítulo descrevemos a partida de Brasília em direção a Carmo do Rio Verde, cidade localizada no interior de Goiás, próxima a conhecida cidade de Ceres, que foi a primeira Colônia Agrícola Nacional do país fundada na década de 1940, durante o Estado Novo. No entanto, para o pesquisador chegar a Carmo do Rio Verde há uma longa estrada intelectual, que se deseja elucidar para os leitores. Nessa viagem intelectual, pretende-se de forma sucinta abordar como o pensamento acerca do mundo rural foi construído na literatura. Essa abordagem apenas tratará de uma parte da literatura, em razão dela ser de fato muito extensa. Nessa parte, pretende-se contextualizar os leitores acerca das discussões que possibilitaram a elaboração dessa dissertação dentro da academia. Após essa jornada intelectual, far-se-á uma descrição da história do município de Carmo do Rio Verde, da constituição da usina, da expansão da produção canavieira e do atual processo de mecanização de todas as fases do processo produtivo do etanol e do açúcar. Acredita-se que esse capítulo seja de grande relevância, por ressaltar a posição de onde o pesquisador parte, a gênese da produção sobre o conhecimento acerca do mundo rural no país e a história de ocupação da região. Esses elementos articulam-se com elementos abordados nos capítulos posteriores para tentar dar conta da dupla dimensão do processo social e são essenciais para a percepção, a concepção e a experiência prática da pesquisa.

No segundo capítulo, “O processo produtivo e a organização dos trabalhadores”, pretende-se continuar a viagem iniciada no capítulo anterior, mas deixar-se-á o dinamismo da estada e da atividade intelectual para se aprofundar no dinâmico processo produtivo do complexo sucroalcooleiro. Embora o foco do trabalho seja os trabalhadores que trabalham no corte da cana, nessa parte far-se-á uma detalhada descrição das outras atividades que são desenvolvidas no campo. Depois de descrito o processo produtivo, descrever-se-á o perfil desses trabalhadores, por uma questão prática, os dados usados foram coletados apenas entre os trabalhadores sindicalizados. Por meio dessa análise, pretende-se ter indicação da naturalidade desses trabalhadores e abordar a migração. Além dessas questões, também se tratará da organização dos trabalhadores, com esse intuito apresentar-se-á a história do sindicato dos trabalhadores rurais, o acordo coletivo e a dinâmica de construção desse acordo coletivo, por meio de relatos de dirigentes sindicais. Em razão do atual processo de seção do sindicato, também descreveremos um fenômeno recente que acontece em Carmo do Rio Verde, que é a formação de dois novos

sindicatos um ligado à agricultura familiar e outro aos trabalhadores assalariados rurais.

No terceiro capítulo, “O cortador e a mecanização”, analisar-se-ão as entrevistas realizadas com os cortadores de cana, para que os leitores conheçam de perto quem são esses heróis do complexo agroindustrial canavieiro. Por meio das entrevistas realizadas e das observações do pesquisador, tentar-se-á compreender o cotidiano desses trabalhadores. Como ressaltado por Lefebvre, o tempo vivido é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade desses trabalhadores (Martins, 1998a: 5), no atual processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar, as contradições decorrentes do processo de reprodução do capital aparecem recorrentemente no cotidiano desses trabalhadores. Apresentar-se-ão essas contradições que fazem parte do cotidiano desses trabalhadores. Como a ênfase da dissertação é o cortador de cana ante o processo de mecanização, demonstrar-se-á como é a relação de emprego desses trabalhadores, o salário desses trabalhadores, as angústias que existem nesse período de incertezas. Por meio dos elementos apresentados nesse capítulo e nos anteriores, demonstrar-se-á que o processo de modernização agrícola, que no corrente período ocorre por meio da mecanização da colheita, acontece de maneira que não melhora as condições de vida dos trabalhadores. A mecanização diminui a capacidade de resistências dos trabalhadores, torna um trabalho penoso ainda mais árduo e aumenta as incertezas acerca do futuro desses trabalhadores que em alguns casos, além da saúde, perdem as vidas nos canaviais.

1 Pegando Estrada

1.1 Antes da estrada: considerações

Essa dissertação de mestrado tem alguns objetivos. Afirma Walter Benjamin “antes, pois, de perguntar qual é a posição de uma obra literária em relação às relações de produção da época, gostaria de perguntar: qual é sua posição dentro dessas relações?” (2012: 131). Dessa importante pergunta surgem dois objetivos desse projeto. O primeiro objetivo é, por meio da prática, aprender a realizar pesquisa, conhecendo as dificuldades e as estratégias de superação que só podem ser vivenciadas na práxis investigatória. O segundo objetivo que também deve ser evidenciado é a obtenção do título de mestre.

É válido ressaltar o segundo objetivo por uma questão de sinceridade intelectual, mas também por revelar que há tempo e recursos escassos para pesquisa e por demonstrar que o pesquisador está tentando ingressar em um mundo acadêmico estabelecido. A ciência do primeiro objetivo será essencial não só para a pesquisa proposta, mas também para os relatos decorrentes da atividade. Dessa forma, o pesquisador pretende na dissertação relatar não apenas as entrevistas bem-sucedidas, as visitas produtivas, mas também os descaminhos que fazem parte do processo da pesquisa.

A título de exemplo, em 2011, na primeira vez que se tentou realizar essa pesquisa, o pesquisador ficou três horas, na porta da usina, tentando entrar em contato com a gerente de recursos humanos, depois dessas três horas, finalmente conseguiu entrar na usina e aguardou por mais uma hora no sofá. Finalmente, quando conseguiu ser atendido, acreditando que conseguiria realizar sua pesquisa, escutou um sonoro “não temos interesse em realizar esse tipo de pesquisa aqui”. Esse pequeno exemplo, embora seja uma tragédia para o pesquisador com escassos recursos, faz parte da história da pesquisa e é essencial para a compreensão de alguns recortes realizados.

Verdade que não apenas dessa experiência relatada, mas também decorrente desta, chega-se ao primeiro objetivo que pode ser qualificado como uma questão acerca do objeto. Na realização da investigação, o pesquisador pretendeu afastar-se de uma investigação meramente intelectual e solitária, pretendeu aproximar-se da “multidão” de trabalhadores rurais da região da usina CRV – Carmo do Rio Verde, pois acredita que por meio dessa aproximação será possível notar pessoas

individualizadas surgindo dessa multidão, assim como ocorreu com o Fausto de Goethe, e perceber a vividez e colorido da variedade humana. (Berman, 1986: 46)

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.

Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da
mercearia.
Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro

com que adoço meu café esta manhã em Ipanema. (Gullar, 1975: 44-45)

Como se percebe no poema de Ferreira Gullar, que foi publicado, em 1975, no livro *Dentro da Noite Veloz*, a preocupação acerca das condições em que a cana-de-açúcar é processada e quem são as pessoas que participam desse processo de produção incomodam o poeta. Quarenta anos depois da publicação do poema, as indagações levantadas no poema ainda são válidas, pois outros José Ribamar trabalham duro em canaviais para possibilitar a expansão da produção capitalista.

“Apresentam-se na agropecuária brasileira duas questões distintas: de um lado, a miséria do trabalhador rural, doutro ínfimos padrões tecnológicos da produção agropecuária” (Prado Júnior, 1979: 185, grifo nosso). Na segunda questão se avançou muito; entretanto, como adverte o pensador, o avanço de uma não garante o da outra.

Como ressalta Ferlini acerca da produção canavieira no século XVI, XVII e XVIII:

O engenho era, pois, uma complexa combinação de terra, técnica, trabalho compulsório, empresa e capital, que abrangia moendas, partidos de cana, pastos, senzalas, casa-grande, escravos e equipamentos. Atividade peculiar, que combinava no campo a *plantation* e o processo semi-industrial de transformação da cana, a economia açucareira criou uma sociedade *sui-generis*, com uma hierarquização interna de poderes e dependência mais diversificada (Ferlini, 1984: 42).

Observa-se que desde os tempos dos engenhos a produção canavieira era uma atividade complexa. A interdependência, no processo de aproveitamento da matéria-prima, entre o cultivo da cana-de-açúcar e a atividade industrial é indelével e foi intensificada a partir da década de 1950, com a incorporação de caminhões, tratores e fertilizantes químicos na plantação. Hodiernamente, essa interdependência é cada vez mais perceptível. Apesar da incorporação tecnológica no cultivo da cana-de-açúcar, no corte da cana, o trabalho manual é amplamente utilizado em várias regiões produtivas.

Dessa perspectiva, surgem algumas perguntas. Será que há trabalhadores rurais em Carmo do Rio Verde? Se existem esses trabalhadores, quem são? De onde são esses trabalhadores? Quantos são esses trabalhadores? Como trabalham? Quanto ganham? Como vivem esses trabalhadores?

Nos canaviais de São Paulo, muitos dos trabalhadores migram de regiões distantes em busca de trabalho nos canaviais da região. Apesar de se ter pesquisado na literatura, encontram-se poucos estudos especificamente acerca dos trabalhadores rurais da região de Carmo de Rio Verde. Desenvolvendo essas perguntas, apresentar-se-á, como ressaltado na introdução, uma descrição da forma como é feita a colheita na região e os processos de transformações existentes. Na atualidade, há inúmeros canaviais que trocaram o corte manual pelo mecanizado, de acordo com a publicação da Nova Cana, em 2012, mais de 80% dos canaviais da região Centro-Sul adotaram a colheita mecanizada, e como se demonstrará em Carmo do Rio Verde esse processo também ocorre.

Ávila (2009) afirma que, na região do vale do São Patrício, na usina CRV-Carmo do Rio Verde, há intenso uso de mão-de-obra. No entanto, a autora não informa quem são esses trabalhadores. Será que são moradores da região que participam da colheita para auferirem renda extra ou são migrantes de regiões distantes, como Piauí e Maranhão?

Se são migrantes, eles buscam emprego na região sozinhos ou trazem junto a família? Se deixam a família nas regiões de origem, eles voltam todos anos ou ficam na região de Carmo do Rio Verde após o término da safra. Melo, em sua dissertação de mestrado, em 2008, usa três conceitos que ajudam a pensar acerca da trajetória dos migrantes. Melo (2008) delimita as trajetórias dos migrantes em “marcadas pela sazonalidade”, “marcadas pela permanência” e “marcadas pela circularidade”.

Também é importante saber quantos são esses trabalhadores. Se o quantitativo de trabalhadores rurais na produção de cana-de-açúcar, cresceu ou decresceu nos últimos anos. Se a quantidade de trabalhadores decresceu, foi em razão da diminuição da área plantada, em razão da maior produtividade de cada trabalhador ou em razão da mecanização da colheita?

Faz-se necessário também descrever como trabalham esses trabalhadores. Por “como trabalham” não se pretende descrever apenas como entram no canavial, depois da queima, cortam e empilham a cana; mas também saber qual é o tipo de transporte que esses trabalhadores usam, se usam equipamentos de segurança e quais usam, como almoçam e se alimentam durante o trabalho, se há local adequado para esses trabalhadores se alimentarem, a quantidade de cana que esses trabalhadores cortam em média.

Da produtividade do trabalho surge outra importante pergunta. Quanto ganham esses trabalhadores? A pergunta quanto ganham esses trabalhadores não se limita aos valores absolutos, mas também saber quem os contratam. Será que na região de Carmo do Rio Verde ainda há figura do “gato”, o “gato” é um intermediário entre o trabalhador rural e a unidade produtiva do açúcar. Também é importante entender como se desenvolvem as relações trabalhistas na região. Será que esses trabalhadores têm carteira de trabalho assinada?

Especificamente acerca da organização do trabalho é interesse da pesquisa identificar as condições de trabalho dos cortadores de cana e comparar com as condições retratadas pela literatura em outras regiões produtoras. Há interesse em compreender o sistema de pagamento e medição do trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, pois a bibliografia acerca do tema ressalta que em outras regiões é constante a reclamação por parte dos cortadores. Como é enfatizado por um trabalhador no trecho seguinte:

Corta uma cana, finca no chão e põe lá o seu número. Então, com o próprio barro da terra – a gente não tem, não tem nada para marcar – a gente pega

um pedacinho de barro descasca a cana no meio e marca. (Ferreira et al., 1998: 24)

Em São Paulo, por exemplo, apesar da produção do trabalhador ser calculada por metro, o pagamento do trabalhador é realizado de acordo com o peso da cana cortada, conforme descrito:

Embora a produção de cada trabalhador seja medida por metro de linhas de cana plantada ou de rua de cana cortada, seu pagamento é feito por tonelagem de cana, o que exige um sistema de conversão de medidas que, teoricamente, segue os seguintes passos: pesa-se a cana de uma determinada área, da qual sabe-se uma das dimensões. A partir daí, calcula-se o valor do metro linear de cana plantada em termos de tonelagem. Multiplicando-se este valor pelo preço da tonelada de cana, estabelecido em acordos entre usineiros e sindicatos de trabalhadores, determina-se o valor do metro de cana cortado. (Ferreira et al., 1998: 25)

A organização hierárquica é outra característica que merece destaque, pois a bibliografia retrata o complexo sucroalcooleiro como extremamente hierarquizado. Nas outras regiões produtoras, os cortadores são constantemente vigiados; em Carmo do Rio Verde, essa prática provavelmente é emulada, pois o grupo proprietário da usina tem longa tradição na produção canavieira em outras regiões.

Também é interessante saber como vivem esses trabalhadores. Se vivem em alojamentos? Se vivem em casas alugadas na cidade, no campo, se vivem em casas próprias, pois como afirma Battagliola “os indivíduos, a cada momento de sua existência ocupam simultaneamente várias posições, resultantes notadamente de seus lugares nos campos profissionais e familiar” (Battagliola, 1991, apud Melo, 2008: 86). Dessa forma, para se conhecer esses trabalhadores rurais, faz-se necessário além de conhecer os locais de trabalho, também conhecer os locais onde vivem esses trabalhadores.

Em 1978, Elis Regina lançou seu álbum *Transversal do Tempo*, em que gravou a música *O Rancho da Goiabada*, canção de João Bosco e Aldir Blanc, em que canta que “os bóias-frias quando tomam umas biritas espantado a tristeza sonham, com o bife à cavalo, batata frita e a sobremesa”, fazendo clara alusão a condição desses trabalhadores que viviam em condições precárias, que não tinham sequer capacidade de comprar uma alimentação adequada. Uma pergunta que se sabe mais difícil de responder, mas que tentar-se-á identificar qual são os sonhos dos trabalhadores rurais da região de Carmo do Rio Verde.

Acerca da localidade é válido ressaltar que há a predominância da monocultura canavieira, principalmente, após os anos iniciais da década de 2000. Na pesquisa, objetiva-se, como enunciado, conhecer o trabalhador rural e também

compreender a produção sucroalcooleira. As limitações financeiras e temporais de uma pesquisa de mestrado obrigam o pesquisador a escolher, entre uma infinidade de questões, apenas algumas. Discricionariamente, o pesquisador optou, dentro da complexa estrutura canavieira, focar a pesquisa no trabalhador rural, que é provavelmente a parte mais frágil no complexo agroindustrial.

Como relatado, na pesquisa se objetiva investigar as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, a origem social desses trabalhadores e observar a articulação entre o moderno complexo agroindustrial sucroalcooleiro com a atividade dos trabalhadores rurais da atividade canavieira, fazendo referência a literatura existente acerca dessas relações em outras regiões.

É objetivo da pesquisa levantar qualitativamente o perfil social e demográfico dos trabalhadores rurais das plantações que fornecem matéria-prima para a usina CRV-Carmo do Rio Verde. Por meio de entrevistas, tentar-se-á levantar a história de vida desses trabalhadores, descobrir a localidade de nascimento, os trabalhos que realizaram anteriormente, se viveram na zona rural, se migraram para região em razão do trabalho com a cana-de-açúcar.

A organização do sindicato dos cortadores de cana-de-açúcar será estudada, pois em outras regiões os sindicatos desempenham importante função negociadora. Como a expansão da produção canavieira é fenômeno recente em Carmo do Rio Verde, acreditava-se que provavelmente o sindicato não fosse organizado como em outras regiões. No entanto, as primeiras visitas a cidade, afastaram a crença equivocada do pesquisador. Em 2015, na última visita realizada, descobriu-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais está sendo dividido em dois sindicatos, um ligado à agricultura familiar e outro aos trabalhadores rurais assalariados. Embora a questão sindical especificamente não seja o foco da pesquisa, o pesquisador acredita que seja necessário citar a atividade desse sindicato, pois é peça importante para compreender as relações dos trabalhadores rurais e a usina.

Para alcançar os objetivos propostos, é necessário ressaltar que as variáveis econômicas, apesar de serem importantes, não servem isoladamente para perceber e avaliar a relações sociais dos trabalhadores rurais na região. O estudo de Vaz (1989) é um bom exemplo, que, no entanto, adota metodologia distinta da do presente trabalho, por ter outros objetivos.

Feitos esses esclarecimentos sobre o projeto e problemas de pesquisa, tentar-se-á identificar os possíveis efeitos da expansão da atividade canavieira na região de

Carmo do Rio Verde sobre as outras atividades agropecuárias, considerando os dados apresentados por Ávila (2009) que indicam ter ocorrido um decréscimo nas outras atividades produtivas. A produção de cana-de-açúcar, como ressalta Caio Prado Júnior, estaria contribuindo para a redução da heterogeneidade produtiva da região.

A escolha da usina CRV- Carmo do Rio Verde é justificada por alguns fatores. Primeiramente, o crescimento exponencial da produção canavieira na região somente ocorreu após a década de 2000. Esse recente crescimento possibilita que a relação entre capital e trabalho seja observada em um local em que a grande lavoura de cana-de-açúcar não era a atividade tradicional e, portanto, que se perceba a influência do capital da usina sucroalcooleira na organização do trabalho de maneira mais evidente.

Após elucidados alguns objetivos da dissertação, pretendo fazer alguns comentários acerca da metodologia. Não há lógica em se falar de metodologia antes de se falar dos objetivos. A metodologia é de fato de extrema importância para que o projeto seja bem ou malsucedido; no entanto, só é possível escolher qual a metodologia é mais adequada, quando definido os objetivos da pesquisa.

A presente pesquisa pretende compreender a realidade em que está inserida o trabalhador rural, especificamente o cortador de cana, ante o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Ou seja, identificar e reconhecer uma imagem dos trabalhadores rurais de Carmo do Rio Verde.

A imagem obtida a partir de uma distância, qualquer que seja ela, tem sua própria legitimidade e não pode ser substituída ou corrigida por outra de origem diversa. Ao nos aproximarmos de certa dimensão da existência humana, podemos ver precisamente como cada indivíduo se desvincula dos demais; assumindo um ponto de vista distanciado, percebemos o indivíduo enquanto tal desaparecer e, em seu lugar, se nos revelar a imagem de uma “sociedade” com suas formas e cores próprias, imagem que surge com a possibilidade de ser conhecida com maior ou menor precisão, mas que de modo algum terá menor valor que a imagem na qual as partes se separam uma das outras, ou ainda da imagem na qual serve apenas como estudo preliminar das “partes”. A diferença existente é somente aquela que se dá entre os diversos propósitos de conhecimento, os quais correspondem a diferentes posições de distanciamento. (Simmel, 2006: 134)

Do ponto de vista da teoria social, o trabalhador volante insere-se na discussão acerca da dualidade indivíduo e sociedade, que antecede a invenção da sociologia como disciplina. Apesar desse fato, seguramente não há assunto mais relevante e contemporâneo na teoria social. Como ressaltado por Jeffrey Alexander: “(...) a sociologia surgiu como disciplina como resultado dessa diferenciação do indivíduo na sociedade, pois foi a independência do indivíduo e o crescimento de sua

capacidade de pensar livremente a sociedade que permitiu que a própria sociedade fosse concebida como um objeto de estudo independente.” (Alexander, 1986: 11- 12)

Dentro dessa perspectiva é possível realizar a investigação acerca dos trabalhadores rurais usando vários pontos de vistas. A perspectiva adotada depende dos objetivos da pesquisa.

Somente os propósitos específicos do conhecimento decidem se a realidade imediatamente manifestada ou vivida deve ser investigada em um sujeito individual ou coletivo. Ambas são igualmente “ponto de vistas” que não se relacionam entre si como realidade e abstração, mas sim como modos de nossa observação, ambos distantes da “realidade” – da realidade que, como tal não pode de qualquer maneira ser da ciência, e que somente por intermédio de tais categorias assume a forma de conhecimento. (Simmel, 2006: 149)

Como ressaltado anteriormente, uma das perguntas por trás dessa pesquisa é saber quem são os trabalhadores rurais que trabalham no complexo sucroalcooleiro em Carmo do Rio Verde.

A imagem dos trabalhadores rurais acaba muitas vezes por cair no esquecimento. Dawsey (2013) relata um episódio em que um antropólogo na década de 1990 questiona se ainda existe boia-fria. Em razão dessa percepção, opta-se por usar elementos da etnografia na pesquisa, pois tentar-se-á registrar, por meio da pesquisa, imagens que caíram ou estão em riscos de cair no esquecimento. Diante de uma tempestade chamada progresso.

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamentos modelados. (Geertz, 2014: 7)

Como ressalta Geertz, “segundo os livros-textos, praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (2014: 4). Como pode perceber-se nos objetivos, vários elementos da pesquisa etnográfica estão relacionados à descrição do que é etnografia; no entanto, “não são as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento” (Geertz, 2014: 4). Na verdade, o que define o empreendimento é o esforço intelectual que este representa, logo usaremos os elementos da etnografia à medida em que esses elementos sejam úteis ao objetivo da pesquisa.

Antonio Candido ao fazer o prefácio de uma edição de Raízes do Brasil afirma que:

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da

experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar (Candido, 1967, apud Holanda, 1995: 9)

No presente trabalho, tentar-se-á fazer um registro em que os indivíduos não desapareçam nas características gerais de sua época. Nota-se que se tentará relatar no empreendimento intelectual uma história recente, uma história do presente.

essa temporalidade, por sua vez, ela não é o espaço vazio ou homogêneo, que se observa de fora. Ela é constituída por seres humanos, em suas complexas diferenças e relações, diante das múltiplas possibilidades que seus fazeres procuram tornar palpáveis a cada momento (Silva, 2003: 28, apud Ferreira, 2013: 16).

Articular o fenômeno descrito por Antonio Candido (1967), no prefácio da obra *Raízes do Brasil*, com uma descrição sociológica que permita identificar as individualidades, no presente do estudo dos trabalhadores rurais do complexo sucroalcooleiro de Carmo de Rio Verde, é fenômeno antigo na sociologia, como descreve Danilo Martuccelli em entrevista.

Las teorías sociales son herramientas de trabajo. El problema de la sociología - Wright Mills ha dado y para siempre la mejor caracterización posible - es lograr articular dimensiones colectivas con vivencias personales. Los clásicos que mencionan, todos ellos, están abocados sin lugar a dudas a esta preocupación. Pero, en el fondo, no es un rasgo privativo de los clásicos. Toda buena sociología, más allá de querellas inexistentes sobre los métodos o los niveles macro o micro, trata de lograr esta forma particular de inteligencia que permite comprender la dialéctica entre la vida individual y los tipos de sociedad. Cada cual, progresivamente, por razones diversas (que incluyen elementos biográficos, tradiciones intelectuales, momentos históricos) privilegia a veces una temática o un dominio de estudio, pero privilegia, por sobre todo, y en general, un operador analítico (las clases sociales, el proceso de racionalización, los movimientos sociales, las interacciones, el *habitus*). La buena sociología no es más macro que micro, puede ir muy lejos en las dos direcciones, puede *subir* o *bajar* sin ninguna dificultad puesto que lo que logra es justamente dar cuenta, desde una perspectiva particular, de la articulación entre la historia y la biografía. (Setton; Sposito, 2013: 257-258)

Na tentativa de se conhecer os trabalhadores rurais usar-se-á na pesquisa elementos da história oral, que é “(...) um texto de múltiplas vozes e múltiplas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações, as interpretações dos leitores” (Portelli, 1997: 27, apud Ferreira, 2013: 31).

Como relatado por parte da bibliografia, entre eles Dawsey (2013), Silva et al. (2013), Ferreira (2013), as memórias dos trabalhadores rurais são em geral silenciadas e caem no esquecimento. Esse esquecimento não é, no entanto, caso fortuito, mas um padrão que se repete constantemente na sociedade capitalista, como descreve Chauí:

“Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros” (Chauí, 1979, apud Bosi, 2012: 19).

Ao se considerar essas importantes ressalvas teóricas, pode-se finalmente visualizar a pesquisa que será realizada. Na região de influência da usina CRV-Carmo do Rio Verde, foram realizadas entrevistas com os trabalhadores ligados direta ou indiretamente à atividade canavieira. Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Em um primeiro momento se pensou em usar questionários, mas para tentar deixar o trabalhador mais descontraído optou-se pelas entrevistas. Conforme se pode notar no anexo 1 e no anexo 2, as entrevistas tiveram algumas perguntas padrões, que estão relacionadas aos objetivos da pesquisa, mas não foram rígidas, pois se objetiva dar voz aos silenciados. Nas entrevistas foram questionados dados pessoais, a história de vida, as condições de trabalho, avaliação da situação ante a mecanização e expectativas dos trabalhadores.

As entrevistas realizadas e usadas na dissertação terão os nomes dos entrevistados mantidos em sigilo, para preservar a identidade desses trabalhadores, assim como fizeram Elias e Scotson (2000). Somente se pretende usar o nome do entrevistado de fato, quando esses estiverem falando enquanto representantes de alguma instituição.

No ano de 2011, visitei Carmo do Rio Verde por três vezes, uma visita de curta duração, apenas dois dias, e outras duas vezes em que fiquei na localidade por duas semanas. Essas visitas inicialmente não foram muito produtivas, mas foram importantes para se estabelecer o primeiro contato com a localidade. Tive a oportunidade de conhecer alguns trabalhadores e começar a entender a lógica do sistema produtivo. Em 2015, estive em Carmo do Rio Verde por quatro vezes. Em abril, antes do início da safra, fiquei na localidade por dois dias, pude restabelecer os contatos que havia feito em 2011 e realizar duas entrevistas. Em julho, voltei à cidade e fiquei duas semanas, realizei a maioria das entrevistas nessa época. Em setembro, retornei à cidade, fiquei por mais uma semana; nesse período, não fiz tantas entrevistas, aproveitei a oportunidade para esclarecer algumas dúvidas e confirmar informações. Ainda voltei a Carmo do Rio Verde em novembro, para verificar outros dados, fiquei na localidade por quatro dias. Por fim, em novembro também fui a Anápolis para entrevistar um dirigente da Federação dos Trabalhadores Na

Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG). Ao longo dessas visitas, tive a oportunidade de ter várias conversas, levantar vários dados e fazer 24 entrevistas. A maior parte das entrevistas foi realizada com trabalhadores rurais, especialmente os cortadores de cana; mas também entrevistei trabalhadores de outras atividades. Conversei com líderes sindicais, membros da pastoral do migrante, moradores do município, com o intuito de compreender a realidade estudada. Algumas dessas conversas foram gravadas, outras ocorreram de forma informal sem serem gravadas.

Um dos objetivos da dissertação é averiguar se a afirmação da literatura que trabalhador rural vive nas cidades é fenômeno social que se repete na região. Com relação a estrutura fundiária, Vaz, por exemplo, afirma que “de fato a estrutura fundiária sempre foi altamente concentrada na região e assim se manteve com a transferência dos latifúndios para os novos capitais” (Vaz, 1989: 205). Partimos do pressuposto nesse trabalho que o espaço é um produto social; dessa forma, como afirma Schmid (2012), acredita-se que o espaço não existe em si mesmo. Por meio dessa perspectiva, verificar-se-á se os resultados qualitativos levantados pela pesquisa de campo encontram correspondência aos indicados pela a análise de dados secundários.

(...) a evidência oral deve deixar o historiador mais faminto por documentos e não menos, enquanto ele os achar, poderá usá-lo de uma maneira mais ampla e mais variada do que seus colegas sedentários, que se confinam numa mesa de biblioteca ou na sala de pesquisa do arquivo (Samuel, 1990: 237, apud Ferreira, 2013: 34)

Por tudo que foi escrito até o presente momento, obviamente que esses dados secundários serão usados em caráter subsidiário, pois há a intenção de relatar a imagem desses trabalhadores como indivíduos. Como ressaltado, reconhece-se a possibilidade de se fazer a pesquisa por outro enfoque, como Danilo Martuccelli, lucidamente, coloca em entrevista:

Sé que se pueden hacer excelentes estudios en equipos colectivos; sé que disponer de asistentes facilita y acelera muchas cosas; sé que trabajar con fondos es más fácil que hacerlo sin dinero; y también sé que se pueden escribir buenos estudios de campo delegando el trabajo empírico a los asistentes. Simplemente no es la manera como trabajo. En verdad, no veo cómo podría apoyarme en la ficha de lectura de un asistente para comentar un libro. Y en lo que concierne a la investigación sociológica, ésta se construye para mí durante el trabajo de campo. Necesito *ver* a las personas sobre las que *escribo*; mis intuiciones se forjan y corrigen en el *va-y-viene* del trabajo empírico y no veo cómo, en lo personal, podría delegar o privarme de este conjunto de informaciones. (Setton; Sposito, 2013: 255)

Em uma dissertação de mestrado, fazer uma pesquisa individualmente não é apenas uma opção, mas também uma necessidade do pesquisador.

Por meio desse trabalho individual de pesquisa, também, observar-se-á se a atividade canavieira estimula a urbanização do campo e nos moldes descrito por Candido: “Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido” (Candido, 1975: 224-225). Em outras palavras como esses trabalhadores rurais estão inseridos nesse complexo sucroalcooleiro, que é marcado por paradoxo e por contradições, assim como toda modernidade. Em razão dos objetivos elencados optou-se por essa metodologia descrita, pois como descreve Bernard Lahire em entrevista: “as escalas de observação, os domínios de estudo, os terrenos de investigação, os métodos empregues variam em função dos objetivos de cada nova investigação” (Amândia, 2012).

Ciente das dificuldades de se realizar uma pesquisa em uma região desconhecida e relativamente distante, espera-se, por meio da bibliografia escolhida e da metodologia proposta, conhecer o complexo sucroalcooleiro da região, os trabalhadores rurais e possibilitar que outros caminhos da lembrança sejam também documentados.

1.2 Saindo de Brasília

Peço licença aos leitores para usar nesse trecho a 1ª pessoa do singular, que, embora não seja o padrão em trabalhos acadêmicos, mostra-se mais adequada para os objetivos presentes. Relato nessa parte uma das vezes que saí de Brasília em direção a Carmo do Rio Verde, pois “a localização (histórica e geopolítica) de quem fala é essencial para qualificar a fala” (Moraes, 2008: 30).

A primeira vez que fui em direção a Carmo do Rio Verde, não sabia o que encontraria. Várias dúvidas atormentavam-me. Talvez um grande mérito dessa dissertação, seja também uma de suas maiores dificuldades. Escolhi um local para pesquisar com o qual não tinha nenhuma afinidade. Nunca havia visitado a cidade nem tinha nenhum conhecido no local. O único contato que havia tido no momento da escolha da cidade havia sido a dissertação de Sílvia Ávila (2009), que faz uma análise dos efeitos socioeconômicos da expansão da produção da cana-de-açúcar no vale do São Patrício, e alguns dados estatísticos sobre a região.

Recordo-me que, a primeira vez que saí em direção a região, errei o caminho. A ignorância acerca da cidade era tamanha que sequer o caminho era conhecido. Esse

tipo de problema pode ser fatal para uma pesquisa de dissertação de mestrado, em que recursos de todo tipo são escassos.

A vez que opto por relatar foi um pouco menos tumultuada. Era 19 de abril de 2015, aproximadamente 18h, um fim de tarde chuvoso em Brasília. Brasília que foi uma cidade concebida por décadas, como uma forma de “civilizar” o interior do país.

Brasília foi concebida com uma concepção de arquitetura e planejamento moderno, “um mundo espacialmente e socialmente segmentado – pessoas aqui, tráfego ali; trabalho aqui, moradias acolá; ricos aqui, pobres lá adiante; no meio, barreiras de grama e concreto.” (Berman, 1986: 162)

As avenidas de Brasília foram pensadas para os carros. Na perspectiva de Le Corbusier, que claramente influenciou a concepção de Brasília, “o homem na rua se incorporará ao novo poder tornando-se o homem carro” (Berman, 1986: 161, grifo nosso).

Dessa forma, não por coincidência me desloco de Brasília a Carmo do Rio Verde em um carro. Na saída de Brasília, passo por alguns monumentos que foram construídos sobre influência desse ideal de modernidade. Em direção a Carmo do Rio Verde passo pelo Eixo Monumental, que é a concretização do ideal moderno das grandes avenidas. “A monumentalidade desejada correspondia à ambição do projeto e era proporcional à grandeza de seu ideal” (Almino, 2007: 304).

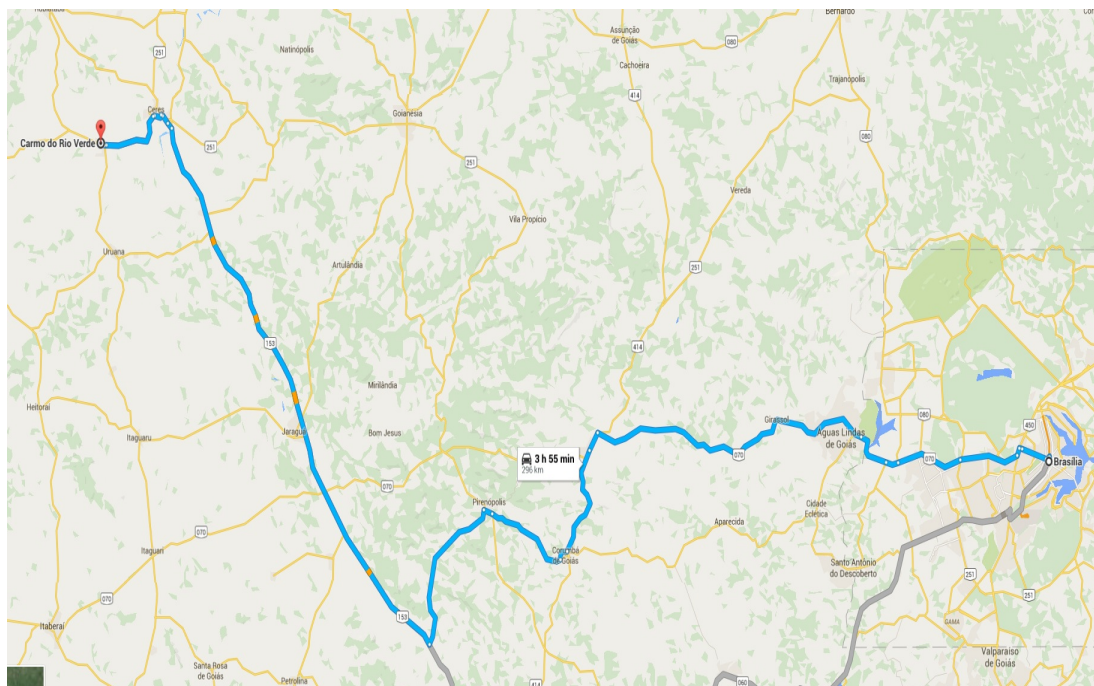


Figura 1: Itinerário de Brasília a Carmo do Rio Verde.¹

Acima o trajeto da viagem, para ajudar o leitor a se localizar. A direita Brasília de onde saio e a esquerda Carmo do Rio Verde meu destino. O trecho em azul é o itinerário da viagem.

Após deixar o Eixo Monumental, entro na Estrutural, pista que conecta o Plano Piloto a Taguatinga. Na Estrutural, os contrastes da capital aparecem. Entre Plano Piloto e Taguatinga está localizada a Cidade Estrutural, que nasceu de uma ocupação de uma área próxima ao Lixão de Brasília.

Alguns quilômetros após a Cidade Estrutural, a cidade de Taguatinga. É válido ressaltar que, embora se use a nomenclatura de cidade, no Distrito Federal “as cidades” são denominadas “Região Administrativa”. Logo após Taguatinga, a esquerda do motorista a cidade de Ceilândia, que é a região com maior população do Distrito Federal.

Continuo a viagem, sigo na mesma pista, mas a Estrutural começa a ser denominada BR-070. Alguns quilômetros após Ceilândia, está localizada a Barragem do Rio Descoberto. O Rio Descoberto, localizado no extremo oeste do Distrito Federal, é o marco geográfico que caracteriza a fronteira com o estado de Goiás. Logo após a fronteira, inicia-se a Cidade de Águas Lindas de Goiás.

A cidade de Águas Lindas espalha-se ao longo da BR-070. Mais próximo da fronteira com Distrito Federal, a cidade é mais iluminada. À medida que me afasto do

¹ Google Maps. 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 20/1/2016.

Distrito Federal, as luzes vão ficando mais escassas, até finalmente a cidade terminar e, então, sigo minha jornada.

No município de Cocalzinho de Goiás, passamos por dois povoados: Girassol e, posteriormente, Edilândia. Em uma rádio qualquer sintonizada, toca uma música sertaneja.

Alguns equívocos cercam a existência da chamada música sertaneja como manifestação cultural popular, que encerra, além disso, algumas ciladas políticas. É comum o entendimento de que se trata da mais popular dentre as formas de expressão musical popular. Os divulgadores da música sertaneja, que são, geralmente, também, os seus manipuladores, costumam insistir na ideia de que se trata da música brasileira mais genuína. Supõem e, sobretudo, querem fazer supor que se trata de música autêntica, originada do que existe de mais puro na sociedade brasileira, que seria o mundo rural. O engano é completo. Essas ideias encerram uma boa dose de mistificação ideológica, na tentativa de fazer passar como popular e autêntico o que é puramente industrial e inautêntico. (Martins, 2014: 119)

Continuamos a viagem. As luzes de Brasília, Taguatinga, Ceilândia, Águas Lindas de Goiás ficaram para trás, apenas poucas luzes e estrada escura no caminho.

Chego a Cocalzinho de Goiás. Enquanto sigo na estrada, a música sertaneja continua tocando no rádio. É válido ressaltar o significado dessa música ante o significado de uma realização da modernidade, como Brasília.

Se, por um lado, a ingenuidade e ignorância do caipira servem para denunciar as inadequações do moderno, por outro lado servem, também para fazer rir. E aqui quem ri, ri do caipira, ao mesmo tempo que nesse riso compartilha a crítica conservadora ao mundo urbano e moderno. Esse riso implica duas recusas: a recusa do moderno, mas também a recusa do caipira. (Martins, 2014: 123)

Menina da aldeia é uma das músicas sertanejas que tocou no rádio durante a viagem. Sucesso da dupla Lourenço & Lourival exemplifica essa dupla recusa, como pode se perceber em seus versos.

Te conheci criança
Quando você morava na aldeia
Você era uma menina feia
De chinelinho nos pés
Sempre despenteada
Saia rasgada nas cadeiras
O dia inteiro abanando a peneira, na colheita do café
Te encontro agora, completamente diferente
Tão bonita e atraente, um encanto de mulher
Queria tanto ser o seu primeiro namorado
Seu marido apaixonado, cheio de amor e fé
Menina da Aldeia
Ai quem me dera se eu pudesse agora
Voltar de novo ao tempinho da escola
E com você novamente estudar
Menina da Aldeia
Lembro-me ainda como se fosse agora
Eu no caminho lhe tomava a sacola
Só pra ver você chorar
Quem diria que você iria ficar tão bonita?

Não usa mais o vestido de chita
 Nem a sandália de amarrar
 Ficou moderna agora
 Lindas curvas na cintura
 Parece mesmo uma escultura
 Delicada no andar
 O tempo transformou aquela menina feia
 Num corpinho de sereia
 Um encanto de mulher
 Queria tanto ser o seu primeiro namorado
 Seu marido apaixonado, cheio de amor e fé (Lourenço & Lourival, 2013.
 As vozes de cristal: 50 anos de sucesso.)

Como nota-se na passagem, ao mesmo tempo em que exalta o passado afirmando que gostaria de voltar, retrata a menina na aldeia como feia e despenteada. De acordo com a música, hoje a menina feia está bonita, pois se modernizou.

Sigo estrada, outras músicas sertanejas continuam a tocar. Resolvo dormir em Pirenópolis, pois está escuro e ainda chove. É um município antigo com grande importância histórica. Além da importância histórica, o rio das Almas nasce no município. O rio das Almas é um importante marco geográfico para a denominada Marcha para o Oeste, que ocorreu durante o Estado Novo, e foi essencial para o desenvolvimento da região que se realizou a pesquisa.

Serpenteando aqui e acolá, ora atravessando remansos longos, ora pequenos trechos mais correntosos, com as margens bem próximas, ia a catraia pioneira desvendando, aos olhos dos audazes curiosos, o caminho que o sonho do papai faria seguir por estradas quase paralelas ao rio das Almas, conduzindo à civilização, plantando lavouras e cidades em quase toda a sua extensão até aqui. (Sayão, 1976: 55)

Um pouco antes das 9h saio de Pirenópolis. Paro em um posto e abasteço o carro com etanol, uma das inúmeras contradições que qualquer pesquisador se depara. Pego a GO-431, uma rodovia com apenas 28 km, que conecta a cidade de Pirenópolis a BR-153, que também é conhecida como Rodovia Transbrasiliana ou Rodovia Belém-Brasília.

Foi assim que a chamou – Transbrasiliana. O povo repetiu, porque, de fato, a ambição da estrada era o norte, seguir sempre mais. Aproveitando o traçado que já havia de Anápolis a Jaraguá, e que tinha consumido grandes somas de ambas as Prefeituras, atacou imediatamente o trecho do caminho que interrompia, a uma légua da primeira cidade, na passagem do córrego da Reboleira. O trecho construído sofreu depois, algumas correções essenciais, enquanto o ritmo do continuava acelerado. (Sayão, 1976: 52)

Como ressalta Arrais (2007), BR-153 destaca-se no pacote de consolidação rodoviário que aproximou o estado de Goiás das demais regiões do Brasil. É válido destacar que Bernardo Sayão, o primeiro administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que foi um projeto de desenvolvimento do interior do país no período do Estado Novo, no âmbito da chamada Marcha para o Oeste, foi um dos grandes idealizadores da construção da BR-153. Em uma visita ao estado de Goiás ainda em

1939, Bernardo Sayão disse: “Se fizessem estradas, num instante tudo cresceria. Estrada é que traz progresso.” (Sayão, 1976: 45)

É necessário a compreensão de que a ideologia da expansão territorial, que foi apropriada e desenvolvida pelo Estado, foi decisiva para o atual desenvolvimento da região.

Onde faltavam elementos para qualquer nexo de coesão, a identidade foi alçada à condição de projeto, a ser constituído junto com o próprio aparelho do Estado. Conforme as circunstâncias, a expansão territorial e/ou a ocupação do território puderam ser apresentadas como projeto nacional básico, dotador de sentido e de identidade para existência do Estado. (Moraes, 2008: 82)

Como ressalta Moraes (2008), para se entender o desenvolvimento do país, faz-se necessário compreender a ideologia da ocupação territorial, que esteve presente no pensamento do século XIX e motivou vários projetos no século XX, como Brasília e a BR-153. “No pensamento político e social, em particular, é preciso ver constantemente as idéias de cada época como respostas às crises e aos desafios conseqüentes das grandes mudanças na ordem social” (Nisbet, 1973: 48). Para o desenvolvimento da região do Vale do São Patrício, a ideologia da expansão da civilização, transmutada na ideologia da modernização do Brasil foi determinante.

Para quem não analisa, o passado vem, muitas vezes, se perder, se mostrar num presente inteiramente presente e aparentemente dado, ou em um bloco anacrônico e fora de uso. Daí o caráter, ao mesmo tempo, difícil e recente da *sociologia* rural, ciência do atual que não pode prescindir da história, pois aqui, como lá e acolá, o histórico persiste e age sobre o atual. (Lefebvre, 1970: 145-146)

Como salienta Lefebvre, levar o leitor na jornada dessa pesquisa, não teria o efeito desejado, caso não fossem apresentadas considerações acerca da construção do espaço. Por meio dessas considerações, em conjunto com os apontamentos realizados sobre os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, pretende-se possibilitar uma “profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível” (Martins, 2013a: 12).

Na BR-153, várias placas que indicam o caminho para o polo de confecções de Jaraguá. Passo pelo pequeno povoado de Jaranápolis, que ainda é distrito de Pirenópolis, localizada na margem da Rodovia Belém-Brasília. Próximo ao povoado de Jaranápolis há também o povoado do Índio. O nome do povoado é válido para lembrar que a ocupação territorial pode ter significados distintos de acordo com a perspectiva adotada.

A expansão territorial – despovoadora na perspectiva dos índios, povoadora na do colonizador – marcou o desenvolvimento histórico do Brasil. O país foi construído consoante com a apropriação de terras, tendo

na conquista espacial forte elemento de identidade e coesão sociais. (Moraes, 2008: 138)

Na rodovia ainda não encontro nenhum sinal de plantação de cana-de-açúcar. Depois de 40 km, passo por Jaraguá. Uma cidade antiga na região, que foi constituída ainda no século XVIII, no âmbito da descoberta de ouro na região.

Finalmente, encontro as primeiras plantações de cana-de-açúcar, 117 km depois da saída de Pirenópolis. Estou próximo de Carmo do Rio Verde. A cana-de-açúcar começa a dominar a paisagem, dos dois lados da estrada há plantações que se estendem no horizonte.

Avisto a cidade de Rialma e Ceres. Ceres foi a sede da Colônia Agrícola Nacional. Rialma por sua vez está localizada do outro lado do rio das Almas. Como relatado, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi fundamental para o atual desenvolvimento da região.

Entre os elementos a se destacar nas ideologias geográficas do Estado Novo salienta-se a mitologização da hinterlândia e a emergência da temática regional como central na interpretação do Brasil. Quanto ao primeiro ponto, vale apontar a inovação valorativa dada ao interior do país, que passa a ser visto – não mais como sertão bárbaro – mas como a matriz da brasilidade e o santuário do verdadeiro caráter nacional. A proposta da “Marcha para o Oeste” induzia a idéia de uma segunda *conquista* do território pátrio, animando uma nova onda expansionista agora impulsionada pelo ideal da modernização. Observa-se a incorporação material das “novas terras” sendo novamente acompanhada pela violência que marca o avanço da frente pioneira, e de novo conhecendo uma apropriação simbólica do processo que o interpreta como uma nova epopéia na construção do país. (Moraes, 2008: 97)

Passo rapidamente pela cidade de Ceres, que pode ser considerada a reificação dessa suposta epopeia que foi a Marcha para o Oeste. Agora faltam apenas 13 km até Carmo do Rio Verde. A GO-154 conecta os dois municípios. Como disse Bernardo Sayão, a GO-154 poderia ser considerada uma “costela” em relação a BR-153. “Consegui meu sonho, a Espinha Dorsal. A principal ficando pronta, faltarão apenas as costelas” (Sayão, 1976: 137).

Na GO-154, é possível ver o mar da cana. Do meu lado esquerdo, algumas pequenas propriedades; do lado direito uma plantação de cana-de-açúcar que ultrapassa a visão do horizonte. A monocultura estende-se na paisagem. Além do canal, avisto a pequena cidade de Carmo do Rio Verde.

Um pouco antes da entrada da cidade, um desvio. Uma estrada que foi construída para que os enormes caminhões que abastecem a usina não transitassem no meio da cidade.

Logo na entrada da cidade há um lago. Nas margens do lago, fica localizada a rodoviária, a pousada em que me hospedei e o Banco do Brasil. Finalmente chego a Carmo do Rio Verde.

A cidade de Carmo do Rio Verde fica localizada no centro do estado de Goiás. De acordo com Arrais (2007), o estado de Goiás pode ser dividido em nove regiões: Sudoeste, Sul, Sudeste, Norte, Nordeste, Oeste, Entorno, Centro-Goiano e Metropolitana. Carmo do Rio Verde como se pode visualizar no mapa abaixo, na parte destacada em vermelho, fica a oeste de Brasília e ao norte da capital Goiânia.



Figura 2: Mapa do estado de Goiás.²

1.3 Estrada teórica

Os pensadores sobre o “mundo rural” no Brasil elaboraram suas interpretações e explicações acerca de temática influenciados pela discussão clássica do

² Wikipedia. 2016. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carmo_do_Rio_Verde. Acesso em: 27/1/2016

desenvolvimento do capitalismo na agricultura. No último quartel do século XIX, o debate acerca da questão agrária torna-se objeto de discussões, principalmente nos países europeus, em que existiam características da sociedade feudal.

Como ressalta Nisbet (1973), a história do pensamento é, em geral, abordada de duas formas: a primeira, *dramatis personae*, em que a preocupação está nos próprios pensadores, cujos escritos são matéria bibliográfica da história do pensamento; a segunda abordagem tem como foco a escola de pensamento. No referido texto, o autor defende o uso de uma terceira abordagem em que o foco de análise se encontra nas ideias-unidades. Como ressalta o autor, ambas as análises têm características positivas e negativas.

Independentemente da perspectiva adotada, em qualquer estudo acerca do mundo rural no Brasil percebe-se a forte influência de do marxismo, das ideias de Marx e de seus críticos. Por essa razão é válido tomar como marco cronológico inicial os escritos de Marx, embora seja adequado ressaltar que a questão agrária tenha sido abordada de diferentes perspectivas por pensadores anteriores a Marx, como David Ricardo e François Quesnay.

De acordo com Soto (2002), Marx trata da questão camponesa ainda no primeiro período de sua trajetória intelectual, no *Rheinische Zeitung*, em que denuncia a miséria dos viticultores de Mosella. No pensamento de Marx e Engels, a questão camponesa faz parte da estrutura social do capitalismo, considerados como uma classe transitória, os camponeses encontram-se entre as duas classes principais antagônicas do pensamento dialético marxista, a burguesia e o proletariado.

Após 1848, com o fracasso da revolução, Marx alterou sua perspectiva sobre a questão camponesa, pois os camponeses não apoiaram a classe operária na revolução. Posteriormente a 1850, Marx tratou da questão agrária com uma perspectiva mais ampla, tentando explicar o desenvolvimento capitalista na agricultura. Nessa perspectiva mais ampla, dois conceitos teóricos merecem destaque: a teoria da renda da terra e a lei da concentração do capital, que também é válida na agricultura.

A teoria da renda significou a incorporação da questão agrária na economia política marxista e além disso, tornou-se o fundamento teórico de uma importante reivindicação dos programas agrários do movimento socialista: a nacionalização da propriedade fundiária. A lei da concentração do capital é uma peça importante na construção da teoria marxista, primeiro porque permite explicar o movimento do capital e segundo, porque fundamenta as possibilidades reais do socialismo. (Soto, 2002: 30)

Ao considerar a lei da concentração do capital como elemento também presente na agricultura, Marx considera a superioridade da grande produção sobre a

pequena produção camponesa. De acordo com a concepção histórica do pensamento proletário, desde Marx até *A questão agrária* de Karl Kautsky, na teoria marxista, há uma crítica constante a economia campesina, em razão de considerá-la como representante passado.

Portanto, o pensamento proletário é racional na medida em que precisa passar pelo capitalismo como uma fase necessária do desenvolvimento histórico; em certo sentido ele é até mais racional na medida em que tem não apenas que aceitar o processo capitalista de desenvolvimento, mas na realidade acelerar o seu andamento. (Mannheim, 1959: 101)

Por meio do desenvolvimento do capitalismo, o pensamento proletário acredita que se chegará a realização da revolução científica e planejada. No artigo *O Problema camponês na França e na Alemanha*, Friedrich Engels faz uma diferenciação entre pequenos, médios e grandes camponeses. Engels, como um dos grandes expoentes do pensamento proletário, acreditava que apenas os pequenos camponeses deveriam interessar o partido socialista. Para diferenciar esses camponeses, Engels tem como critério o uso de trabalho assalariado. Na perspectiva de Engels, o problema do camponês refere-se apenas ao pequeno camponês.

Por pequeno camponês entendemos aqui o proprietário ou arrendatário – principalmente o primeiro – de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que possa sustentá-lo e aos familiares. Este pequeno camponês, é portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário moderno pelo fato de ter ainda posse de seus meios de trabalho; é, conseqüentemente, um vestígio de um modo de produção de tempos pretéritos. (Engels, 1981: 62)

Na perspectiva dialética da história de Engels, a expansão do capitalismo, por um lado, liberta o pequeno camponês das imposições feudais; mas, por outro lado, destrói as condições de subsistência do camponês. Em razão dessa constatação, Engels acredita que o pequeno camponês deve desaparecer com o avanço do capitalismo, tornando-se um futuro proletário.

Como ressalta Soto (2002), há no pensamento de Engels certo grau de ambiguidade, pois o pensador, embora advogasse que o pequeno camponês tende a desaparecer, afirmava que os partidos socialistas deveriam incorporar as reivindicações dos pequenos camponeses em seus programas agrários, de modo a assegurar condições necessárias para a reprodução social dos camponeses.

A tese do desaparecimento do campesinato teve que ser revista pela ortodoxia do pensamento proletário, em razão de novos dados estatísticos. Karl Kautsky, em 1899, publicou o livro *A questão agrária*, obra que ocasionou muita discussão na social-democracia. Kautsky afirmava que existiam duas tendências perceptíveis no

campo. A primeira é tendência da concentração do capital, traço marcante do capitalismo, que, embora de forma peculiar, também é característica da exploração capitalista no campo. A segunda é a tendência da fragmentação do solo.

Como ressalta Kautsky, o crescimento das pequenas explorações rurais em razão da fragmentação significa “uma forma particular do aumento numérico dos lares proletários, cujo desenvolvimento acompanha a grande exploração capitalista na indústria, e algumas vezes mesmo na agricultura” (Kautsky, 1980: 198). Em vários trechos de sua obra, é possível perceber explicitamente, que, embora Kautsky faça alguns ajustes no pensamento marxista, de maneira alguma o pensador refuta a tese da tendência do desaparecimento do campesinato. O pensador apenas acredita que essa tendência não ocorre de maneira linear.

Mas tudo isso está longe de provar a falsidade do *dogma marxista*. Prova tão somente que a pequena exploração, na sua decadência, segue um processo muito complicado, em que tendências contrárias se entrecruzam. Estas tendências apenas o tumultuam e retardam, parecendo, aqui e acolá, modificá-lo em sentido oposto. Mas, na realidade, não podem detê-lo. (Kautsky, 1980: 164)

Kautsky afirma que a transformação na agricultura decorre de sua integração ao mercado e conjuntamente ao processo de crescimento das cidades. O pensador evidencia que há um processo de subordinação da agricultura ao capital das cidades. Uma das características desse processo de subordinação, constitutivo da moderna agricultura, é tendência de o camponês transformar-se em proletário. No entanto, esse processo de proletarização não ocorre de forma total, em razão de existir uma constante necessidade de mão-de-obra camponesa no sistema capitalista.

No livro *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1899, Vladimir Ilyitch Ulianov, conhecido como Lênin, identifica-se com as posições expostas por Kautsky em *A questão agrária*. Lênin, embora reconhecesse o papel revolucionário dos pequenos camponeses, afirmava que na Rússia as relações agrárias se desenvolviam de forma capitalista.

Alexander Chayanov apresentou uma perspectiva diversa acerca da questão agrária. De acordo com Chayanov, a economia camponesa não se desenvolve em moldes tipicamente capitalista; logo, o uso de categorias analíticas, como salário e lucro, não lhe parece adequadas para compreender a economia camponesa. Em sua análise, a economia camponesa não se movimenta para a obtenção do lucro, mas para a satisfação das necessidades básicas. Dessa percepção de que a economia camponesa

não é uma economia tipicamente capitalista, Chayanov centra sua análise nos mecanismos que determinam o trabalho familiar da unidade de produção camponesa.

A divergência acerca da teoria da diferenciação social do campesinato é um dos pontos mais polêmicos entre Chayanov e a tradição marxista. Lênin, no livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, retomando, em parte, a divisão tríplice de Engels, classifica o campesinato em ricos, médios e pobres. Na classificação de Lênin, os camponeses ricos compram força de trabalho, os médios compram e vendem e os pobres apenas vendem força de trabalho. Referenciando a tese de Engels, Lênin também acreditava que existia uma tendência de os camponeses pobres se tornarem proletários.

Em artigo que trata da importância dos trabalhos dos clássicos, especificamente Kautsky, Lênin e Chayanov, Ferreira (2009) destaca importante convergências e diferenças na obra desses três pensadores.

As teorias de Kautsky e Lênin apontam para o avanço das relações capitalistas no campo, com a implementação de lógica da superioridade das grandes propriedades e indicação de tendência de diminuição ou desaparecimento dos camponeses e pequenos proprietários rurais. Já Chayanov, ao estudar a unidade econômica camponesa familiar, afirma o contrário, acreditando que o camponês continuará a existir e com a associação e cooperação entre os mesmos há tendência de fortalecimento, formando um modo de produção independente do capitalista. (Ferreira, 2009: 153)

Nota-se que enquanto Chayanov acreditava que a produção camponesa estava inserida em um modo de produção próprio não capitalista, Kautsky e Lênin acreditavam que o campesinato estava totalmente inserido no modo de produção capitalista, não caracterizando um modo de produção próprio e independente.

Lênin e Kautsky entendiam que há uma tendência de os pequenos proprietários se tornarem proletários, com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, em razão da superioridade técnica da grande exploração capitalista. Chayanov, em perspectiva diversa, acreditava no crescimento das propriedades de economia familiar, conjuntamente a expansão do capitalismo no campo.

A discussão sobre a questão agrária no Brasil abrange várias temáticas, entre essas o desaparecimento do campesinato, a relevância da pequena produção, mecanismo de reprodução do campesinato, a subordinação dos pequenos produtores, a agricultura familiar, a expansão do capitalismo para o campo, a industrialização do campo, a modernidade no campo, o progresso no campo, o trabalhador rural etc.

Em uma fase anterior a institucionalização das Ciências Sociais no país, alguns autores, como Oliveira Vianna e Paulo Prado, tentaram construir um

referencial teórico para refletir sobre os problemas brasileiros, entre esses destacava-se a questão agrária. Em razão da falta de um referencial sociológico, Oliveira Vianna e Paulo Prado recorreram, respectivamente, à bioantropologia e à sociobiologia. Nesse contexto, de acordo Bastos (1998), Gilberto Freyre, na década de 1930, apresenta-se como o último autor de uma época e o primeiro de uma nova época. Freyre tenta por meio de sua interpretação da realidade brasileira, fazer uma conciliação entre velhos e novos setores dirigentes. Dessa forma, a sociologia de Freyre é uma sociologia do consenso, que legitima a nova ordem social, por meio de conceitos como democracia social e racial.

Nos primórdios da institucionalização da sociologia no Brasil, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, o debate acerca do mundo rural era pautado pela discussão sobre a natureza das relações sociais no campo. Existia uma visão dualista acerca da realidade brasileira, onde rural e urbano eram compreendidos como realidade contraditórias. O rural era compreendido como o local onde alguns traços das relações pré-capitalistas permaneciam, o urbano representava o capitalismo, o progresso. Nessa perspectiva dualista, existem na realidade brasileira dois setores econômicos e sociais independentes e diferenciados; a indústria representa o setor moderno, enquanto a agricultura representa o setor antiquado, essa perspectiva é nítida no livro *Os dois Brasis*, escrito por Jaques Lambert.

Queiroz afirma que a“(...) sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o ‘exotismo’ de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome por que são conhecidos nas diversas regiões do país” (1978: 47). A dualidade que se percebe nas primeiras interpretações do país, também pode ser notada na literatura brasileira do fim do século XIX, que ressalta as diferenças entre o mundo urbano e industrial e o mundo rural e atrasado.

Em oposição a essa perspectiva, vários autores, como Caio Prado Júnior, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira etc., apresentam uma interpretação do mundo rural que se afasta dessa perspectiva dualista acerca do mundo rural, que se reflete no debate de viés ideológico feudalismo versus capitalismo. É válido ressaltar que essa oposição é feita de maneira distinta entre esses vários autores, como pode perceber-se na passagem de José de Souza Martins, “(...) a crítica da razão dualista não deixa de ser ela própria dualista.” (Martins, 1978: 12)

Brumer e Santos (1994) afirmam que os primeiros estudos da sociologia rural no Brasil foram feitos na Universidade de São Paulo, na década de 1950. Desse

período inicial é válido ressaltar a obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, em que Antonio Candido retrata a cultura rústica do caipira que vivia em uma economia fechada, a situação da década de 1940 e 1950, e as mudanças que ocorreram.

A década de 1960 também é um importante marco de transformações institucionais em outras áreas que estudam o mundo rural no país, vários cursos de pós-graduação em Agronomia, Veterinária e Sociologia Rural. Como afirmam Brumer e Santos (2006), os mestrados em sociologia rural no país surgiram sob a hegemonia da economia rural, influenciados pela academia norte-americana, com cunho empirista e positivista.

Como ressaltava Soto, a “(...) produção de conhecimento acerca do mundo rural no Brasil está relacionado diretamente com a institucionalização das ciências sociais” (2002: 63). Na Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes tem papel decisivo na construção de uma nova sociologia que rompe com a tradição empirista, por meio do uso da dialética marxista em suas análises. O uso da dialética permite que Florestan Fernandes supere a discussão ideológica acerca da natureza feudal da agricultura brasileira. Na análise de Florestan Fernandes, o desenvolvimento do capitalismo reproduz e subordina relações pré-capitalistas. Esse entendimento que se reproduz no pensamento de vários sucessores do pensador, possibilita que se refute a perspectiva dualista acerca da realidade do campo no Brasil.

Na década de 1970, José de Souza Martins aparece como provavelmente o maior expoente da construção de uma sociologia rural. Nessa mesma década, José Graziano da Silva, na Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz da Universidade de São Paulo, defende a dissertação de mestrado. Embora existam vários outros pensadores que contribuíram para desenvolvimento do conhecimento acerca do mundo rural, esses dois pensadores merecem destaque, pois, além de seus trabalhos terem influenciado várias gerações de pensadores, eles ainda continuam a contribuir ativamente nos estudos acerca da temática.

Pode-se afirmar que os trabalhos José de Souza Martins e José Graziano da Silva foram essenciais para a consolidação da compreensão da temática rural, em uma perspectiva que se afastava da tese dualista, que percebia os camponeses apenas como restos feudais. Essa perspectiva possibilitou que o camponês fosse percebido como resultado da expansão agrícola e da imigração.

A partir do desenvolvimento dos estudos acerca do mundo rural no Brasil, o camponês brasileiro afastou-se da perspectiva europeia. A academia reconheceu a

heterogeneidade e a particularidade do campesinato brasileiro. Simultaneamente, a luta desse campesinato por sua reprodução social, os pensadores do mundo rural puderam perceber que esse campesinato foi útil ao processo de acumulação de capital no país.

Como inúmeros pensadores ressaltaram, o processo de modernização da agricultura ocorreu sem substanciais alterações na estrutura da propriedade agrária. José Graziano da Silva descreveu e denominou esse processo de modernização conservadora, “o desenvolvimento do capitalismo, em particular no campo, é um caminho sempre cheio de contradições, e não havia de ser diferente no caso brasileiro” (Silva, 2001: 46). Esse processo provocou ainda mais concentração de renda, um aumento da exploração da força de trabalho e empobrecimento das condições de vida de parte da população rural.

Em termos gerais pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura e seus efeitos sociais têm sido a temática central e o principal objeto de preocupação dos cientistas sociais nas últimas décadas. Talvez se possa dizer que a modernização da agricultura, como tema, teve até hoje um efeito “unificador” que dá coerência a outros temas que dele derivam. (Soto, 2002: 71)

Da preocupação acerca do processo de modernização da agricultura surgiram vários estudos que tinham como tema central a relevância de formas não-capitalistas de produção para acumulação do capital; a importância do crédito subsidiado no processo de modernização da agricultura; o caráter conservador da modernização do campo; as consequências das inovações tecnológicas; a industrialização da agricultura; a importância dos pequenos produtores na produção de matérias-primas e alimentos; transformações no processo de dominação; os mediadores; a sujeição dos pequenos produtores e trabalhadores ao capital; o crescimento de novos grupos sociais, como os trabalhadores temporários.

O surgimento dos trabalhadores temporários, conhecidos inicialmente como boias-frias foi celebrado por alguns pensadores como expressão da proletarização do campesinato. É válido ressaltar que, assim como ocorreu no debate europeu sobre o fim do campesinato, no Brasil, a discussão sobre a permanência do campesinato dividiu os pensadores.

A questão do trabalhador rural ganhou destaque na década de 1970. “Enquanto categoria acadêmica, o boia-fria ganhou projeção nos anos 1970, alcançando o seu auge em 1978 com a publicação do livro de Maria Conceição D’Incao” (Dawsey,

2013: 31). Na obra de D’Incao ganhou destaque a ideia da tendência linear da proletarização do campesinato.

De acordo com Martins, “o procedimento crítico é aquele que incorpora, ultrapassando, determinado conhecimento” (1978: 12). Dessa forma, embora seja uma obra inovadora, *O Bóia Fria, Acumulação e Miséria*, foi alvo de inúmeras críticas, por usar de forma acrítica alguns conceitos formulados por Karl Marx.

Apesar das críticas que recebeu por enfatizar uma tendência linear a proletarização do campesinato, o livro de D’Incao merece destaque por colocar a questão do trabalhador rural no debate acadêmico. Posteriormente ao livro de D’Incao, a questão do trabalhador rural ganhou destaque novamente com as greves de Guariba e Bebedouro em 1984.

Como destacado José Graziano da Silva é um dos principais pensadores do mundo rural brasileiro. Especificamente sobre a questão dos trabalhadores rurais o livro *De bóias-frias a empregados rurais (As greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme)* é relevante, porque retrata um período de transição desses trabalhadores. No período retratado por José Graziano da Silva nessa obra, os trabalhadores temporários tiveram uma série de direitos trabalhistas incorporados, de forma diversa ao que ocorreu no período inicial em que esses trabalhadores foram excluídos da condição de trabalhadores pelo Estatuto dos Trabalhadores Rurais, como retrata Maria Aparecida de Moraes Silva, no livro *Errantes do Fim do Século*.

Trabalhos, como de Maria Aparecida de Moraes Silva, foram essenciais para relatar a história de milhares de pessoas que correm o risco de cair no esquecimento diante da tempestade chamada progresso. Além disso, são essenciais para que sejam reveladas as contradições do desenvolvimento do capitalismo no país.

Nessa perspectiva, o livro *Migrantes*, organizado por José Roberto de Novaes e Francisco Alves, presta importante contribuição, ao apresentar 13 trabalhos que ajudam ao pesquisador ou ao curioso compreender a realidade desses trabalhadores, que, para Francisco de Oliveira (2007), são os verdadeiros heróis do complexo agroindustrial canavieiro.

Como pode observar-se no livro *Migrantes*, a temática acerca do trabalhador rural temporário é tratada por pesquisadores de diferentes áreas, como antropólogos, sociólogos, economista, historiadores, engenheiros, geógrafos. Independentemente da área de atuação do pesquisador, de modo geral, os trabalhos contemporâneos no Brasil acerca do mundo rural foram influenciados, em alguma medida, pelos escritos

de Marx, Engels, Kautsky, Lênin, Chayanov, Caio Prado Júnior, Antonio Candido, José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Florestan Fernandes. Essa influência pode ser percebida em perspectivas muitas vezes convergentes, mas também em posições que se manifestam explicitamente divergentes.

Especificamente acerca dos trabalhadores rurais merecem destaque as obras de Maria Conceição D’Incao, Maria Aparecida de Moraes Silva, José Roberto Novaes, Francisco Alves. Como afirmado anteriormente, Maria Conceição D’Incao trouxe a questão do trabalhador assalariado para o centro do debate acadêmico. Os demais pesquisadores em conjunto com seus grupos de pesquisa desenvolveram estudos que elucidaram a situação desses trabalhadores, com diversas questões acerca desses trabalhadores.

Esses estudos possibilitaram a realização dessa dissertação, com o objetivo de formular um conhecimento crítico. Obviamente não se tem por objetivo esgotar a discussão acadêmica sobre o mundo rural nessa curta jornada, mas apresentar de forma breve uma evolução da discussão sobre o mundo rural e alguns dos principais autores contemporâneos que são leituras obrigatórias em qualquer estudo sobre os trabalhadores rurais. Essas leituras influenciaram de maneira decisiva a percepção, a concepção e a vivência do estudo pelo pesquisador. Também é válido ressaltar que se preferiu enfatizar mais, nesse tópico, as discussões que influenciaram os pesquisadores em atividade, pois nas demais partes da dissertação há diversas oportunidades em que se pode recorrer aos trabalhos mais recentes.

1.4 Carmo do Rio Verde

Carmo do Rio Verde é uma jovem cidade, fundada na margem do rio Verde. De acordo com IBGE, a população estimada é de 9.671 habitantes.



Figura 3: Foto de Carmo do Rio Verde realizada pelo autor.

O povoamento mais recente teve origem em 1939 e está relacionada à instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Como relatado, Carmo do Rio Verde fica apenas 13 quilômetros de Ceres. A foto acima demonstra a visão do viajante que chega de Ceres a Carmo do Rio Verde.

De acordo com os dados do Censo 2010, em que a população total contabilizada foi de 8.928 pessoas, a maior parte da população é natural do Centro-Oeste, 7.289 pessoas. Há também grande quantidade de pessoas naturais do Nordeste e do Sudeste, respectivamente, 640 e 890 pessoas. Apenas 6 pessoas são naturais da região Sul, 82 são naturais da região Norte e 6 não se sabe a região de origem.

A maioria da população, 79%, vive na cidade, de acordo com Censo 2010, os demais 21% vivem em domicílios rurais; mas isso não afasta o caráter eminentemente agrícola da cidade. De acordo com as entrevistas realizadas, na cidade de Carmo do Rio Verde a usina é a empresa que mais emprega. Além da usina, há também alguns empregos em órgãos do governo, na tecelagem e pequenos laticínios.



Figura 4: Foto da usina realizada pelo autor.

A usina absorve uma parte da mão-de-obra na parte industrial e outra grande quantidade na parte agrícola.

Carmo do Rio Verde foi elevado a categoria de município em 1952. O nome Carmo do Rio Verde foi dado em razão do rio que corta a cidade e da capela construída para Nossa Senhora do Carmo.

Como relata um antigo morador da cidade, a primeira cultura que se desenvolveu na região foi café, em conjunto com atividades de subsistência. Muitas pessoas oriundas de Minas Gerais e de outras cidades do estado de Goiás vieram para Carmo do Rio Verde atraídos pela propaganda desenvolvimentista realizada em prol da região e pela fertilidade dos solos. Vários trabalhadores esperavam encontrar terras para cultivar, mas como se pôde constatar durante a pesquisa, esse sonho tornou-se realidade apenas para alguns. Antigos meeiros foram expulsos pela modernização agrícola e sonho de ter um pedaço de terra próprio torna-se cada dia mais distante.

Por fim é válido ressaltar a distribuição espacial da cidade. Carmo do Rio Verde têm três saídas asfaltadas. Uma estrada une Carmo do Rio Verde a Ceres, outra liga Carmo do Rio Verde a São Patrício e Rubiataba e outra conecta Carmo do Rio Verde a Uruana. No mapa abaixo, a saída para Ceres está na parte inferior do mapa, a

Não é necessário um olhar muito atento para se perceber a influência da usina na vida da cidade, por todos lados trabalhadores usando o uniforme da empresa; mas, principalmente, na região mais próxima a usina. Além disso, há estradas e pontes construídas pela empresa, para que suas grandes máquinas não circulem pela cidade.

Por fim é válido ressaltar que em razão da proximidade com o canavial e com a usina, a fuligem das queimadas, a fumaça da usina e o cheiro da vinhaça são constantes na vida do município. Alguns moradores relataram que no período da seca, não se sentem bem, principalmente em razão da fuligem oriunda das queimadas.

2 Processo Produtivo e A Organização Dos Trabalhadores

2.1 A dinâmica da produção no complexo agroindustrial sucroalcooleiro

2.1.1 Uma perspectiva geral

Embora existam alguns incentivos governamentais a produção canavieira, a literatura não apresenta, de forma alguma, consenso sobre os efeitos socioeconômicos da plantação da cana-de-açúcar e a usina sucroalcooleira.

É sabido que a interdependência entre a cultura da cana e a atividade industrial é inerente à transformação dessa matéria-prima em açúcar, melaço, rapadura, álcool, foi ampliada e intensificada a partir da década de 1950, em virtude da utilização da mecanização e de novos insumos tecnológicos. (Neves, 1997: 16-17)

Estudos, como o de Confúcio Pamplona (1984) do National Research Council, afirmam que o álcool pode aumentar o número de empregos e a igualdade social. Além da discussão dos impactos, principalmente na década de 1980, houve muito dissenso sobre a viabilidade do álcool. Pamplona (1984) não deixa dúvida sobre sua viabilidade econômica e também afirma que seus estudos apresentam uma correlação positiva entre a qualidade de vida e a percentagem de cana nos municípios de São Paulo; afirmando que a atividade é importante criadora de empregos nas novas áreas e que vem garantindo a estabilidade nas suas regiões tradicionais.

Afirma-se que o processo de mecanização das atividades agrícolas provocou drásticas mudanças nas relações de trabalho entre plantadores e lavradores de cana, ao promover a substituição do “*trabalho pesado*” pelo “*leve*” (é essencial aqui o uso das aspas, pois quem já presenciou o corte da cana sabe que não há como se falar de trabalho leve no canavial; além disso, é válido evidenciar que por “trabalho pesado” se faz referência às etapas de carregamento e transporte da cana-de-açúcar que eram realizadas de forma manual, enquanto por trabalho “leve” se faz referência apenas ao corte); pelas alternativas criadas para superar a restrição da produção de cana e estimular a expansão dessa cultura agrícola; pela inserção em relações mais mercantilizadas e monetarizadas (Neves, 1997: 72).

Melo (1975) e Freyre (1961), ao analisar essas transformações, enfatizam que houve uma intensificação das disparidades entre capital e trabalho nas regiões canavieiras:

Não mais existindo os contatos e relações entre classes propiciados pelo compadrio, pela confraternização entre meninos de raças e origens diferentes e pelo catolicismo patriarcal, cresceram as distâncias e a estratificação social tornou-se mais rígida e opressiva. Hoje em dia as

relações entre produtores e os seus subordinados são apenas relações entre capital e trabalho. Desumanizaram-se. (Melo, 1975: 50-51).

Muito tempo antes Gilberto Freyre também apontava esse fenômeno típico da modernidade, a ausência de solidariedade entre capitalista (representado pela figura do usineiro) e o proletário (representado pelo trabalhador rural).

Feita uma exceção ou outra não há sentimento de solidariedade nenhum entre dominador e os dominados. O usineiro é, em geral, como se fôsse um conquistador em relação aos conquistados de outra terra. De outro sangue. Quase um estrangeiro a quem não tocasse a sorte dos que não são usineiros. (Freyre, 1961: 160)

O estudo da Coalbra (1983), ao avaliar o processo de modernização da cultura canavieira no estado de São Paulo, afirma que:

o processo de modernização agrícola no estado de São Paulo não gerou maiores volumes de emprego durante os últimos anos e, ao mesmo tempo, mudou a estrutura do emprego no setor, eliminando paulatinamente a pequena produção e proletarizando a mão-de-obra. (Coalbra, 1983: 45)

Ainda de acordo com o estudo da Coalbra (1983), a atividade aumenta a migração regional, que seria pouco desejável por questões sociais (posição que o autor dessa dissertação questiona, pois ao se afirmar acerca das questões sociais, a observação é feita apenas da perspectiva do estabelecido, de quem já habita na região); e existem estudos que demonstram que a expansão da atividade canavieira diminui os empregos rurais.

Uma outra pesquisa chega a conclusões semelhantes às da Coalbra, ao verificar que o trabalho na região canavieira é extremamente hierarquizado. Os cortadores estão sempre na mira de um agente da usina, numa intrincada rede de controle (Ferreira et al., 1998: 41).

Ademais, sem medo de exagerar, as condições atuais destes cortadores de cana em alguns aspectos não são muito diferentes daquelas que os historiadores descreveram há muitos anos: eles continuam a ser trabalhadores superexplorados. O sistema de pagamento por produção, aliado aos baixos salários pagos e aos cortadores desconhecem o preço da cana que estão cortando, embora pelo dissídio esta informação lhes seja devida, contribuem para este estado. (Ferreira et al., 1998: 53).

Lima (1979), ao retratar as relações entre campesinato e “plantation”, ressalta a maior importância dos fornecedores na produção utilizada pelas usinas sucroalcooleiras do norte fluminense em relação à participação dos produtores nas zonas canavieiras pernambucanas. Os grandes proprietários fluminenses forneciam, em 1972, cerca de 27% da cana processada na usina; os médios, 16%; os pequenos, 22%; e a própria usina, de 35 a 38% da cana. Enquanto em Pernambuco, 51% da

produção provinha dos grandes e médios proprietários e apenas 8% dos pequenos. (Lima, 1979: 7). Na região de Carmo do Rio Verde, 25% da área cultivada pertence aos considerados pequenos proprietários (que possuem no máximo 40 hectares), 41% aos médios proprietários (entre 80 e 300 hectares) e 34% aos grandes proprietários (Ávila, 2009). Para ficar mais fácil a visualização, colocarei esses dados em uma tabela abaixo, ressalto que no norte fluminense, coloquei a área produzida pela própria usina em conjunto com o grupo dos grandes proprietários. Nos dados do estado de Pernambuco não há diferenciação entre médios e grandes produtores, por essa razão os dados relativos a médios e grandes produtores tiveram que ser apresentados em conjunto no grupo dos grandes proprietários, também se considerou a área produzida pela usina como pertencente ao grupo dos grandes proprietários. Ainda é válido ressaltar, que enquanto os dados do litoral fluminense e do estado de Pernambuco referem-se a década de 1970, os dados de Carmo do Rio Verde foram coletados em 2009.

Região da Produção % Tamanho das Propriedades	Norte Fluminense (1979)	Pernambuco (1979)	Carmo do Rio Verde (2009)
Grandes Proprietários	62%	92%	34%
Médios Proprietários	16%	-----	41%
Pequenos Proprietários	22%	8%	25%

Tabela 1: Tabela com a participação percentual de grandes, médios e pequenos proprietários na produção canavieira elaborada a partir de dados secundários pelo autor.

A primeira vez que se teve contato com os estudos de Lima (1979), acreditou-se haver uma contradição com a tese de Prado Jr. (2006: 248) de que, na zona canavieira, o que não for usina, tanto na fabricação do açúcar como na cultura da cana, não será afinal mais que uma reminiscência do passado, ou então resíduo anacrônico perpetuado pela inércia, porque Lima (1979), ao analisar a região norte-fluminense, demonstra que, durante os anos de 1960, houve subdivisão de propriedades, aumentando em aproximadamente 69% o número de estabelecimentos de até 10 hectares, enquanto a área total desses estabelecimentos aumentou apenas 25%; com relação aos estabelecimentos com mais de 50 hectares, estes aumentaram 12% em número e 12,5% em área. Em outras palavras, nesse período, se não houve um aumento muito acentuado da área detida por grandes e médios estabelecimentos; em compensação, o fracionamento dos pequenos estabelecimentos foi o fenômeno

mais marcante na região de Campos. Observando a exploração canavieira na região de Carmo do Rio Verde, pode-se perceber que a divisão das propriedades rurais está plenamente inserida na lógica de expansão da atividade, por meio de arrendamentos.

De acordo com o estudo de Lima (1979), o aumento do número de pequenas unidades produtoras implicou o aumento do trabalho não remunerado na região. 54,3% dos trabalhadores da região de Campos fazem parte de membros não remunerados da família e respectivos responsáveis pelos estabelecimentos familiares; e, de todas unidades produtoras, 82,7% delas não tem pessoal contratado (Lima, 1979: 56). O pequeno fornecedor de cana do norte fluminense, portanto, não pode ser considerado um pequeno empresário ou capitalista rural, ao passo que se utiliza dos laços familiares para ampliar sua capacidade produtiva, sem necessariamente aumentar os gastos em espécie (pagamentos de salário). O trabalho assalariado somente é utilizado, na pequena propriedade, em última instância.

Na região de Carmo de Rio Verde, de acordo com Ávila (2009), o fenômeno é bastante distinto do retratado por Lima. Antigos produtores migram para regiões urbanas e vivem com a renda que recebem da usina pelo arrendamento da terra. O corte da cana-de-açúcar é realizado, conseqüentemente, por mão-de-obra contratada pela usina. É válido ressaltar o estudo de Vaz (1989) e o estudo de Vettorassi (2007) que enfatizam que grande parte dos cortadores vive em áreas urbanas.

Para Lima (1979), o pequeno fornecedor de cana submete-se ao capital industrial (a usina), tanto quando recorre ao assalariamento sazonal e temporário de membros da unidade doméstica em atividades agrícolas da “plantation” (plantação da usina ou das grandes propriedades), quanto quando fornece ao seu setor industrial a matéria-prima de que a usina carece (Lima, 1979: 71). No segundo caso, a apropriação do sobretrabalho produzido pelo camponês é a apropriação da mais-valia, ou seja, trata-se de apropriação do excedente produzido por meio do trabalho do camponês pelo capitalista, representado na figura do usineiro.

A subordinação, que reduz a liberdade dos indivíduos, se dá por intermédio de processos e mecanismos como o dos preços, e supõe a manutenção da estrutura de produção camponesa. Uma vez que o preço pago pelo produto do pequeno fornecedor é inferior ao preço de produção – porquanto não inclui a taxa média de lucro (de acordo com Germer (2011) esse conceito desenvolvido por Marx no livro *O Capital*, em termos empíricos é difícil de se quantificar, mas é importante ressaltar que essa taxa média de lucro é decomposta em duas partes, uma auferida da própria produção e

a outra do juro decorrente da propriedade do capital), nem o equivalente à renda absoluta (de acordo com o desenvolvimento teórico de Marx, a renda com origem nas características físicas do próprio solo) – a usina pode obter sua matéria-prima a níveis bastante compensadores para o capital aplicado à atividade agroindustrial (Lima, 1979: 71). Dessa forma, a taxa média de lucro e a renda absoluta do pequeno produtor acaba sendo apropriada em grande parte pela usina.

O capital apropria-se, assim, da renda do pequeno agricultor, rompendo as barreiras impostas pela apropriação privada do solo e, ao mesmo tempo, pelo afã de lucro que caracteriza o capitalista agrário. O camponês apresenta, desse modo, peculiaridades que lhe permitem reproduzir a sua atividade onde o capitalista e/ou grande proprietário de terras não o conseguiriam, por não está plenamente inserido na lógica de produção capitalista. Apesar dessa situação de subordinação dos pequenos produtores, o capital industrial não conseguiu estender seu domínio direto sobre todo o setor agrícola que lhe serve de suporte, sendo o domínio majoritariamente exercido por meio da capacidade de imposição do preço da cana-de-açúcar. (Lima, 1979: 73).

Borges et al. (1988) afirmavam que o álcool era economicamente inviável. Na época a afirmação era válida. Como colocado anteriormente, a produção do etanol somente não sofreu uma redução drástica no seu consumo devido à obrigatoriedade da mistura à gasolina e ao incremento do número de automotores. Atualmente, embora existam várias reclamações do setor sucroalcooleiro durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, a realidade é distinta, a cana continua a se expandir, apesar de não mais existir o mesmo entusiasmo que existiu durante a primeira década do século XXI.

Ao observarem-se os dados da produção da cana e do álcool, pode notar-se que houve um incremento da produtividade da cana (Paula, 2008: 22). Lembrando Caio Prado, ao se referir as duas questões distintas, “o que interessa em primeiro lugar e constitui o problema essencial primordial da economia brasileira, é a melhoria das condições de vida do trabalhador rural (...) é em função das soluções dadas a este problema, que se considerará a questão da elevação do nível tecnológico da produção” (Prado Júnior, 1979: 185).

Retomando a questão da qualidade de vida do trabalhador rural (que não necessariamente reside no campo) o livro *Migrantes*, organizado por José Roberto Novaes e Francisco Alves, reporta a condição de vida dos migrantes que se deslocam de sua região de origem para o complexo agroindustrial sucroalcooleiro buscando

melhores condições de vida. “A migração, por sua vez, continua a refletir disparidades regionais que se realimentam em um mesmo processo que pressupõe não só a circulação de produtos, mas também a circulação da mercadoria trabalho” (Novaes, 2007: 89-90).

Na citação, fica claro que as disparidades regionais são essenciais para o desenvolvimento da economia sucroalcooleira e os migrantes são absolutamente inseridos no processo de produção (Vettorassi, 2007: 153). O migrante, segundo Alves, encontra hoje uma situação pior do que a da década de 80:

Percebe-se que, mesmo cortando quase o dobro de cana que cortava na década de 80 (dez toneladas por dia hoje *versus* seis toneladas de cana por dia em 1980), atualmente o trabalhador tem salário inferior ao piso salarial pago naquela época. (Alves, 2007: 39)

Nota-se que o estudo dos impactos socioeconômicos da atividade sucroalcooleira é indissociável da questão do migrante que desempenha função similar ao que Gilberto Freyre atribui ao cabra:

A história social do Nordeste da cana-de-açúcar está ligada, como talvez de nenhuma região do Brasil, ao esforço do mestiço, ou antes, do cabra. Um esforço que se tem exercido debaixo de condições duramente desfavoráveis. (Freyre, 1961: 149)

Como a sociedade do açúcar do Nordeste de Freyre, a economia sucroalcooleira do centro-sul é, também, uma sociedade cheia de contrastes.

Como relata Dawsey (2013), vive-se há tempo uma expectativa de que o boia-fria irá desaparecer. A primeira vez que o pesquisador teve contato com a cultura canavieira também acreditou que esse processo de desaparecimento do boia-fria seria algo rápido e irrefutável, mas diante dessa antiga certeza de que as máquinas substituíram os homens no campo ainda não ter se concretizado, para evitar equívocos se prefere evitar premonições. No entanto, como pesquisador, também não ousaria afirmar que a figura do boia-fria sobreviverá ainda muitos anos. Em razão dessa ideia de que o boia-fria talvez seja uma figura que desaparecerá, o método da etnografia parece ser útil na descrição da figura do trabalhador volante, pois “fazer etnografia é a tarefa de quem conta história daquilo que foi ou que está prestes a ser esquecido.” (Dawsey, 2013: 44)

É válido ressaltar que no presente trabalho se usa muitas vezes trabalhador volante como sinônimo de boia-fria. Boia-fria foi uma denominação consolidada na academia por muitos anos, mas o termo acaba por evidenciar ainda mais o processo de exclusão social em que estão inseridos esses trabalhadores e acaba por reforçar essa percepção. O termo trabalhador volante, por sua vez, corresponde a classificação

oficial adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Está inserido no grande grupo dos “Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Pesca e Trabalhadores Assemelhados” e no subgrupo “Trabalhadores Agrícolas Especializados”. Dentro do subgrupo dos Trabalhadores Agrícolas Especializados há o grupo de base do “Trabalhador Volante da Agricultura”, que realiza tarefas próprias da agricultura, como capinação, plantio, colheita. Como se percebe nas entrevistas, os cortadores de cana não gostam nem usam o termo boia-fria; eles se identificam como trabalhador rural ou como cortador.

Se a literatura aponta que os pequenos proprietários eram explorados pelas usinas, a situação do trabalhador volante, que se caracteriza pela itinerância é ainda mais complicada. De acordo com a literatura acerca desses trabalhadores, é comum alguns perderem a vida nos canaviais, como relatado no documentário *Migrantes*, dirigido por Beto Novaes, Francisco Alves e Cleisson Vidal.

É preciso romper com ‘as correntes invisíveis’, aquelas que atam os trabalhadores a relações caracterizadas pela injustiça social e que causam indignação moral a todos aqueles preocupados com a defesa dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais igualitária. (Abreu, 2007: 184)

Abreu (2007) ao relatar a condição dos canaviais paulistas demonstra-se indignado com as condições encontradas no século XXI. Dialogando com a literatura, pergunta-se: como são as condições dos canaviais na região de Carmo do Rio Verde?

2.1.2 Em Carmo do Rio Verde

Como relatado, Carmo do Rio Verde é uma região em que se desenvolveu ainda no século XX. Sua ocupação ocorreu em um período concomitante à Marcha para Oeste, durante o Estado Novo. Esse ideal de expandir a modernidade para o interior do país caracterizou o século XX. “A meta da era republicana é a *modernização*, perseguida por Vargas, por Juscelino, e pelos governos militares. O objeto da ação é sempre o território, confundido com o próprio país” (Moraes, 2008: 139).

Nesse contexto, o pequeno povoado de Carmo do Rio Verde, cuja história foi relatada, cresceu. Na década de 1980, foi fundada Cooperativa Agroálcool de Carmo do Rio Verde (Coave) por um grupo de proprietários rurais da região. Como relata Yrmão (2003), o maquinário da usina foi comprado por meio de financiamento do Banco do Brasil. A primeira safra foi colhida em 1984. Nos primeiros anos a usina produzia apenas etanol, que no período era chamado de álcool. No início da década de 2000, a usina foi comprada por um grupo de tradicionais usineiros oriundos do

Nordeste. O grupo Japungu, que possui outras usinas, expandiu a capacidade produtiva da usina, possibilitando a produção de açúcar e etanol.

Com essa aquisição, iniciou-se um processo de rápida expansão da produção canavieira. É válido ressaltar que essa expansão ocorreu de forma acelerada no estado de Goiás. Para se ter uma ideia, de acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), na safra de 1999/2000, houve uma produção de 7.163 mil toneladas de cana-de-açúcar; na safra 2014/2015 a produção foi de 66.276 mil toneladas do produto. Uma produção quase dez vezes maior em um período de aproximadamente quinze anos.

A região do Vale do São Patrício vivenciou essa transformação intensamente. Algumas fazendas que produziam por meio de parcerias, foram incorporadas ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro. Também os meeiros, que produziam muitas vezes em uma lógica não necessariamente capitalista, foram proletarizados e passaram a ser trabalhadores assalariados, podendo ser considerados proletários do campo.

Como relata Ávila (2009) e pôde averiguar-se durante a pesquisa, na região de Carmo do Rio Verde, estabelece-se um sistema de parceria na perspectiva legal, mas factualmente ocorre uma forma de arrendamento das terras, pois a usina é responsável pela produção. Apesar da produção ser responsabilidade da usina, o proprietário recebe de acordo com a produtividade aferida. A usina estabelece uma relação desigual com os proprietários, que beneficia o grande capital da usina. Nessa relação, a usina é responsável pelo plantio, pela manutenção e pela colheita da cana-de-açúcar; o proprietário recebe uma renda por disponibilizar sua propriedade para a produção da usina.

Como relata Alves (2007) acerca do processo de expansão do complexo agroindustrial brasileiro, em Carmo do Rio Verde, a expansão do complexo agroindustrial canavieiro, embora possua algumas peculiaridades, também se assemelha ao que ocorreu em outras regiões.

Dessa forma, as condições da competitividade do CAI canavieiro, assim como da quase totalidade de produtos do agronegócio brasileiro, repousam ainda, destarte os investimentos em inovações tecnológicas, na tríade de fatores tradicionais: terra barata, mão-de-obra barata e forte impacto ambiental. (Alves, 2007: 27)

Embora não seja o principal objetivo desse trabalho, basta uma simples visita a região para perceber que os impactos ambientais são significativos na paisagem e na

diversidade ambiental da região. Além desses impactos, pode perceber-se o forte cheiro de vinhaça e a fuligem das queimadas que invadem a cidade.

Com relação aos preços da terra, de acordo com relatos, houve uma valorização da terra e uma diminuição de parcerias, por exemplo meeiros, após a expansão da lavoura canavieira. Obviamente, o setor canavieiro aproveitou-se das terras relativamente baratas e da produtividade do solo para expandir a produção, logrando uma mais-valia. A usina também se aproveitou das parcerias, que de fato são arrendamentos, para reduzir o montante de capital necessário para expansão da produção.

Apesar dos outros dois elementos serem essenciais para formação da tríade que possibilita a expansão do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, no presente trabalho, pretende ressaltar-se o terceiro elemento: a mão-de-obra barata. O setor sucroalcooleiro demanda enormes quantidades de trabalhadores para os serviços do campo. Duas fases do processo produtivo merecem destaque, com relação a demanda de mão-de-obra: o plantio e a colheita. Embora o plantio demande grande quantidade de mão-de-obra, o fato de não haver a necessidade de ser realizado anualmente diminui a demanda de trabalhadores. Dessa forma, a fase que mais demanda mão-de-obra na atividade sucroalcooleira é a colheita.

No ciclo da produção da cana-de-açúcar, primeiramente prepara-se o solo, são feitas correções que ajudem a melhorar a produtividade, e escolhe-se a variedade de cana que se plantará. Usinas e centro de pesquisas gastam muitos recursos em pesquisas de variedades que se mostram mais produtivas. Posteriormente, é realizado o plantio; tratores abrem os buracos que serão enterradas as mudas de cana pelos trabalhadores. De acordo com relato dos trabalhadores, em razão da chuva e do barro, o trabalho no plantio é muitas vezes mais desgastante do que o corte e os rendimentos são inferiores. Durante um ciclo de aproximadamente um ano e meio, a cana cresce, durante esse ciclo o canavial é acompanhado e normalmente são usados alguns herbicidas e pesticidas, para assegurar a alta produtividade do canavial. Após esse período, chega-se a época da colheita. Na colheita manual, em regra, coloca-se fogo no canavial para facilitar o corte.

“A fase de colheita da cana-de-açúcar é decomposta em três atividades: corte, carregamento e transporte. Mas só as atividades de carregamento e transportes foram mecanizadas” (Alves, 2007: 25). Atualmente percebe-se um rápido processo de

mecanização em várias regiões, inclusive em Carmo do Rio Verde, como se pode notar na seguinte passagem.

P.: Como acha que fica esse pessoal com a modernização agrícola? Parece que esse ano já diminuiu muito o corte.

R.: Diminuiu, ixi, esse ano diminuiu praticamente, em termos de manual, diminuiu 50%. Esse ano nós vai trabalhar só com 420 pessoas, facção, manual. Só 420. Ano passado a gente trabalhou com 500, 600, 650. Esse ano só 420.

P.: Você acha que a tendência é acabar com corte da cana manual?

R.: A tendência é acabar, mas só que eu creio que ainda vai demorar bastante. Porque essas canas, tem muito lugar que máquina não roda, pé de serra, meio ondulado, né. Então, mas a tendência é acabar. Já tem uma lei que não pode mais queima de cana. Então, cada ano está diminuindo. O cara que não quer ficar sem, tem que progredir, caçar um jeito de estudar, tirar uma carteira para passar no motorista. Oportunidade tem, serviço tem, o cara que. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 20/04/2015)

Como pode se perceber na passagem, o trabalhador percebe que se vivencia um processo de mecanização rápida do corte manual da cana-de-açúcar. Também é válido ressaltar que o trabalhador identifica como causa do fim do corte manual a questão ambiental, relacionada à necessidade de queimadas para se fazer o corte manual.

É importante destacar que a lógica desenvolvimentista, ao evidenciar as questões ambientais, procura apagar a situação laboral, na medida em que a tecnologia pressupõe o emprego de máquinas tão somente. Essa evidência se manifesta no caso brasileiro nos sítios das empresas canavieiras, nos quais as imagens veiculadas são as das grandes máquinas colheitadeiras, onde os operadores das mesmas não aparecem, bem como os locais onde estão os cortadores manuais, cobertos pela fuligem da cana queimada. Por outro lado, tais imagens são ancoradas em normativas institucionais que asseguram ou a invisibilidade dos trabalhadores ou a visibilidade dos mesmos inseridos em relações laborais “sustentáveis” social e ambientalmente. (Silva; Verçoza; Bueno, 2013: 255)

No entanto, enquanto esse processo de mecanização não se conclui, muitos trabalhadores continuam a trabalhar de forma bastante intensa no campo. De acordo com Dal Rosso, “há intensificação do trabalho quando se verifica maior gasto de energias do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas” (2008: 21, grifo nosso). Na década de 1980, José Graziano da Silva destacava que um dos efeitos da modernização da agricultura era a intensificação do trabalho.

(...) Os fertilizantes (adubos e corretivos), à medida que aumentam a produção por unidade de área, aumentam as exigências de mão-de-obra por ocasião da colheita, cujo tempo se reduz em função da utilização de amadurecedores químicos, de variedades precoces e da mecanização parcial nas atividades de carregamento, transporte e beneficiamento da produção. Os defensivos (herbicidas e pesticidas), além de reduzirem drasticamente a exigência de mão-de-obra empregada nos tratos culturais, aumentam a descontinuidade de absorção dos trabalhadores nessas atividades. Finalmente, a mecanização – à medida que atingi principalmente a preparação do solo na fase do plantio e das atividades relacionadas com os tratos culturais mas não as de colheita – acentua a variação das exigências de mão-de-obra própria da atividade agrícola.

(...) Essa distribuição mostra uma *maior sazonalidade do trabalho agrícola*, tanto pelo fato de se ter reduzido a mão-de-obra necessária nas atividades do plantio e dos tratos culturais e aumentado a da colheita, como por ter acentuado os períodos de descontinuidade da ocupação, próprio de certas fases, dado que uma mesma atividade pode agora ser realizada em menor tempo.

É importante destacar que o tempo de trabalho necessário para executar determinada atividade diminui não apenas pela maior eficiência das técnicas introduzidas. Também contribui o fato de que a intensidade do trabalho daqueles indivíduos que permanecem aumenta extraordinariamente. (Silva, 1981a: 108-109)

Embora relate o processo de modernização na década de 1980, no estado de São Paulo, o trecho da obra de José Graziano da Silva é muito elucidativo para se pensar acerca do processo de modernização e mecanização no campo na região de Carmo do Rio Verde. É verdade que o uso de herbicidas e pesticidas reduz de forma considerável o uso de mão-de-obra no trato da cultura canavieira, embora ainda existam trabalhadores que trabalham de forma incessante para fazer o controle do canal e averiguar a necessidade de aplicações de defensivos agrícolas.

Uma característica que deve ser ressaltada na atividade canavieira é a extensão do período da colheita, pois há uma lógica um pouco diversa das demais atividades agrícolas. A produção deve ser feita de maneira a garantir que o campo forneça matéria-prima de maneira a reduzir o tempo de ociosidade da indústria.

P.: Quanto tempo durava esse contrato, o senhor lembra?

R.: Contrato de safra só

P.: Mas a safra era menor naquela época?

R.: Era menor. Tinha safra até de três meses. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 16/07/2015)

Esse trabalhador participa da atividade canavieira desde a década de 1980, na região. Com a expansão e a modernização da atividade canavieira, houve uma ampliação do período da safra. Em 2015, por exemplo a colheita teve início em 22 de abril e chegou ao fim apenas no dia 13 de novembro. Logo, percebe-se que a safra dura na atualidade mais do que o dobro do que durava na década de 1980.

O processo vivenciado na atualidade em Carmo do Rio Verde não é fruto do acaso, nem é algo isolado. Como Maria Aparecida de Moraes Silva relata, há uma tendência no capitalismo de se alterar o mundo do trabalho:

Por meio de máquinas, procedimentos técnicos, químicos e outros, a maquinaria revoluciona as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do trabalho. Fazem parte da natureza da grande indústria a mudança no trabalho, a fluidez das funções, a mobilidade universal do trabalhador e o exército de reserva. A acumulação do capital, manifesta mediante o processo de mais-valia relativa, pressupõe o crescimento incessante do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo. O progresso técnico da base produtiva seria a lógica do processo de valorização do capital, isto é, parte de sua própria natureza. O recente processo de

reestruturação produtiva, resultante da mundialização do capital, enquadrar-se nestas previsões marxianas. (Silva, 1999: 305-306)

Os trabalhadores que vivenciam o atual período de produção do setor sucroalcooleiro e vivenciaram as práticas produtivas no passado são enfáticos ao afirmar que, na atualidade, os trabalhadores são mais exigidos, pois há um maior controle sobre o trabalho realizado. Em razão da lógica do processo de valorização do capital é possível notar-se alterações dos trabalhadores que permanecem no pesado trabalho do corte da cana-de-açúcar.

P.: Mas o pessoal também não cortava que nem corta hoje?

R: Não, era diferente, né. Era menos exigência.

P: Porque não precisava cortar tão baixo? Como que era isso daí?

R.: O amontoamento não existia, não precisava cortar tão baixo, era muita coisa que não sei se é porque o pessoal ainda não tinha aquilo bem definido ou se fazia vista grossa, não sei. Mas não era tão exigente quanto hoje. Hoje é mais exigente um pouco.

P.: Hoje é mais exigente?

R.: É. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 17/07/2015)

O amontoamento que se refere o trabalhador é o ato de o trabalhador juntar a cana cortada nas 5 ruas, em apenas uma rua, como pode visualizar na figura abaixo. Ainda hoje algumas usinas não remuneram os trabalhadores por esse serviço. Em Carmo do Rio Verde os trabalhadores recebem uma porcentagem pela realização desse trabalho.



Figura 6: Foto do canavial após o corte realizada pelo autor.

2.1.2.1 Os trabalhadores

De acordo com dados coletados nas nossas visitas, na parte agrícola do complexo sucroalcooleiro trabalham 544 pessoas. A grande maioria está envolvida

com a atividade do corte-da-cana, pois, como relatado, há mais de 400 pessoas envolvidas com a atividade do corte.

Conseguiu-se levantar dados sobre a idade, estado civil e local de nascimento de 436 trabalhadores, consultando-se as fichas de filiação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde. Algumas fichas de filiação estavam incompletas, não contendo uma dessas três informações que buscamos. Uma minoria das fichas não continha nenhuma das três informações.

Acerca do estado civil dos trabalhadores percebeu-se um grande problema em razão da efemeridade das relações. Muitos dos trabalhadores que constavam no registro como casados ou solteiros, encontravam em situação distinta. Teve-se conhecimento dessa dificuldade, pois alguns desses trabalhadores foram entrevistados e corroboram a referida constatação.

Das fichas cadastrais consultadas no sindicato, 325 tinham informação acerca da naturalidade dos trabalhadores. De acordo com os dados levantados, esses trabalhadores são oriundos de 14 estados e o Distrito Federal: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Tocantins. Como pode notar-se, usando-se a classificação regional do IBGE, dessas 15 unidades da federação, oito estão localizadas no Nordeste, três no Centro-Oeste, duas no Sudeste e duas no Norte.

Acreditar que a maioria dos trabalhadores são oriundos do Nordeste, no entanto, é um equívoco. De acordo com os dados levantados nas fichas, a maioria dos trabalhadores (210 trabalhadores) são naturais do estado de Goiás, da cidade de Carmo do Rio Verde e de outras cidades vizinhas. Ainda da região Centro-Oeste dois trabalhadores são naturais de Mato Grosso e um é natural do Distrito Federal.

Nas fichas cadastrais do sindicato, apenas sete trabalhadores são oriundos da região Norte. Dois nasceram no estado do Pará e cinco nasceram no estado do Tocantins.

Dos 19 trabalhadores nascidos na região Sudeste, apenas um é oriundo do estado de São Paulo. Os demais trabalhadores nasceram em diversas cidades de Minas Gerais. Acerca dos trabalhadores de Minas Gerais, destaca-se a faixa etária desses trabalhadores. De 18 trabalhadores, sete nasceram na década de 1950, seis na década de 1960, dois na década de 1970 e três na década de 1980. Embora não tenha havido condições para comprovar, essa distribuição de faixa etária provavelmente pode ser explicada, em razão de os trabalhadores oriundos de Minas Gerais não estarem

incluídos nas migrações de retorno. Há uma grande probabilidade de esses trabalhadores tenham migrado há muitos anos e tenham estabelecido residência na região. Esse fenômeno da alteração do fluxo migratório, também é notado na região de São Paulo, como percebe-se no fragmento seguinte.

Se na década de 1980 a região canavieira de São Paulo era um território de mineiros e baianos, a partir de 2001 esse território passou a ser dividido com piauienses e maranhenses. Uma parte dos mineiros e baianos, de migrantes sazonais, passou a ser moradora da região. Quem passou a fazer essa viagem e ter esse papel pendular foram os piauienses e maranhenses. (Alves, 2007: 23)

Nos dados levantados, há 86 trabalhadores do Nordeste. Não por coincidência, os estados do Alagoas, Maranhão e do Piauí são os que contribuem com maiores contingentes, respectivamente, com 31, 21 e 15 trabalhadores.

É válido ressaltar a faixa etária dos trabalhadores maranhenses. Apenas um trabalhador nasceu na década de 1960, quatro na década de 1970, dez na década de 1980 e cinco na década de 1990. Para se comparar com os trabalhadores de Minas Gerais mais de 70% nasceram nas décadas de 1950 e 1970, enquanto os trabalhadores maranhenses esse percentual é inferior a 5%. Pode-se notar que os trabalhadores maranhenses são mais jovens, e como se pôde notar nas entrevistas realizadas muitos migraram para região há pouco tempo ou realizam a denominada migração temporária permanente (Vettorassi, 2007: 127).

Por fim é válido destacar a ausência de mulheres no campo. Há poucas mulheres que trabalham como operadoras de máquinas, mas não há nenhuma mulher trabalhando no corte da cana-de-açúcar, irrigação e bituca. “Divisão espacial e divisão sexual do trabalho, espaços masculinos e femininos, controle do trabalho exercido pelos homens, nada disso surge por acaso ou uma racionalidade absoluta da empresa” (Silva, 1999: 198). Na entrevista, a seguir, percebe-se que em uma região relativamente próxima, Goianésia, há várias mulheres que realizam o serviço que lhes são restritos em Carmo do Rio Verde.

P.: Você acha que, por exemplo, no corte da cana hoje a maioria é homem ou tem muita mulher também?

R.: Não. Corte de cana aqui na nossa região não tem mulher.

P.: Não tem?

R.: Não.

P.: Por que a empresa não quer ou por que elas não querem, o que você acha?

R.: É aquilo que te falei. A política da empresa. Só que tem uma lei que diz que tem que ter no mínimo 20% de mulheres. Só que as mulheres aqui não querem isso, não quer cortar cana. E até então, não tem também, sabe. Não tem essa mão-de-obra, é difícil arrumar essa mão de obra aqui. Aqui no nosso município. Agora no município de Goianésia lá tem corte de cana

manual com mulheres. Lá até o ano passado tinha três turmas de mulheres cortando cana.

P.: É turma só de mulheres?

R.: É. Uma turma só de mulheres. Elas têm que ser tudo separadas. Até o fiscal tem que ser mulher.

P.: É?

R.: Isso. Não pode ser homem.

P.: Não pode ter turma de homem e mulher juntos?

R.: Não, não pode.

P.: Não sabia, não.

R.: Aqui nós tinha, aqui. Tinha duas turmas de mulher aqui na bituca até o ano passado. Aí como elas estavam brigando entre si, sabe.

P.: A empresa acabou?

R.: Aí a empresa pegou, resolveu, mandou todo mundo ir embora e pronto.

P.: É só homem na bituca?

R.: Isso.

P.: Então, hoje na empresa é basicamente só homem que trabalha, nessa parte de agrícola?

R.: É, na parte agrícola, o que tem hoje de mulher é só operadoras de trator e colhedora.

P.: Mas são poucas, também, ou não?

R.: De operadoras hoje de trator, transbordo, trator e colhedora, junto tudo acho que deve dar umas 18 mulheres.

P.: De 600 mais ou menos, né?

R.: Isso. É zero, zero vírgula alguma coisa por cento. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 20/04/2015)

Assim como o silêncio pode significar muito, a ausência de mulheres em atividades manuais no campo, expressa a discriminação de gênero que ocorre nos canaviais da região. Essa discriminação é reproduzida por meio da prática de contratação da empresa e também por meio do discurso de vários trabalhadores, como pôde notar-se nas entrevistas, acabam retirando de várias mulheres a oportunidade de trabalhar.

A divisão sexual do trabalho é definida por relações sociais de gênero, nas quais estão presentes as relações de dominação e poder de um sexo sobre o outro. Além disso, o controle da sexualidade imbricado nestas relações passa a fazer parte do universo simbólico que orienta as práticas destes agentes. Assim sendo, esta divisão sexual do trabalho, ao definir o trabalho das mulheres como leve, está impregnada de valores simbólicos, que justificam as práticas de controle tanto de gênero quanto de classe. (Silva, 1999: 189)

2.2 A divisão do trabalho no campo

Há na produção sucroalcooleira uma complexa divisão das atividades. No mar da cana, há várias pessoas que trabalham de sol a sol para garantir a produção de matéria-prima no complexo e há uma complexa divisão do trabalho no campo.

O processo produtivo da cana-de-açúcar possui diferentes etapas: o preparo do solo; a escolha da variedade agrícola da cana; o plantio; a adubação; a conservação do solo; o corte; o carregamento e o transporte para as unidades de beneficiamento, usinas ou destilarias onde vão ser produzidos álcool, açúcar ou outros produtos. O corte e o carregamento tem sido rotulados de “sistema de colheita”. (Ferreira et al., 1998: 13)

Não há condições no presente trabalho de tratar toda estrutura do complexo agroindustrial canavieiro. Por uma questão de foco, opta-se por relatar apenas a parte do setor ligada diretamente com a produção da matéria-prima, a cana-de-açúcar. Interessa-nos descrever as atividades das pessoas que trabalham com a irrigação e das pessoas que trabalham com a colheita da cana-de-açúcar.

Com relação a irrigação, é válido ressaltar que essa atividade é necessária não apenas para garantir ganhos de produtividade no canavial, mas também para lidar com uma importante questão ambiental da produção canavieira: a vinhaça. Os operários da irrigação trabalham em três turnos de oito horas, para garantir a produtividade dos canaviais e que a vinhaça não transborde para os rios.



Figura 7: Foto de tanque de vinhaça realizada pelo autor.

Há alguns quilômetros da usina, a vinhaça é despejada em tanques, como apresentado na fotografia, e em canais que se estendem ao longo dos canaviais. Os trabalhadores da irrigação devem garantir que esses canais não transbordem, pois a vinhaça em rios é um problema ambiental sério.

A vinhaça é caracterizada como efluente de destilarias com alto poder poluente e alto valor fertilizante; o poder poluente, cerca de cem vezes maior que o do esgoto doméstico, decorre da sua riqueza em matéria orgânica, baixo pH, elevada corrosividade e altos índices de demanda bioquímica de oxigênio (DBO), além de elevada temperatura na saída dos destiladores; é considerada altamente nociva à fauna, flora, microfauna e microflora das águas doces, além de afugentar a fauna marinha que vem às costas brasileiras para procriação (Freire & Cortez, 2000).

O constituinte principal da vinhaça é a matéria orgânica, basicamente sob a forma de ácidos orgânicos e, em menor quantidade, por cátions como o K,

Ca e Mg, sendo que sua riqueza nutricional está ligada à origem do mosto. Quando se parte de mosto de melaço, apresenta maiores concentrações em matéria orgânica, potássio, cálcio e magnésio, ao passo que esses elementos decaem consideravelmente quando se trata de mosto de caldo de cana, como é o caso de destilarias autônomas (Rossetto, 1987). Dos efluentes líquidos da indústria sucroalcooleira, a vinhaça é a que possui maior carga poluidora, apresentando DBO variando de 20.000 a 35.000 mg L⁻¹. A quantidade despejada pelas destilarias pode variar de 10 a 18 L de vinhaça por litro de álcool produzido, dependendo das condições tecnológicas da destilaria. A temperatura da vinhaça que sai dos aparelhos de destilação é de 85 a 90 °C (Rossetto, 1987).

Vários estudos sobre a disposição da vinhaça no solo vêm sendo conduzidos, enfocando-se os efeitos no pH do solo, propriedades físico-químicas e seus efeitos na cultura da cana-de-açúcar mas poucos avaliaram o real potencial poluidor da vinhaça sobre o solo e lençol freático (Lyra et al., 2003) já que, em virtude dos elevados níveis de matéria orgânica e nutrientes, principalmente potássio, quase toda destilaria brasileira tem adotado sua utilização na fertirrigação de plantações de cana-de-açúcar (Cunha et al., 1981). (Silva; Griebler; Borges, 2006: 109)

De acordo com Souza et al. (2015), no sistema canavieiro usa-se, em regra, três sistemas de fertirrigação, que é a irrigação com vinhaça e águas residuais: caminhão-tanque convencional e aplicação por aspersão; montagem direta; autopropelido com carretel enrolador.

- **Caminhão-tanque convencional e aplicação por aspersão:** na aplicação por aspersão são utilizados o sistema de montagem direta e autopropelido com carretel enrolador, podendo este ser alimentado diretamente de canais ou a partir de caminhões. (...)

- **Sistema montagem direta:** consiste, basicamente, em um conjunto moto bomba acoplado a um aspersor tipo canhão, ambos montados sobre chassis com rodas. O sistema também pode ser dotado de extensões (tubulações), com o objetivo de aumentar o espaçamento entre canais, ou seja, para diminuir a quantidade de canais que atravessam os talhões de cana. (...)

- **Sistema autopropelido com carretel enrolador:** é o mais difundido atualmente nas usinas e destilarias, sendo o mesmo introduzido com o objetivo de substituir a extensão da montagem direta de aspersão. (Souza et al., 2015: 11)

Na localidade visitada, verificou-se o uso do sistema autopropelido com carretel enrolador. Como afirmado por Souza et al. (2015) e pelas entrevistas realizadas no local, esse sistema demanda menor quantidade de trabalhadores por ser semimecanizado e é o mais difundido em usinas atualmente.



Figura 8: Foto de canal de vinhaça realizada pelo autor.

De canais, como os da foto acima, são retiradas a vinhaça usada na irrigação. Essa vinhaça é bombeada por motores para tubos que cruzam o campo de forma perpendicular aos canais, como se pode notar na foto abaixo.



Figura 9: Foto de bomba de irrigação realizada pelo autor.

Esses tubos são encaixados nesses grandes carretéis que aparecem na figura abaixo. Nesses carretéis há mangueiras de até 400 metros de extensão. Essas mangueiras são esticadas por tratores e são recolhidas automaticamente. Dessa forma, asseguram uma irrigação uniforme e diminuem a necessidade de mão-de-obra. No carretel da foto, a energia para recolher a mangueira é obtida por meio da força do líquido que é bombeado na irrigação, essa energia potencial é transformada em energia e é usada pelo carretel para recolher a mangueira.



Figura 10: Foto de carretel de irrigação realizada pelo autor.



Figura 11: Foto de irrigação realizada pelo autor.

A irrigação é essencial para lógica da industrialização da agricultura, que sempre busca intensificar a produção.

Ora, o que significa intensificar a produção agrícola senão colocar as forças da Natureza a serviço do capital? Significa que se opera uma transformação essencial: a terra deixa de ser o meio de produção fundamental, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilidade dos solos, pela água da chuva, enfim pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. O comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem. (Silva, 1981a: 24)

Os trabalhadores estão presentes na irrigação, mas cada vez em menor número. A função dos trabalhadores é garantir que as máquinas continuem a funcionar de forma a garantir a maior produtividade do solo. De forma diversa ao corte da cana, o trabalho na irrigação é bem solitário. Cada trabalhador cuida da sua bomba, por oito horas, e depois é substituído por outro trabalhador.

Na colheita da cana, há duas formas de realizar a atividade: por meio de máquinas e por meio do corte manual. Por meio de máquinas significa no contexto, sem o corte manual da cana. É válido ressaltar que há diversas variedades de colheitadeiras. No corte manual, o corte é realizado por trabalhadores, mas o carregamento e o transporte da cana também são feitos por máquinas.

Na região de Carmo do Rio Verde, a colheita é feita em cinco frentes de trabalho. Dessas frentes de trabalho, três são realizados por colheita mecanizada e duas são realizadas por cortadores. Na safra de 2015, foram 10 turmas de cortadores de cana. Cada turma é composta por até 42 cortadores de cana-de-açúcar. O trabalho desses cortadores é supervisionado por um fiscal de corte, como alguns trabalhadores denominam.

Os fiscais de corte têm que distribuir os trabalhadores no eito, averiguar a qualidade do serviço dos cortadores e conferir a quantidade cortada por cada trabalhador.

P.: Cada virada do compasso é?

R.: Cada virada do compasso é dois metros. A gente numera o trabalhador. Cada trabalhador. Por exemplo, eu tenho 42 trabalhadores, começo do número 1 até 42. Cada trabalhador pelo nome dele eu falo você é número tal, conforme o cara corta. Se eu tenho 40 trabalhadores, eu escolo do melhor até chegar nos mais fraquinhos. Aí você escala aquela turma para cortar cana. No corte de cana é o seguinte, se você colocar um bom junto com o mais fraco, aquele bom tem que ir cortando a ponteira para o outro e fica muito pesado para o cara. Você colocando dois caras mais ou menos igual, eles vão mais ou menos junto, fica melhor, até para a gente ver o serviço, e até para trabalhador também, não precisa ele ir forçando demais. Algumas vezes chega em uma cana muito caída trançada assim, ele indo sozinho na frente, ele tem que ir picando a cana do outro. Ele acaba fazendo o do outro. A cana, algumas vezes, cai sua cana na cana do outro. E daí se o cara é bom de serviço o outro é mais fraco aí ele tem que ir cortando a metade da beca do outro que está em cima da beca dele e aí prejudica muito o cara. Então sempre coloca os caras que cortam igual. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 20/04/2015)

Por meio dessa passagem, pode perceber-se que há uma teoria da organização do trabalho implícita no discurso do trabalhador. Essa organização reflete-se na distribuição dos trabalhadores no eito de acordo com a capacidade de corte de cada trabalhador e estimula que muitas vezes os trabalhadores façam competições entre eles – por exemplo, em uma das entrevistas um trabalhador fala com orgulho que ele faz parte do time titular dos cortadores, ou seja, está entre os 11 que mais cortam em sua turma. A produção de cada trabalhador é mensurada de forma individual, por meio do uso do compasso. Como na expressão de Dawsey (2013), os compassos são varas voadoras que são usadas para medir a produção de cada trabalhador.



Figura 12: Foto de canavial realizada pelo autor.

Essa figura possibilita pessoas que nunca avistaram um canavial possam entender o significado de uma rua. A rua é o espaçamento entre uma fileira de cana e a outra fileira. Cada trabalhador corta cinco fileiras de cana-de-açúcar simultaneamente. Como relatado antes, a cana de cada fileira é amontoada na rua do meio, a terceira rua.

É válido ressaltar que a disposição do eito influencia de forma significativa o esforço do trabalhador rural no corte da cana. Como afirma José Graziano da Silva, a implementação do corte de sete ruas no estado de São Paulo foi uma das principais motivações da famosa greve de 1984 em Guariba, “(...) parece não restar dúvida de que foi a reação dos trabalhadores à implantação do sistema de 7 ruas que fez acordar até mesmo os mais acomodados dirigentes sindicais de São Paulo” (Silva, 1997: 68). Em Carmo do Rio Verde, conforme foi relatado, também tentou-se alterar o sistema para sete ruas, mas os trabalhadores conseguiram manter o corte em cinco ruas.

P.: Uma pergunta, quando a gente estava conversando antes, você falou que aqui sempre foi 5 ruas. Tentaram botar o corte de 7.

R.: De 7. Isso, mas isso foi assim que eles chegaram e em 2006 eles tentaram novamente.

P.: Em 2006 eles tentaram novamente e o pessoal paralisou.

R.: Paralisou porque a própria Convenção Coletiva, ela tem uma cláusula. Que se diz o uso e costume. Se é uso e costume, o trabalhador aqui na nossa região ele é acostumado a cortar em 5 linhas

P.: Sim. É menos penoso?

R.: É menos penoso, com certeza, menos penoso. Aí o trabalhador não aceitou isso.

P.: 5 ruas. Se você pudesse explicar, para alguém entender, o que que era 5, 7 ruas como que você faria?

R.: Quando a gente diz cinco ruas. São as fileiras. As linhas de cana. Linha, linha um, linha dois, linha três, linha quatro e linha cinco.

P.: Sei. Tem um espaço maior para as outras linhas ou não, como que é?

R.: Não. Suponhamos que.

P.: Assim, a forma de cortar muda também, não muda também? De cinco para sete?

R.: Muda, muda, muda sim. Aonde os trabalhadores corta em sete linhas, o espaçamento é de 1 metro e 20 entre uma linha e outra. E aonde o trabalhador corta em 5 linhas, o espaçamento é de um 1 metro e meio.

P.: Entendi. Mas o trabalhador tem que cortar e juntar toda a cana na rua do meio?

R.: Isso. Na quarta beca.

P.: Na quarta?

R.: É. Ele corta, ele corta três linhas pra baixo e joga no pé da quarta. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 20/04/2015)

O fiscal tem que observar a qualidade do trabalho dos cortadores. Entre os pontos que são mais exigidos está o corte rente ao solo, pois há uma maior quantidade de sacarose nos gomos inferiores da cana. Outro ponto que é exigido do cortador de cana pelo fiscal é o despontar. Despontar é tirar a palha que fica na parte superior da cana-de-açúcar, que é uma impureza e reduz a qualidade do açúcar produzido. O trabalhador deve retirar a palha com o facão e afastá-la do amontoado, para que essa palha não seja carregada junto com a cana-de-açúcar durante a fase do carregamento.

Além dos fiscais de corte, há uma equipe do controle de qualidade que avalia o corte da cana. De acordo com entrevista realizada, caso o cortador não esteja dentro dos padrões de qualidade exigido pela empresa, o fiscal tem uma parte de sua gratificação descontada. Essa estrutura serve de motivação, para que os fiscais exijam dos cortadores a qualidade do corte.

Há também os frentistas, que são também empregados da usina. Os frentistas têm a importante função de definir qual será o valor pago por metro de cana cortada. Encontram-se em uma posição semelhante à posição dos feitores, descritos por Maria Aparecida de Moraes Silva. “Ao exercê-las, os feitores vêm-se envolvidos numa rede de relações entre trabalhadores e patrões, que levam a ser os “recheios de sanduíches”, aqueles pressionados tanto de um lado quanto do outro” (Silva, 1999: 128-129). Obviamente há, na atualidade, algumas diferenças. Uma importante modificação é praticamente a extinção da figura do gato. O gato era uma pessoa que contratava os trabalhadores rurais e ganhava a remuneração sobre uma parcela da remuneração dos trabalhadores. Esses trabalhadores eram contratados, em regra, de forma precária, e a usina, no caso de canaviais, não arcava com as obrigações

trabalhistas destes trabalhadores. Em razão da mobilização dos trabalhadores, da fiscalização do trabalho e das decisões da Justiça do Trabalho, a figura do gato foi sendo substituída. Em Carmo do Rio Verde, todos trabalhadores tinham vínculo empregatício diretamente com a empresa agrícola ligada à usina. É válido ressaltar que, embora dirigidas pelo mesmo grupo, há duas empresas distintas, uma relacionada à parte industrial e outra à agrícola. Também não se teve notícias de cooperativas de trabalho, que é uma forma de organização, na teoria, desejável, pois possibilita a emancipação dos trabalhadores; mas que na prática muitas vezes usadas para reduzir os direitos dos trabalhadores, como a literatura ressalta: “(...) lembremos que esse processo de organização tem se tornado ambíguo, pois há muitos casos em que se usa a legislação para organizar cooperativas sem a participação dos trabalhadores, a não ser como mão-de-obra” (Carmo, 2006:157).

Como de forma elucidativa expõe Maria Aparecida de Moraes Silva, a dominação e a aceitação da disciplina pelos cortadores não ocorre de forma unilateral. Ao longo das entrevistas, percebeu-se que muitos trabalhadores entendiam que os fiscais de corte e frentistas eram trabalhadores com a função de supervisionar o trabalho dos cortadores. Muitos cortadores relataram que os fiscais e os frentistas ajudavam os trabalhadores que respeitavam as normas da empresa, concedendo folgas ou liberando os trabalhadores mais cedo.

A interiorização da dominação, sob regime de trabalho livre, exige do capital uma organização hierárquica do trabalho que produza e reproduza mecanismos de disciplina. Entretanto, tais mecanismos não são unilaterais. Eles são produzidos no seio das contradições entre as duas forças – a dos patrões e dos trabalhadores. Rompidos os modelos de dominação pessoal vigente no momento anterior, a criação das figuras do empreiteiro, que “quebra galhos, da empreiteira, que “sabe dos problemas das mulheres”, do feitor, que “não manda o nervosinho para o escritório”, não deve ser interpretado apenas *vis-à-vis* o comando da empresa, como também o processo da aceitação-negação da dominação. (Silva, 1999: 135)

Nessa complexa divisão do trabalho no corte da cana, também se deve destacar o trabalho dos bituqueiros. É válido ressaltar que no local onde se fez a pesquisa são os bituqueiros, pois, como demonstra Silva (2011), em outras regiões esse trabalho é realizado predominantemente por mulheres. “Bituqueiras são as mulheres que exercem a função de recolher as bitucas – denominação dos restos de cana que são deixados nos canaviais após o corte manual e o carregamento realizado pelos guinchos” (Silva, 2011: 32).

P.: O pessoal da bituca sempre vai atrás da motocana?

R.: Atrás da motocana. Às vezes, quando é uma roça assim, que a bituca está ficando muito feia, a gente faz a recata, que é as bordadura da roça. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)



Figura 13: Foto do carregamento da cana realizada pelo autor.

Após os cortadores de cana deixarem a cana-de-açúcar amontoadada no canavial, inicia-se a fase do carregamento e do transporte. Como relatado, esses processos foram mecanizados. Grandes máquinas, que os trabalhadores denominam motocana, colocam muitas toneladas em caçambas que são tracionadas por tratores ou caminhões. O trabalho dos bituqueiros garante a redução do desperdício de cana durante essa operação. É comum, por razões diversas, que alguns pedaços de cana fiquem para trás, como se pode notar na imagem acima. Esses trabalhadores alternam-se em turnos de oito horas, andando atrás dessas máquinas de forma incansável no calor do dia ou no frio da noite.

Pode-se perceber que houve ao longo das últimas décadas uma alteração do processo produtivo, que objetivou aumentar a lucratividade. Embora existam algumas melhoras consideráveis na condição dos trabalhadores, essa não parece ser a maior preocupação. Em busca de redução de custo e aumento da produção ocorre a reestruturação produtiva do setor e a divisão do trabalho. Algo que se deve destacar é que diversos trabalhadores afirmaram que a usina era boa, por cumprir suas obrigações em dia. Esse discurso demonstra que ainda hoje existem inúmeras empresas que não cumprem sequer suas obrigações legais e desrespeitam

continuamente esses trabalhadores, que são heróis muitas vezes esquecidos do setor sucroalcooleiro.

A lógica que move a reestruturação produtiva é a de diminuir os custos, em geral, da produção, ao mesmo tempo em que a produtividade deve ser elevada. A diminuição dos custos é conseguida, não somente pelas inovações tecnológicas que diminuem os postos de trabalho e aumentam a produtividade do trabalhador, mas também pela intensificação direta da exploração dos trabalhadores que ocupam escassas vagas do processo produtivo. Nesse contexto, o trabalho, que já era superexplorado torna-se ainda mais. (Verçoza, 2012: 51)

2.3 O Sindicato: história e a situação atual

Antes de se conhecer, pensou-se que a organização do sindicato na localidade era recente e pouco organizada, em razão de ser uma região de ocupação mais recente do que outras regiões, como estado de São Paulo e Pernambuco. Em razão dessa perspectiva, acreditava-se que as condições de trabalho seriam piores do que em outras regiões que têm uma longa história de luta pelo direito dos trabalhadores. A pesquisa de campo foi, no entanto, muito gratificante ao demonstrar que o pesquisador estava completamente equivocado acerca da questão sindical.

Como é ressaltado na literatura “toda a estrutura sindical brasileira, foi **inspirada na** “corporação fascista” de Mussolini, tendo sofrido nesses anos todos apenas modificações com o objetivo de tornar esses órgãos de classe ainda mais atrelados ao Estado” (Silva, 2001: 84, grifo nosso). Assim como outras regiões, Carmo do Rio Verde também teve o desenvolvimento de um sindicato dos trabalhadores Rurais. Trata-se do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, com extensão de base São Patrício e Morro Agudo de Goiás. São Patrício é uma pequena cidade, com a população de um pouco mais de 2000 habitantes, cerca de 15 quilômetros de distância de Carmo do Rio Verde, foi distrito de Carmo do Rio Verde até 1995. É um município muito importante para usina instalada em Carmo do Rio Verde, pois a sede da parte agrícola da firma está localizada naquele município. Morro Agudo de Goiás tem uma população semelhante à população de São Patrício, fica a 45 quilômetros de Carmo do Rio Verde, até 1988 era distrito de Rubiataba.

Em um sistema produtivo como o sucroalcooleiro, a organização sindical tem a importante função de assegurar os direitos dos trabalhadores. A relação entre a usina e trabalhadores é indubitavelmente uma relação extremamente assimétrica, em que a presença de um sindicato forte e atuante é essencial para equilibrar essa relação ou ao menos reduzir essa assimetria. Em Carmo do Rio Verde encontrou-se um sindicato forte, com uma longa história de lutas.

Na década de 1980, muito antes da usina ter a importância para região que tem na atualidade, a figura de Nativo da Natividade destacava-se na militância pelos direitos dos trabalhadores no campo. Conforme relata Antônio Rodrigues Neto, irmão de Nativo e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde de 1998 a 2015, o seu envolvimento com o sindicalismo iniciou-se com as Comunidades Eclesiais de Base, organização comunitária criada pela igreja católica. Conforme relatos de trabalhadores mais velhos, na década de 1980, acontecia algumas vezes de o indivíduo trabalhar e não receber, nesse contexto de desrespeito ao trabalhador, Nativo tentou melhorar a condição de vida do homem do campo. Filho de uma família de migrantes mineiros, que vieram para região como meeiros, ousou indignar-se contra as condições de vida do homem do campo. Em razão de seu destaque, foi assassinado na porta do sindicato em 1985. De acordo com relato de Antônio Rodrigues Neto, Nativo foi assassinado pela grande projeção política que conseguiu em razão de seu envolvimento com o sindicato, três mandantes contrataram um pistoleiro que executou Nativo e impediu que ele concorresse ao cargo de prefeito do município. Antônio Rodrigues Neto ainda relata que um dos mandantes era o advogado que sempre representava o outro lado nos litígios trabalhista que Nativo se empenhava para assegurar o direito dos trabalhadores.

Em 1998, Antônio Rodrigues Neto, seu Antônio como é conhecido, assume a direção do sindicato. Antônio permanece na direção do sindicato por 17 anos, até julho de 2015. Durante esse período, pôde perceber algumas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, embora acredite que exista alguns pontos que ainda possam ser melhorados.

Por meio do sindicato, obteve-se conhecimento acerca da Convenção Coletiva do Setor Sucroalcooleiro. No estado de Goiás, todos sindicatos, por meio da Federação dos Trabalhadores Na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), reúnem-se com os representantes das usinas e firmam a convenção coletiva, que tem a data base 20 de março, antes do início da safra na região.

P.: Você podia falar de como que é esse, como se construiu o acordo coletivo no estado de Goiás? Tem alguma outra experiência nesses moldes assim? Porque no estado de Goiás, só para constar, são todos sindicatos que se reúnem com os representantes das usinas e firmam uma convenção coletiva. Mais ou menos no período de março, abril, que esse acordo é firmado?

R.: Então, nós temos uma Convenção Coletiva, nós temos várias, mas nosso setor alcooleiro, nós temos uma convenção coletiva que já vai para os 32 anos. Nós começamos na época, eu não participava, que não era do meu tempo, mas os companheiros começaram fazendo um acordo coletivo

no sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia e foi o primeiro acordo que nós fizemos há 31 anos atrás e esses acordos foram crescendo, e no terceiro ano já começamos a negociar a convenção coletiva. Então está até hoje, nossa data base é 20 de março, e ela vale para todo estado aonde tem cana, até para chupar nossa convenção abrange tudo. E nós temos hoje, a FETAEG tem 127 sindicatos filiados, desses 127 nós temos 42 que fazem parte da nossa convenção da cana, e esses 42 sindicatos abrangem uma faixa de 100 municípios, então a nossa convenção um pouco dela é isso, todo ano a gente faz questão de fazer assembleia em todos os municípios, a FETAEG faz questão de acompanhar, nós somos 9 diretores e todos nós ficamos a disposição para não ficar nem um sindicato sem a participação de um diretor da federação. Por que isso? Porque a gente acha importante a participação do trabalhador, e é aonde a gente vai conversar com o trabalhador é lá na roça, no sindicato, na cidadezinha do interior.

P.: É, bem, é verdade. E, por exemplo, todo sindicato, cada sindicato desses 42 que você disse, em cada um desses 42 sindicatos, eles fazem uma assembleia, para definir quais que são as reivindicações para saber qual reivindicação eles vão levar para reunião?

R.: Exatamente, em cada sindicato. Primeiro nós fazemos um encontro que está marcado para semana que vem aqui nesse mesmo local, 25, 26. A gente faz uma avaliação da nossa convenção e já começa a programar a próxima, certo?! Aí no começo do ano que vem a gente faz um encontro aqui com os diretores dos sindicatos. Esse encontro a gente já sai daqui com as datas das assembleias marcada.

P.: Entendi, no começo do ano?

R.: É, no começo do ano, depois de todas assembleias realizadas a gente faz outro encontro aqui, que se chama encontro do fechamento de pauta. Que nós vamos para essas assembleias pegar dos trabalhadores as reivindicações deles. Aumento de salário, alguma coisa que as empresas não estão cumprindo, e acha que é importante a gente colocar na convenção, aí a gente faz um último encontro aqui, ultimamente a gente está fazendo só aqui porque o local é bom, fácil, central em Goiás, então tudo ajuda para gente fazer aqui. A gente faz essa reunião de fechamento de pauta e aí no dia seguinte a gente já manda para o patrão, a pauta de reivindicação e a data para começar a negociar, e a gente negocia um ano na nossa casa e um ano na casa deles. (Entrevista com líder sindical no dia 17/11/2015)

Como se pode notar a história da Convenção Coletiva do Setor Sucroalcooleiro do Estado de Goiás, começou na região do Vale do São Patrício, na cidade de Goianésia, aproximadamente a 100 quilômetros de distância de Carmo do Rio Verde, também no Vale do São Patrício. Goianésia é por coincidência uma cidade em que se passou na primeira visita a Carmo do Rio Verde, em razão de se ter errado o caminho.

Essa negociação, como relatado, reúne 42 sindicatos de diversas localidades do estado de Goiás. Uma das vantagens da Convenção Coletiva é estabelecer responsabilidades para o empregador, além do exigido na legislação. Além disso, em uma relação assimétrica, como a relação entre usina e sindicato, a união de vários sindicatos tende a diminuir essa assimetria e possibilitar que regiões ainda com o sindicalismo não tão consolidado consigam melhorias efetivas para os trabalhadores.

Algumas cláusulas da Convenção Coletiva foram essenciais para a melhoria de vida do trabalhador, outras reforçam dispositivos consolidados na legislação trabalhista, mas tem a importante função de trazer essa legislação para mais perto do trabalhador e do sindicato.

Apesar dos avanços, ainda existem na Convenção Coletiva algumas cláusulas genéricas, que permitem a interpretação livre das usinas. Uma das cláusulas que merece destaque é a que estabelece que ao trabalhador, quando devido, será pago adicional de insalubridade; mas não especifica quais são os casos. Dessa forma, muitas atividades que são nitidamente insalubres, como o corte da cana, são consideradas pelas empresas como salubres, e o adicional não é pago ao trabalhador. No período da pesquisa, presenciei alguns trabalhadores que entraram na justiça requerendo o pagamento do adicional de insalubridade, porém, no dia da audiência, desistiram por medo de perderem seus empregos.

Com relação ao sindicato, outro ponto que merece destaque é um movimento relativamente recente na região, mas que ocorre em âmbito nacional. Na primeira vez que se visitou Carmo do Rio Verde, existia apenas um Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde; no, ano de 2015, esse sindicato foi dividido em dois sindicatos um relacionado à agricultura familiar e outro relacionado aos trabalhadores assalariados. De acordo com um dirigente sindical entrevistado, esse movimento ocorre nacionalmente e ele afirmou que é algo natural em razão da melhora das condições da agricultura familiar na última década; dessa forma, muitas vezes o sindicato eclético acabava por representar o patrão da agricultura familiar e o empregado assalariado. A seção em dois sindicatos seria, portanto, uma forma de diminuir os conflitos de interesse dentro do sindicato.

Em junho houve o início de separação dos dois sindicatos em Carmo do Rio Verde, mas ainda deve demorar algum tempo para a carta sindical ser aprovada no âmbito do Ministério do Emprego e Trabalho. Embora muito recente, sem ser possível mensurar o impacto dessa alteração na configuração sindical, trata-se de importante marco no movimento sindical rural.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desde a década 1960 foi a única confederação que representava os trabalhadores do campo, trabalhadores da agricultura familiar e trabalhadores assalariados. Em outubro de 2015, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR).

No estado de Goiás, foi criada a Federação dos Trabalhadores Assalariados Empregados Rurais de Goiás (FETAER), em agosto de 2015. Embora não seja o objetivo da presente dissertação, acredita-se interessante relatar esses achados.

Percebe-se que essas alterações sindicais podem ser significativas à medida em que aproxima a realidade sindical à diversidade das condições no campo. A situação dos trabalhadores assalariados rurais é de fato diferente da situação dos membros da agricultura familiar. Espera-se que essa transformação consiga possibilitar um sindicalismo ainda mais atuante na defesa dos interesses dos trabalhadores assalariados rurais.

3 O Cortador e A Mecanização

3.1 O processo de mecanização da colheita

Este é o último capítulo dessa dissertação. No capítulo analisar-se-ão as entrevistas realizadas com cortadores de cana, para que os leitores conheçam quem são esses trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro que exercem suas atividades longe dos olhos da maioria da população. Por meio das entrevistas realizadas e das observações do pesquisador, tentar-se-á compreender o cotidiano desses trabalhadores. Como ressaltado por Lefebvre, o tempo vivido é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade desses trabalhadores (Martins, 1998a: 5), no atual processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar, as contradições decorrentes do processo de reprodução do capital aparecem recorrentemente no cotidiano desses trabalhadores. Tentar-se-á apresentar essas contradições que fazem parte do cotidiano desses trabalhadores.

Como ressaltado anteriormente, a colheita é dividida em três atividades: o corte, carregamento e transporte. Em várias regiões produtivas, os trabalhadores do corte vivenciam um rápido processo de mecanização. O trabalho de centenas de trabalhadores é substituído por colheitadeiras. É verdade que em algumas regiões, por diversas razões, esse processo de mecanização é mais antigo.

Do mesmo modo, a mecanização atual do corte da cana, mediante o emprego crescentes de máquinas, poderia ser interpretado como um desdobramento natural deste processo de produção. Desde o momento da instalação das usinas, houve a combinação, nas diferentes fases do processo produtivo, da mão-de-obra, instrumentos e máquinas. Isto tem sido feito mediante inovações tecnológicas, físicas, químicas etc. (Silva, 1999: 306)

Ainda na década de 1990, a mecanização completa de todas as fases da colheita já era notada em vários canaviais de São Paulo. Percebe-se, no entanto, que esse processo ocorre em ritmos diversos e em períodos distintos em cada região.

Na região de Carmo do Rio Verde, esse processo iniciou-se em 2009 e intensificou-se nos últimos dois anos. Além de uma preocupação com a questão ambiental, principalmente em razão de se queimar o canavial para a realização do corte manual, a substituição de homens por máquinas faz parte da estratégia de desenvolvimento do setor. Provavelmente, essa estratégia foi buscada em razão da valorização do salário mínimo ao longo da última década, pois tornou-se mais custoso ter empregados. “Segundo cálculos existentes para cada cem demissões, são abertas doze vagas para funções especializadas, dentre elas, aquelas referentes aos condutores dessas máquinas” (Silva, 2004: 31). Logo, com a mecanização, para cada máquina

colheitadeira há uma redução de 88 empregos. É válido ressaltar que essa é uma tendência também de outros setores, como destaca Ricardo Antunes.

O que permite supor que, no estágio atual do capitalismo brasileiro, combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescido às mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização social do trabalho. (Antunes, 2004: 25)

Os trabalhadores percebem a realidade da redução do número de cortadores. Por meio das entrevistas, pôde notar-se que a maioria dos trabalhadores tem consciência da redução do número de empregos, mas muitos ainda não sabem qual serão as estratégias de sobrevivência serão adotadas, caso não sejam aproveitados nos novos postos de trabalho da usina.

P.: O que que você acha que vai acontecer com a maioria desse pessoal que não vai ser mais necessário no corte, no trabalho manual, no trabalho rural? Você acha que eles vão ficar aqui em Carmo do Rio Verde ou na região?

R.: Não fica. Não fica porque aqui no nosso município, na nossa região não tem trabalho para empregar a esse tanto de gente. Aqui não gera emprego para esse tanto de gente. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 20/04/2015)

Com a mecanização e a diminuição dos postos de trabalho no canavial, vários trabalhadores não terão outra alternativa, terão que deixar a região em busca de assegurar o sustento de suas famílias, como afirma o líder sindical. A modernização do canavial, ao invés de trazer mais segurança para esses trabalhadores, acaba por aumentar a incerteza sobre o futuro, pois muitos terão que migrar para outras regiões.

P.: Você acha que vai acabar o corte da cana?

R.: Acabar, acabar eu acredito que não, mas diminuir noventa por cento vai.

P.: Você acha que tem risco da sua turma, daqui alguns anos não existir mais e o senhor ter que trabalhar em outra função dentro da empresa?

R.: Não, possibilidade não. É uma certeza que vai acabar. É uma certeza, porque as queimadas têm que acabar.

P.: É mais por causa da queimada?

R.: Já é uma lei, tem que acabar as queimadas. Então, deve permanecer aí quem sabe umas duas turmas, quem sabe umas cinco turmas para fazer plantio, para cortar alguma área acidentada, mas sem queimar, eu acredito.

P.: Cortar sem queimar é difícil?

R.: É, não vai ser uma coisa muito fácil. (Entrevista com trabalhador rural no dia 17/07/2015)

Esse trabalhador que retira o sustento de sua família da atividade canavieira há mais de trinta anos, percebe que atividade do corte está se reduzindo, mas não acredita que o corte acabará completamente. No entanto, ele acredita que a situação para os que ficarem será difícil, pois a queimada do canavial antes do corte é algo que diminui a dificuldade e os riscos da atividade. Como se pode notar, no trecho, o trabalhador atribui ao fim das queimadas a razão da redução do corte manual da cana. No estado de Goiás, a Lei Estadual n° 15.834, de 23 de novembro de 2006, dispõe

sobre a redução gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis. Essa lei dá prazo até 2028 para a mecanização completa dos canaviais mecanizáveis.

P.: Está diminuindo o corte?

R.: Está diminuindo.

P.: Tem muita máquina?

R.: A tendência deles até 2017 é parar de cortar cana. A tendência deles é parar, mas não sei, acho que não para.

P.: Tem muito relevo ainda?

R.: É, só que eles estão entregando muita terra, muita fazenda. Muita terra cheia de pedra, morro.

P.: Por exemplo, se sua turma falasse amanhã: “Não, não vai ter mais corte”. O que que o senhor pensa em fazer?

R.: Vai ter que caçar outro meio. (Entrevista com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Na entrevista acima, percebe-se a contradição entre os fatos relatados pelo trabalhador e suas expectativas. Por um lado, o trabalhador nota que ocorre uma redução do número de cortadores, o crescimento da colheita mecanizada e o abandono dos canaviais mais acidentados; por outro lado, ele acredita que o corte não para. Acreditar que o corte acabará aumenta a ansiedade desse trabalhador e a incerteza sobre o futuro, pois com mais de quarenta anos de idade, no cenário atual de crescimento do desemprego, arrumar outro emprego na região não é fácil.

R.: Você pensou em ir para o corte?

P.: Já pensei, já. Só que aí, eu ouvi o boato que ia acabar com o corte. Que eles iam querer mecanizar tudo. Proibiram a queimada. Pensei: Se eu entrar no corte, vamos supor, sou um novato, quando eles resolverem mandar embora, quem que eles vão mandar embora primeiro? Os “novato”. Por que eles vão mandar, não vai mandar uma pessoa que tem experiência embora do corte, porque eles sabem que ela tem experiência. Então, eles vão no novato, o novato no corte. Então, já preferi não entrar no corte. Falei: “Não. Já pensei. Não, não vou fazer ficha para o corte”. (Entrevista com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

O processo de mecanização da colheita não altera apenas a expectativa das pessoas que tiram o sustento do corte há muitos anos, mas também a expectativa dos jovens. Esse jovem trabalhador optou por não trabalhar no corte, pois acredita que em razão de sua falta de experiência seria um dos primeiros a ser mandado embora. Por essa razão optou por trabalhar na bituca e afirmou que para a próxima safra tentaria um emprego na parte industrial da empresa.

P.: Com a mecanização aí, já teve muita gente que foi embora?

R.: Tem, diminuiu quatro turmas esse ano.

P.: Esse pessoal que ficou sem emprego foi aproveitado pela usina?

R.: Não, não. Os daqui da região, praticamente pegou tudo, eles fazem questão de pegar mais os daqui. Aí quando precisava de muitos, eles já ligavam, porque todo mundo tem telefone daqui. No caso, igual os maranhenses, esses meninos tudo de uma região só. O quê que eles fazem? “Liga lá e fala para o fulano reunir lá que pode vir dez”. Eles reúnem lá os dez e vem e aí a usina ficha. Só que esse ano ele já ligou: não vem

ninguém porque não precisa. Vão fazer questão de pegar os da região, no caso Ceres, Uruana, Rubiataba, São Patrício. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Algo que se pode notar na passagem é que o processo de modernização da colheita primeiramente tira o emprego dos trabalhadores que fazem as denominadas migrações temporária. A Convenção Coletiva do Setor Sucroalcooleiro do Estado de Goiás estabelece que a empresa tem a obrigação de empregar primeiramente os trabalhadores da região. Nesse primeiro momento, pode ser que a empresa tenha capacidade de aproveitar os trabalhadores da região em outras atividades, mas seguramente pela redução do número de trabalhadores decorrente da mecanização da colheita muitos terão que procurar emprego em outras atividades.

P.: Se reduzir mais o corte, você pensa em deixar o corte?

R.: Rapaz, eles podem reduzir o que reduzir, mas só que para acabar o corte, não acaba o corte.

P.: Mas, hoje, se disser: “ó, arruma outra coisa para fazer”, você nem pensa ainda, porque você queria continuar cortando.

R.: Não, eu continuo cortando. Agora, se alguém disser assim: “agora eu vou despachar vocês porque agora não tem como mais”, aí eu já me viro, caço outro meio. Arrumo outra coisa para fazer. Eu não sei fazer só esse serviço, eu sei fazer cerca, eu sei tirar leite, eu sei fazer de um tudo. De roça, eu sei fazer de um tudo.

P.: Se virar, você se vira?

R.: Me viro tranquilo. Do mesmo jeito que eu vim.

P.: Mas hoje você acha que, perto do que você fez, cortar cana é uma opção?

R.: É uma opção, porque eu estou tranquilo, estou sossegado, não precisa de eu estar, igual, trabalho hoje e amanhã já ficar imaginando onde é que eu vou trabalhar. E hoje, não. Hoje já tenho meu serviço fixo. Só levantar cedo, já sei para onde é que eu vou. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 13/07/2015)

Essa pequena passagem acima é de grande valia para compreender a razão de esses trabalhadores optarem por cortar cana, pois como afirma o trabalhador corte é uma opção em razão de reduzir a incerteza sobre o dia seguinte. Com a imposição da legislação trabalhista no campo, o trabalhador conseguiu algumas garantias, como a carteira assinada e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A mecanização da colheita da forma como é feita, para o trabalhador, significa o aumento da incerteza. Também é válido ressaltar que muitas das habilidades elencadas pelo trabalhador, como fazer cerca, tirar leite, têm a demanda reduzida em razão da expansão do setor canavieiro. O trabalhador tem consciência disso, provavelmente, por essa razão prefere acreditar que o corte não acabará, para tentar reduzir a angústia ocasionada pelo processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar.

P: Você tem consciência que, tem uma chance grande de sei lá, daqui duas ou três safras estar uma boa parte mecanizada, ficar cada vez com menos turma?

R: Tenho. E eles estão avisando direto. Estão avisando mesmo, os encarregados falam “vocês cacem meios de trocar a carteira, tirar a carteira”.

P: Você acha que eles vão contratar o pessoal?

R: Contrata. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 11/07/2015)

Como se percebe nesses trechos das entrevistas, os trabalhadores percebem que a redução do corte é uma realidade irrefutável, mas muitos não acreditam que o corte irá acabar. Outros tem a convicção de que a usina os aproveitará em outros serviços. Em um cenário de recessão econômica e de crescimento do desemprego, muitos desses trabalhadores ficam preocupados com o futuro. Muitas vezes a atitude é a de negação do fim do corte, que, embora seja um trabalho árduo, é a certeza de um trabalho. Em um país com tantas desigualdades, o corte, apesar de extenuante, é uma opção forçada por um trabalho certo e com uma remuneração razoável. Além disso, para muitos que foram meeiros e expulsos pelo processo de modernização do campo é a forma de garantir uma renda e manter o contato com a terra.

Na região de Carmo do Rio Verde, é válido ressaltar a tendência de grande uso de mão-de-obra em razão da expansão dos canaviais no primeiro momento, sendo uma região que atraiu grande quantidade de trabalhadores principalmente da região Nordeste, como foi relatado por vários moradores da região. Posteriormente, com o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias reduz-se gradualmente o uso de mão-de-obra.

Em resumo, o emprego de trabalhadores volantes no Estado de São Paulo estava, na primeira metade dos anos 80, diretamente relacionado à área plantada com cana-de-açúcar e, inversamente, com o desenvolvimento de novas tecnologias, particularmente às da mecanização dos tratos culturais e da colheita. (Silva, 1997:65)

Assim como ocorreu no estado de São Paulo, no complexo agroindustrial canavieiro de Goiás, esse processo repete-se. Essa redução da demanda de mão-de-obra, por sua vez, reduz a necessidade de se trazer trabalhadores de outras regiões e acaba modificando a dinâmica das migrações sazonais, como relata Novaes.

As mudanças no padrão tecnológico ocorridas nos últimos anos na lavoura canavieira contribuíram para modificar as dinâmicas das migrações sazonais, das idas e vindas anuais dos trabalhadores para a safra da cana. Nos últimos anos, os trabalhadores têm ficado mais tempo na região de destino, de dois a três anos. Morar um período maior na região da cana tem exigido novas estratégias em relação à família, que pode ficar por lá ou ser convocada para passar parte da temporada. Na pesquisa de campo encontramos grande diversidade de situações, como mulheres que acompanham os maridos com filhos, outras cujos filhos ficam com parentes, e ainda, situações em que o trabalhador antecipa casamento para trazer a mulher. Essa migração familiar não significa rupturas com a região

de origem, pois o projeto é acumular recursos com o trabalho para melhorar as condições de vida na terra natal. Ficar definitivamente na região não é objetivo para grande maioria dos trabalhadores entrevistados no Nordeste e em São Paulo. (Novaes, 2007: 94)

Uma peculiaridade que se deve ressaltar acerca da região estudada é que, em razão da história da região e da ausência de alternativas de emprego, há uma grande quantidade de trabalhadores naturais da região que se dispõe a trabalhar no corte da cana, ainda na atualidade. A mecanização de todas as fases da colheita, primeiramente retira o emprego dos trabalhadores migrantes sazonais. Para os trabalhadores que manterão seus empregos, a mecanização da colheita acaba por reduzir o espaço para reivindicações por melhorias. A máquina, criada para ajudar o homem, acaba não beneficiando aqueles que mais precisam de ajuda, que de uma forma ou de outra acabaram sendo excluídos e marginalizados pelo processo de modernização.

Arrastados pela tempestade do progresso que os arrancara de sua terra de morada, jogados nas beiradas do mundo, plantados no chão do “buraco” com os pés de cana que cortavam no eito, compunham com suas vidas tenebrosa alegoria da catástrofe do mercado e da chegada do desenvolvimento capitalista no campo. (Montes, 2013: 14)

Mais uma vez o progresso, que retirou a terra de trabalho de vários trabalhadores, agora retira o que lhes restou, o trabalho. Na década de 1990, os pesquisadores já alertavam que “se o processo parar nesse estágio e nada for feito além da mera adoção da técnica, pode-se ter certeza de que os custos desse processo serão pagos pelos trabalhadores da cana” (Veiga Filho et al., 1994: 55, grifo nosso). Mais de vinte anos, pode ter a certeza de que a mecanização da colheita vem sendo feita com pouca ou nenhuma responsabilidade social.

3.2 Esse ano está pior

P.: Essa é uma coisa que o pessoal comentou, os cortadores, ano passado vocês tinham uma margem para pagar um pouquinho acima da tabela?

R.: Tinha, tinha

P.: Esse ano está mais difícil?

R.: Está mais difícil, porque as máquinas de nove foram para quatorze. Essa cana em pé, está mais por cima, lugar que essas máquinas que corta, elas pega tudo. O que está acontecendo, nós praticamente estamos cortando só cana caída e só nas beiradas do corte, lugar que a máquina não vai. Entendeu?

P.: Então para o trabalhador está muito mais complicado? Porque a cana que ele ganhava dinheiro mesmo está ficando para as máquinas.

R.: Está. As máquinas estão cortando. E isso que o pessoal sente. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 16/07/2015)

Embora o corte perdure por várias décadas, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro são, em razão do discurso proferido pelo setor sucroalcooleiro, esquecidos.

Há, ainda, outras atividades nos canaviais paulistas que são camufladas no discurso da “ideologia do etanol”, que destaca somente o emprego de tecnologias elaboradas. Dentre as tarefas realizadas manualmente nos canaviais, podemos citar: a retirada de cercas e divisões de currais de propriedades arrendadas recentemente para o plantio de cana-de-açúcar, aplicação de veneno utilizando bomba-costal para eliminar as casas de formigas nos canaviais, aplicação de veneno “mata-mato” para eliminar o colônho e o cipó, plantio e carpa de árvores plantadas pela usina em áreas de reflorestamento. (Silva; Verçoza; Bueno, 2013: 264)

As máquinas, embora sejam criações que poderiam libertar o homem para outras atividades menos penosas e pudessem possibilitar mais tempo livre para a humanidade se realizar, não tem esse mesmo significado para todos.

Até meados dos anos 70, por exemplo, as colhedeiras mecânicas existentes em São Paulo eram “colhedeiras de vitrines” funcionando apenas no início da safra como uma arma das usinas para pressionar os salários dos trabalhadores volantes para baixo (Graziano da Silva, 1981). A verdade é que, 1976, apenas 5% da cana era colhida mecanicamente, proporção esta que se eleva para cerca de 20% no início dos oitenta. Em 1981, na região de Ribeirão Preto, a mecanização havia avançado a ponto de que 47% da cana era colhida mecanicamente, mas esta colheita é concentrada de tal forma que em apenas nas usinas mais de 50% da cana é colhida mecanicamente. Previa-se que o Estado de São Paulo teria no final da década dos oitenta entre 30% e 50% da sua cana colhida mecanicamente, o que não ocorreu devido às migrações internas, principalmente dos “mineiros” do Vale do Jequitinhonha que ajudaram a reduzir os salários pagos na época de safra. (Silva, 1997: 55)

Como se percebe na passagem, as máquinas, na década de 1980, apesar de serem usadas de forma incipiente acarretavam prejuízos para os trabalhadores, pois eram usadas pelos produtores como forma de reduzir o salário dos trabalhadores do setor. Outro ponto relevante destacado por José Graziano da Silva é a oferta de mão-de-obra de outras regiões que ajudaram a retardar o processo de mecanização, pois o capitalista, ao perceber que consegue ter um custo baixo com mão-de-obra, opta por retardar o investimento em máquinas para o corte e investe em outras áreas do processo produtivo.

Na década de 2000, houve inegavelmente um aumento do custo da mão-de-obra, além de uma intensificação da agenda ambientalista contra as queimadas. Além disso, o real mais valorizado ajudou que o processo de mecanização de todas fases da colheita fosse intensificado, mas ainda hoje existem muitos trabalhadores que tiram sua sobrevivência do corte da cana.

P.: Agora um fato que você narrou aqui antes foi a questão da redução do trabalho manual da cana, que está acontecendo na mecanização. Quando que você acha que começou a mecanização aqui em Carmo?

R.: A mecanização aqui no Carmo começou no ano de 2009, com duas máquinas testando e cada ano que foi passando foi só acrescentando essas máquinas. Esse ano mesmo, por exemplo, já vai trabalhar com 14 máquinas aqui no nosso município. Já a outra unidade deles, que tem lá em Uruaçu, que eles compraram outra usina lá em Uruaçu.

P.: Em 2011 né, por aí que eles compraram?

R.: Isso. Lá já é 100% mecanizada. Lá não tem corte manual. Por um lado, a mecanização é bom? É bom. Porque ela incentiva o trabalhador, sabe, a fazer um curso, incentiva o trabalhador a fazer um curso de máquinas colhedoras de cana. Ou seja: incentiva o trabalhador, alguns deles a estudar. Porque hoje essas máquinas é tudo computadorizada; mas também tem as suas desvantagens. Por quê? Porque cada máquina dessa, ela tira o emprego de oitenta homens, cada máquina que entra na colheita, ela tira o emprego, vai ficar oitenta homens desempregados. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 20/04/2015)

A mecanização diminui as vagas de trabalho disponíveis no setor. Além disso, os trabalhadores que são aproveitados em regra são os que têm maior grau de instrução, pois as máquinas são complexas. Aí está outro efeito perverso da mecanização, ela exclui definitivamente os trabalhadores mais excluídos.

Além de reduzir a quantidade de empregos, outro efeito perverso da mecanização é que, assim como na década de 1980, o uso das máquinas ainda serve para reduzir os salários dos trabalhadores.

P.: O que você acha. Você que já trabalhou em vários lugares aí com usina é diferente aqui dos outros lugares? Ou cana é cana mesmo?

R.: Rapaz, até que o ano passado foi melhor, mas esse ano aqui eu estou achando mais ruim. No ano passado, eu achei melhor para ganhar dinheiro. Esse ano o meu salário faz é piorar.

(...)

P.: Posso perguntar? Assim como que está por quinzena aqui esse ano aí mais ou menos, na média assim?

R.: A média mesmo está uns mil e trezentos uns mil e quatrocentos para cima.

P.: Mil e trezentos, mil e quatrocentos? O cara tirar dois mil e trezentos na quinzena aí.

R.: Rapaz, esse ano aqui acho não vai acontecer isso não. Ano passado eu ainda tirei ainda agora esse ano aqui. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

Esse trabalhador foi apontado por vários trabalhadores como o melhor cortador da região, se a situação está difícil para ele, fazer dinheiro no corte deve estar ainda mais difícil para os outros trabalhadores. Não se trata de uma perspectiva contrária a mecanização do corte; mas de uma perspectiva crítica, que faz considerações a maneira como é conduzido esse processo, em que os trabalhadores que contribuíram para a constituição dos canaviais são descartados como se fossem bagaços.

P.: E assim, com essa mecanização que está cada vez mais aumentando aqui em Carmo. Quem que você acha assim, por exemplo, você acha que primeiro, ano que vem assim, quem são os trabalhadores que você acha que vão perder o emprego? Se você falasse assim, são os mais velhos, os mais novos? E também assim, qual que é a percepção que você tem? Você acha que existe essa ansiedade por parte do trabalhador, eles ficam preocupados ou a maioria acha que não? O quê que você acha?

R.: Sim, o trabalhador fica preocupado sim, né, com certeza. Agora, a empresa faz redução dos empregos da seguinte forma: ela vai selecionar aquelas pessoas que falham demais, aquelas pessoas que apresentam

atestado demais, aquelas pessoas que às vezes seu superior está ali e pede para fazer alguma coisa e ele já sai de cara feia, falando e xingando. Então isso conta ponto para o trabalhador, em desfavor para trabalhador, não em favor para trabalhador, certo? Isso os fiscais vão notando, o frentista vai passando isso para frente, até chegar no departamento pessoal, até chegar nos recursos humanos, e isso vai tudo para ficha dele, questão de falta, questão de atestado, o cara foi para roça e não cumpriu a jornada integral de trabalho dele, a empresa vai analisar isso e no final, quando ela for fazer uma redução, na hora da contratação da mão-de-obra, ela vai escolher essas pessoas para poder diminuir o quadro de funcionário dela, sabe? (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

É interessante nessa passagem ressaltar que com processo de mecanização e com a redução dos empregos no campo, a empresa, provavelmente, irá demitir primeiramente os trabalhadores que reclamam. O trabalhador que reclama do preço da cana e das exigências da empresa deve ser o primeiro a ser descartado.

Além disso, nesse cenário com escassez de vaga, o cortador não pode ficar doente, pois a empresa manterá apenas os que possuem menor quantidade de faltas e menor quantidade de atestados. Como a maioria dos trabalhadores são safristas, os trabalhadores que apresentam muitos atestados são simplesmente excluídos da lista da empresa no ano seguinte.

P.: Você acha que tem chance, com esse processo de mecanização, de acabar a contratação temporária e ficar somente quem é permanente?

R.: Tem. Isso é o que algumas empresas querem e o pessoal também, vamos dizer assim, não sei qual que é o grupo, mas o pessoal que defende o meio ambiente, certo? O pessoal que defende o meio ambiente, o que eles mais querem é que acabe com as queimas de cana. Então acabou com a queima de cana, vai acabar com o processo de corte manual também, né? Então o pessoal do meio ambiente quer isso, quer mecanizar 100% das usinas do Brasil.

P.: E você acha que aqui em Carmo, vai ficar próximo de 100% daqui a alguns anos?

R.: Vai, vai ficar próximo. Já está ficando, né? Uma empresa que trabalhava com 1600 cortadores de cana, para hoje está trabalhando com pouco mais de 400, 400 e pouco, 500 cortadores. Se você for analisar isso, no decorrer de 2005 para cá, 2004, 2005 para cá, então isso teve uma redução muito grande, muito grande. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

Como se pode notar nesse trecho da entrevista, o processo de mecanização vem acontecendo de maneira intensa na região. Muitos trabalhadores que migravam para região deixaram de ir e buscaram outras alternativas, pois, de acordo com o relato do líder sindical, são aproximadamente 1200 postos de trabalho que foram extintos em razão do processo de mecanização. Esses postos de trabalho foram criados e extintos de maneira célere. Em menos de 15 anos, vários trabalhadores da região foram absorvidos pelo setor canavieiro em razão da expansão do setor e em poucos anos essas vagas foram extintas. O setor sucroalcooleiro que investiu na região e criou vários empregos assalariados, que substituíram várias relações de

parcerias que existiam na região, agora deixa o trabalhador em situação delicada, pois há uma dificuldade para se estabelecer parcerias e também há uma redução dos empregos assalariados. 1200 empregos em uma cidade com menos de 10.000 habitantes é um número muito significativo.

P.: Antigamente, em 2005 né? A usina absorveu quase toda mão de obra que precisava no corte daqui e tinha que chamar de outra região ainda? Para dar conta. A tendência é que daqui a alguns anos, não precise mais chamar de outra região?

R.: Não, a tendência é essa. A tendência é que nos próximos dois anos, três anos que vem pela frente aí não precise mais.

P.: E acaba que até alguns próprios trabalhadores da região, mesmo com um grau de instrução, segundo grau concluído, preferem cortar cana do que fazer outras atividades?

R.: Prefere, por quê? Porque no corte de cana ele tem, por mais que seja um serviço mais exaustivo, mais cansativo, mais pesado, muitos trabalhadores tiram aí uma média salarial muito ótima, melhor do que alguns operadores, melhor do que alguns motoristas. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

Destaca-se nesse trecho que o líder sindical entende que nos próximos anos não mais haverá a migração temporária para o corte. Muitos trabalhadores que migravam para região para a safra não mais o farão. Também foi interessante notar que alguns trabalhadores, embora tivessem oportunidades em outras áreas, como, por exemplo, operadores preferiam trabalhar no corte, em razão de aferirem salários maiores, apesar do inegável desgaste físico. Merece destaque que os empregos criados com a mecanização da colheita também são empregos por período determinado, a safra.

P.: E o pessoal vem conversar com você, falar que está preocupado de perder o emprego ano que vem ou não acontece tanto?

R.: Vem sim. Principalmente esse ano, esse ano já veio muita gente conversar comigo em relação a isso, querer saber se vai haver mesmo a redução de mão-de-obra ano que vem, querer saber se vai ter algum curso de qualificação para poder, para poder que eles possam estar entrando em outros setores de trabalho, como na área mecanizada, alguma coisa assim. Eles procuram saber disso, certo? Por quê? Porque eles ficam preocupados, né? Eu também fico preocupado com isso, eu fico preocupado com isso também.

P.: A usina oferece esses cursos para o trabalhador? Ou não?

R.: Não. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

O trabalhador, como relata o líder sindical, vive em uma profunda ansiedade com as alterações decorrentes da mecanização, pois não sabe se perderá o emprego no próximo ano e terá que buscar outra estratégia de sobrevivência. Além disso, os trabalhadores que ainda permanecem cortando cana afirmam que esse ano está mais difícil conseguir uma boa remuneração.

P.: E o que o senhor acha esse ano, assim, tá mais difícil cortar cana ou continua a mesma coisa?

R.: Uai, esse ano está mais ruim de ganhar dinheiro.

P.: Em comparação com o ano passado?

R.: Aham. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 16/07/2015)

Como se pode perceber na passagem, os trabalhadores percebem que esse ano está mais difícil do que no ano anterior. Embora trabalhem mais, não conseguem auferir o mesmo rendimento do ano anterior, em que o processo de mecanização da colheita estava em uma fase mais incipiente.

P.: Hoje em dia, pelo menos de alimentação o dinheiro dá para manter a família na fatura, ou não?

R.: Dá, graças a Deus dá para manter. Vamos dizer que o básico, o suficiente, que nem, às vezes, esse ano já está sendo um ano ruim para ganhar dinheiro. Começou bom, só que agora o preço da cana caiu, vai diminuindo, aumentando o grau de dificuldade, está aumentando mais ainda no serviço. Antes você ganhava 50 reais até 8, 9 horas, agora para ganhar 50 reais está demorando o dia todo praticamente.

(...)

P.: Está menos que ano passado, você acha?

R.: Está menos que ano passado, eu tirei agora, quando começou estava bom, mas agora diminuiu. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

A maior dificuldade para conseguir a remuneração, em um sistema que remunera por produção, é notado por praticamente todos trabalhadores entrevistados. No entanto, houve na convenção coletiva um acréscimo de 8,2% com relação ao piso salarial e de 6,8% na tabela de remuneração pelo corte da cana. Então, qual é a razão de os trabalhadores se queixarem e terem a percepção de que esse ano está mais difícil? Como interpretar o discurso desses trabalhadores?

Discursos não são apenas vibrações sonoras que se deslocam no espaço, são produções conceituais feitas por pessoas ou grupos determinados para não somente descrever realidades em andamento, mas também para interpretar tal realidade de uma determinada maneira. (Dal Rosso, 2008: 13)

Obviamente, esse ano de 2015 foi um ano em que a inflação acima de 10% fez com que a situação dos trabalhadores, de modo geral, fosse mais complicada, mas a dificuldade do trabalhador em receber salário parecido ao ano anterior e perceber 2015 como um ano pior têm também outra origem. Em razão da mecanização, sobra para os trabalhadores os piores lugares para cortar, terrenos com muita pedra, com inclinação e canas caídas. Como relatado a seguir, o corte da cana caída, embora pague mais para o trabalhador por metro cortado, é muito mais desgastante para o trabalhador.

P.: A caída cansa muito mais?

R.: É, é cansativo, é muito cansativo.

P.: A caída você tem que?

R.: A gente corta, junta no braço. Igual estava falando pra você, aqui ó, aqui é alto, está vendo? Aqui dói vinte e quatro horas, essas cabeças de osso aqui. Com a cana caída, você corta ela, no caso, dá um chute com a botina. Se ela não estiver pregada, no que você cortar ela já bambeia né. Você leva o facão por baixo, dá uma levantadinha, enfia o braço e joga um monte na bandeira.

P.: A caída?

R.: É.

P.: A em pé você só abraça?

R.: A em pé você só abraça, passa o facão e joga na bandeira, ou joga para trás. A em pé você pega ela aqui assim e só. Já tira o braço, põe ela no ar, ela já cai na bandeira. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Em conversa com vários trabalhadores constatou-se que, apesar da cana caída valer mais por metro cortado, não compensa para o trabalhador. O dispêndio de energia do trabalhador para cortar uma cana caída é muito superior ao corte de uma cana em pé. Hoje a maioria das canas em pé são colhidas por máquinas e isso faz com que os trabalhadores tenham que gastar mais energia para conseguir cortar. Além disso, os terrenos com maior inclinação dificultam o corte e exigem mais dos trabalhadores. Outro fator importante é a quantidade de pedra no canavial. Um terreno com muitas pedras exige que o trabalhador pare mais vezes para amolar o facão. A combinação desses vários elementos com a ansiedade causada pelo temor do desemprego faz com que os trabalhadores entendam que esse ano está pior.

3.3 O trabalhador rural – perfil dos trabalhadores entrevistados

Em uma sociedade com tanta desigualdade, como a brasileira, qualquer pesquisador corre o risco de desconhecer os trabalhadores, o risco é ainda maior se tratando de trabalhadores rurais, que são figuras liminares, pois, como é facilmente verificável, educação ainda não se concretiza como um direito. Esses trabalhadores, desempenham suas atividades muitas vezes em canaviais distantes dos grandes centros de pesquisa e acabam caindo no esquecimento. Dessa forma, a pesquisa qualitativa demonstra-se relevante para resgatar uma face importante da organização social, a humanidade dos indivíduos.

Para se conseguir os objetivos desejados, várias horas foram usadas para se conhecer esses trabalhadores, foram realizadas entrevistas com 19 trabalhadores que se mostraram dispostos a cooperar com a pesquisa. Além desses entrevistados, foram estabelecidos contatos com vários trabalhadores que por timidez, falta de tempo, medo não se mostraram dispostos a conceder entrevistas. Todas entrevistas foram feitas com consentimentos dos trabalhadores. Outro ponto importante é que, com objetivo de preservar a identidade desses trabalhadores, optou-se por usar as entrevistas sem colocar os nomes dos trabalhadores entrevistados.

Dos trabalhadores entrevistados, dois trabalham como fiscal de corte, um como frentista, um como técnico em segurança do trabalho, dois como bituqueiros,

um no controle de qualidade e 12 como cortadores. Um dos trabalhadores que trabalha na bituca, trabalha esporadicamente no atrelamento, engatando vagões no campo. O entrevistado que trabalha no controle da qualidade iniciou a safra na irrigação.

É válido ressaltar a faixa etária desses trabalhadores. Um trabalhador tinha menos de 20 anos. Nove tinham entre 20 e 29 anos. Dois tinham entre 30 e 39 anos. Cinco estavam entre 40 e 49 anos. Dois tinham entre 50 e 60 anos. Dos 12 trabalhadores que trabalham no corte da cana-de-açúcar, sete têm entre 20 e 29 anos, um tem entre 30 e 39 anos e quatro têm entre 40 e 49 anos. Destaca-se que dos quatro trabalhadores com faixa etária entre 40 e 49 anos, apenas um não é natural da região. Como ressaltava a literatura, para atingir os padrões de produtividade exigidos pela usina “idade e gênero passam a ter grande importância na seleção dos trabalhadores para o corte manual da cana. A esses dois critérios soma-se a assiduidade no trabalho” (Novaes, 2007: 97). Provavelmente, essa é a explicação de não se ter encontrado durante a pesquisa nenhum trabalhador mais velho (entre 40 e 49 anos) que volte a região de origem, após o período da safra. O único cortador nessa faixa etária que não é nascido na região se mudou para a localidade de forma definitiva há quase 10 anos, tem uma casa própria e aluga quartos para trabalhadores que migram para região apenas durante o período da safra.

Sete dos entrevistados nasceram em Carmo do Rio Verde. Um é frentista, mas trabalhou muitos anos cortando cana. Dois são fiscais de corte. Esses três trabalhadores têm mais de 40 anos. Três trabalhadores trabalham no corte; dois são pessoas com mais de 40 anos, que trabalhavam na roça antes de trabalhar no corte; um tem 20 anos e é filho de cortador, embora tenha completado o Ensino Médio afirmou que o cortar é uma opção de uma renda razoável na região. Natural de Carmo do Rio Verde, ainda entrevistamos um jovem, com menos de 20 anos, que trabalhava na bituca, na visita realizada em novembro, esse trabalhador tinha abandonado o emprego, mas esperava voltar a trabalhar na usina em outra atividade.

Do estado de Goiás há ainda dois trabalhadores que foram entrevistados, um trabalha como técnico de segurança do trabalho, outro trabalha como cortador. O cortador, natural de Jaraguá, tem uma interessante história de vida, foi posseiro no Maranhão, trabalhou no Pará, nunca estudou, desde 2005 trabalha na região no corte da cana.

Do estado do Maranhão foram entrevistados quatro cortadores. Todos homens e jovens. Dois solteiros e dois casados. Um deles é considerado o melhor cortador da região, trabalha em um ritmo incansável e deixa os demais trabalhadores para trás. Dois deles são naturais de Paraibano, um de Mirador e um Sucupira do Norte.

Conversamos com dois trabalhadores oriundos do Piauí, ambos cortadores e naturais de São Raimundo Nonato. Um trabalhador era casado, outro solteiro. O trabalhador casado vivia em uma casa sozinho, pois sua família ficou em São Raimundo Nonato. Ele afirmou que na safra passada trouxe a família, mas que os custos de manutenção eram muito elevados, logo, para conseguir guardar algum dinheiro, optou esse ano por não trazer a família. O outro trabalhador vivia em um quarto alugado. O quarto ficava na residência de outro trabalhador cortador de cana, o valor que pagava no aluguel incluía as refeições, que eram preparadas pela esposa do trabalhador proprietário da casa.

Foram realizadas entrevistas com três trabalhadores oriundos de Alagoas. Dois naturais de Teotônio Vilela e um de Penedo. Desses trabalhadores dois são irmãos, estão na faixa etária de 20 a 29 anos e migraram para região há menos de duas safras, um trabalha na bituca e outro no controle de qualidade. O outro trabalhador tem mais de 40 anos, trabalha no corte, é casado com uma pessoa da região, tem casa própria e aluga quartos para trabalhadores migrantes temporários.

Por fim, conversamos com um trabalhador da Bahia, natural de Jacobina. Ele é casado com uma pessoa natural da região. Como foi relatado, migrou em razão de sua mãe morar na região. Não migrou para cortar cana, mas sua sogra é casada com um cortador, como ele tinha experiência em trabalhar no campo, esse cortador conseguiu uma vaga no corte da cana.

Merece destaque a educação formal que esses trabalhadores tiveram acesso. Apenas quatro completaram o ensino médio, dois desses cortadores de cana, um natural de Carmo do Rio Verde, filho de cortador, outro natural de Mirador; ambos com planos de largar o corte.

Três trabalhadores têm ensino médio incompleto. Dois naturais da região, um trabalha como fiscal de corte e outro na bituca; o fiscal tem mais de 50 anos, o outro trabalhador tem 19 anos e pretende concluir o ensino médio. O outro trabalhador trabalha no controle da qualidade, natural de Penedo.

Três trabalhadores completaram apenas o ensino fundamental. Todos são migrantes, um de Sucupira do Norte, um de São Raimundo Nonato e um Teotônio

Vilela. Dois têm entre 20 e 29 anos e um tem 32 anos. Dois trabalham no corte e um trabalha na bituca.

Seis têm o ensino fundamental incompleto. Dois desses são naturais de Carmo do Rio Verde e têm 43 e 47 anos. Os demais estão na faixa etária de 20 a 29 anos. Dois são naturais de Paraibano, um é natural de Jacobina e outro de São Raimundo Nonato. Todos são cortadores de cana.

Dois nunca estudaram, ambos são cortadores de cana. Um é natural de Jaraguá, cidade próxima a Carmo do Rio Verde, e outro é natural de Teotônio Vilela. Ambos vivem na região há aproximadamente 10 anos.

Dos 19 trabalhadores entrevistados, esqueceu-se de coletar a informação acerca da escolaridade de um trabalhador. Ele é nascido na região e trabalha como frentista.

Como pode perceber-se, a maioria dos cortadores de cana entrevistados não possui o ensino fundamental completo. O corte da cana apresenta-se como possibilidade de se ter um rendimento mensal maior do que alguns outros ramos, pois no país ainda não se valoriza o trabalho manual.

Sem condições que lhes permitam a satisfação de suas necessidades de consumo próprias (o clube, a motocicleta, a roupa, etc.), os jovens acabam encontrando no corte da cana uma alternativa para a concretização de seus projetos pessoais de autonomia, conforme relatado por João Paulo (23 anos, 2º grau científico, cortador de cana): *“pensava em clube, mas só que eu não podia ir direto também, porque não tinha dinheiro. Meu pai e minha mãe não podiam me dar, eu também não podia forçar que eles não tinham também”*. (Menezes; Saturnino, 2007: 246-247)

3.4 A remuneração

Como ressaltado, o corte da cana, além de se apresentar como uma alternativa para manutenção do contato com a terra para alguns, é uma opção por garantir uma renda superior a que teriam nas cidades.

P.: Fora do Maranhão só trabalhou com cana?

R.: Só.

P.: E você também? (Referindo-se a outro trabalhador)

R.: Eu trabalhei de vendedor em Goiânia, eu morei em Goiânia por um ano e trabalhei de vendedor numa loja, mas só que eu estava achando pouco, porque ganhava só oitocentos e cinquenta reais por mês na época, em 2011. Meu irmão me chamou para cortar cana, e eu fui. Estava ganhando pouco, pagando aluguel, não estava dando para nada não (Entrevista realizada com trabalhadores rurais no dia 11/07/2015)

Esse mesmo trabalhador relata que aprendeu a cortar cana rápido. Deixou seu trabalho de vendedor na cidade, onde ganhava R\$ 850,00 por mês, para ganhar R\$ 800,00 a R\$ 900,00 por quinzena. Esse trabalhador que completou o ensino médio,

disse que em 2011 preferiu cortar cana, mas está repensando sobre essa opção, disse acreditar que esse seria o seu último ano no corte. O irmão, que o chamou para cortar cana em 2011, largou corte e foi para São Paulo e agora o convidou para ir trabalhar lá. Na média esses dois trabalhadores ganham entre R\$1.200,00 e R\$ 1.500,00 por quinzena. É válido ressaltar que esses trabalhadores são considerados bom cortadores, isso é, cortam grande quantidade de cana-de-açúcar todos dias.

Com relação aos trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro do estado de Goiás é válido ressaltar que há um piso de R\$ 910,00 mensais de remuneração por trabalhador, estipulado na 31ª Convenção Coletiva do Setor Sucroalcooleiro. Os trabalhadores do corte, no entanto, não recebem esse valor, pois a remuneração é realizada de acordo com a produção de cada trabalhador.

O pagamento por produção significa que, se trabalhar mais, ganhará mais, portanto, o trabalhar mais é motivado, de um lado, pela cobiça, mas, de outro, pelo efeito de demonstração de que é forte, é “macho”, porque seu corpo aguenta firme as adversidades do trabalho, e isso lhe proporciona maior salário. (Alves, 2007: 35)

Em uma mesma turma há trabalhadores com várias remunerações. “A primeira etapa da medição da cana cortada é realizada por um trabalhador que se chama ‘medidor’(...) é feita por meio de um compasso de dois metros de raio, que vai sendo rodado no solo percorrendo toda a rua” (Ferreira et al., 1998: 23). Em Carmo do Rio Verde a figura do medidor é denominada fiscal de corte. Como explicado anteriormente, o corte é realizado em “cinco ruas”, após o término do corte o fiscal vai pela terceira rua medindo a quantidade de metros cortada por cada trabalhador.

Na Convenção Coletiva do Setor Sucroalcooleiro há uma tabela que determina que há seis tipos de cana. Cada tipo corresponde a uma tonelagem por hectare; tipo 1, 2, 3, 4, 5 e 6, respectivamente, de 110 a 129, de 100 a 109, de 90 a 99, de 70 a 89, de 50 a 69 e até 49 toneladas por hectare. Quanto maior a tonelagem de cana por hectare, maior é a remuneração do trabalhador por metro cortado. Há nessa tabela também outra importante diferenciação entre cana em pé e caída. O preço da cana caída é maior do que o preço da cana em pé, pois ela é muito mais difícil para a realização do corte.

P.: A cana caída é um pouco mais cara?

R.: É cara, porque ela caída dá de setenta a oitenta e nove toneladas e ela em pé, em pé é vinte e nove centavos, ela caiu ela vai para trinta e seis.

P.: Mesmo assim o trabalhador prefere pegar em pé?

R.: É, ela rende muito mais. É a cana melhor de ganhar dinheiro é essa de setenta a oitenta e nove toneladas. É a melhor que tem. (Entrevista realizada com trabalhador rural no 16/07/2015)

De acordo com a Convenção Coletiva, a empresa tem até 9h para informar o preço da cana cortada, isso é, informar o tipo de cana e se ela é considerada em pé ou caída.

Levando-se em consideração a remuneração por produção, durante as entrevistas, escutamos relatos de trabalhadores que recebem R\$ 1.400,00 por quinzena e cortadores que recebem R\$ 750,00 por quinzena.

P.: Posso perguntar? Assim como que está por quinzena aqui esse ano aí mais ou menos, na média assim?

R.: A média mesmo está uns mil e trezentos uns mil e quatrocentos para cima. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

É necessário fazer uma ressalva acerca da remuneração desses trabalhadores.

A grande maioria dos empregados cortadores tem contrato com a empresa apenas durante a safra, ou seja, dos 12 meses do ano aferem remuneração apenas em 7 meses. Após o fim da safra, os trabalhadores têm que sobreviver com o dinheiro recebido no acerto e com o que lograram guardar durante a safra, pois os trabalhadores safristas não têm direito ao benefício social do seguro desemprego. Por exemplo, um trabalhador que ganha R\$ 1.400,00 por quinzena, ao fim dos sete meses vai aferir uma renda de R\$ 19.600,00; logo, dividindo essa remuneração por 12 meses, o trabalhador teria uma renda mensal de R\$ 1633,33. Os trabalhadores permanentes, também denominados efetivos, após o término da safra até o início do plantio, também têm uma drástica redução dos rendimentos, pois passam a receber o piso salarial convencionado na convenção coletiva.

3.5 A rotina desses trabalhadores

Todos trabalhadores entrevistados acordam muito cedo, entre 4h e 5h da manhã. O corte é realizado em um turno único. As demais atividades, como bituca, irrigação, carregamento e transporte são realizadas em 3 turnos ininterruptos durante o dia.

P.: Como que é? Sua esposa acorda de manhã para fazer?

R.: Ela acorda 5h, só que ela faz não, ela esquentar.

P.: Ela deixa pronto de noite?

R.: Deixa pronto de noite e aí só esquentar.

P.: E daí você acorda que hora, 5h30?

R.: 5 horas.

P.: 5h? Você acorda junto?

R.: Acordo junto com ela

P.: Aí vai para o ponto?

R.: O ponto, aí o batidão. (Entrevista com trabalhador rural realizada no dia 14/07/2015)

Perguntas acerca da rotina desses trabalhadores foram feitas repetidas vezes. As respostas em regra eram semelhantes a desse trabalhador. Alguns trabalhadores

preferiam fazer a comida pela manhã ao invés de esquentar. Os trabalhadores solteiros ou que a família mora em outra região, em regra, preparam sua própria alimentação. Os casados que vivem com as esposas transferem a responsabilidade de arrumar as refeições para as esposas.

Algo importante de se destacar é o transporte dos trabalhadores. Na região estudada, não se encontrou trabalhador que se deslocasse para o campo no pau de arara. Todos os trabalhadores entrevistados deslocam-se para o campo em ônibus. Nesse ônibus as ferramentas de trabalho são armazenadas no bagageiro. Os ônibus são de propriedade da empresa. Isso é importante, pois como ensina a literatura, quando existia a figura do gato, ele geralmente era o proprietário de um caminhão que levava os trabalhadores para o campo.

Outro avanço importante para os trabalhadores é água refrigerada no ônibus e a obrigação da empresa oferecer marmitas térmicas para todos trabalhadores

P.: Eu falo porque, assim, na minha área, na sociologia, tem um livro que chama “Os boia-fria: acumulação e miséria”. Mas, assim, era outro contexto?

R.: É, antigamente. Não foi o que eu te falei, “boia-fria e água quente”. Eu cansei de ouvir isso, nós éramos os boia-fria e água quente, a boia era fria e a água era fervendo. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Embora o corte ainda seja um trabalho extenuante, é válido ressaltar que a atuação de sindicatos e de vários movimentos sociais ajudou a melhorar algumas condições no campo. Alguns trabalhadores mais velhos relataram que era comum a comida estragar, em razão da falta de marmitas térmicas. O trabalhador passava o dia cortando sem comer e bebendo água quente. Hoje, ao menos esses avanços os trabalhadores da região obtiveram.

De segunda-feira a sábado, os cortadores de cana cortam em média mais de dez toneladas de cana por dia. Acordam cedo como relatado, chegam ao campo por volta das 7h. Começam a cortar a cana que foi queimada no dia anterior. Até às 9h o frentista é obrigado a revelar o preço da cana cortada. Os trabalhadores são parados por 15 minutos para beber água. Depois retomam ao trabalho de forma incessante. 10h uma parte da turma interrompe as atividades para comer. O intervalo é de uma hora, nesse momento os trabalhadores relataram que relaxam, alguns deitam, outros jogam baralho e dominó, após comer. 11h a outra parte da turma almoça até 12h.

Às 15h os trabalhadores são parados novamente, para que possam se hidratar. O dia de trabalho está no fim, e juntamente com o dia de trabalho muita das forças dos trabalhadores foram exauridas no corte. O dispêndio de energia e o cansaço dos

trabalhadores vai depender de uma série de fatores, o tipo da cana cortada, se a cana estava em pé ou caída, a umidade do ar, a temperatura do ambiente, o preparo físico do trabalhador.

Entre 16h e 17h os trabalhadores retornam a suas casas. Os que são solteiros ou vivem longe de sua família têm menos tempo para descansar para próximo dia. Eles têm que lavar a roupa, pois a roupa fica imunda pelo contato com a cana e pelo suor ao fim da jornada de trabalho. Posteriormente, eles têm que preparar a comida para janta e para levar para o campo no próximo dia. Se sobra algum tempo, visitam algum colega que habita na proximidade.

Os casados têm um pouco mais de tempo para descansar, pois, como relatado, as responsabilidades da casa são transferidas para esposas. Quase todos entrevistados afirmaram não serem favoráveis que a esposa trabalhe. Após descansarem, algumas vezes, quando não estão exaustos, brincam com os filhos ou visitam algum colega do trabalho.

Os trabalhadores convivem muito entre eles. Encontrou-se várias vezes trabalhadores indo a casa de outros trabalhadores, inclusive durante a semana. Por ser uma cidade pequena, a casa desses trabalhadores é, em geral, perto da casa de outros trabalhadores. A maioria dos trabalhadores entrevistados vive na parte da cidade mais próxima à usina.

3.6 Acidentes e estafa no campo

Tinha um trabalhador, Valdecir da Silva Reis. Ele foi colocado em uma matéria do Fantástico como podão de ouro. Era um menino cheio de vida, cheio de enfeite na cabeça, um menino, nossa! Ele gostava porque todo mundo admirava que ele era o cara, trabalhava, dançava brincava. Daí três anos, Valdecir volta para mim, com a voz fraca, com a voz daquele velhinho que não tinha nem força para falar, ele volta com braço esquerdo dele diminuindo a carne secando, com passos deles. Ele me disse assim, um dia sentado na muretinha do sindicato: “Carlita, eu não aguento pisar no chão finca meu corpo inteiro”. Ele estava dessa finurinha, quando ele morreu. Agora, eu guardo o holerite de pagamento dele, porque eu quero ter a certeza de que eu não estou falando besteira e que aquilo lá realmente existe. Quando eu vejo que ele cortou em um dia 52 toneladas de cana. Por que que ele chegou naquele estado? Que aconteceu com ele? Que foi feito no organismo desse moço? Que estourou dentro dele? (Fala de Carlita da Costa, Presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, no documentário Linha de Corte, 2013)

O corte da cana é uma atividade indubitavelmente extenuante e o cansaço de um dia de trabalho no canavial deixa marcas. Costa et al. (2014) ressalta a importância de se usar o termo trabalho excessivo ao invés de jornada excessiva.

(...) trabalho excessivo pode ser alcançado seja pelo prolongamento da jornada para além de determinado número de horas por dia ou por semana, seja pela elevação do grau de intensidade laboral, seja isoladamente, seja em modo combinado com o aumento da produtividade, e ainda mediante formas de flexibilização da jornada. (Costa et al., 2014: 178)

Para compreender o desgaste dos trabalhadores cortadores de cana, faz-se necessário analisar não apenas a duração da jornada desses trabalhadores, mas também a intensidade do trabalho realizado. No corte da cana, três fatores devem ser ressaltados para se compreender a insalubridade do trabalho: a sobrecarga física, estimulada pelo salário por produção; o calor escaldante recorrente nos canaviais e o poluente da queimada que os trabalhadores respiram rotineiramente.

P.: Mas hoje em dia o senhor vai mais maneiro, né?

R.: É, hoje não dou conta, né, eu tenho um problema também.

P.: Sente muita dor, aí na coluna, na munheca, assim?

R.: Sinto muita coisa, eu vou para roça porque eu sou teimoso, eu tenho veia entupida, tenho colesterol, tenho diabetes, tenho pedra no rim, soffro da coluna, e é assim.

P.: E a coluna pesa muito quando corta, né, ainda mais esse ano que vocês tão pegando só as canas deitadas, né?

R.: Só as cana veia, moroba. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 16/07/2015)

O trabalho que era naturalmente árduo, torna-se ainda mais pesado nesse atual contexto da mecanização. Esse trabalhador relata que não aguenta mais cortar como antigamente. Esse mesmo trabalhador relatou que cortar cana é um vício, e como se percebe esse vício ao longo de uma vida nos canaviais acabou com sua saúde. Um jovem trabalhador com pouco mais de 40 anos, parece algumas vezes mais velho. Aliás, é válido ressaltar que esse trabalhador é jovem no contexto social do pesquisador que escreve, pois, no canavial, com 40 anos muitos trabalhadores estão inválidos em razão do desgaste físico que se submetem diariamente.

A mecanização tem ampliado o penoso trabalho do corte da cana, pois a máquina só entra nos terrenos planos, deixando para os trabalhadores os piores lugares para o seu trabalho. Ademais passa a ser enunciado um discurso que oculta a existência de péssimas condições de trabalho, como se a máquina já tivesse substituído todos trabalhadores nesse tipo de lavoura. (Costa et al., 2014: 180)

A contradição da mecanização, que aumenta o esforço físico dos cortadores remanescentes, como se pode perceber não é um fenômeno isolado. Provavelmente, é fenômeno que se repete em quase todos canaviais. Além das dores crônicas que muitos trabalhadores sentem, as câimbras são recorrentes no canavial. Quando os trabalhadores perdem o controle do corpo e ficam parados, pois não conseguem se mexer em razão das dores, diz-se que os trabalhadores ficaram torrados, em Carmo do Rio Verde. Em outras regiões, é dado outros nomes a essa situação como borrar, birola e canguru (Silva, 2013; Alves, 2006; Verçoza, 2012).

P.: Você já torrou?
 R.: Já, várias vezes.
 P.: Várias vezes?
 R.: Sim.
 P.: Sério?
 R.: Sério.
 P.: E aí, como que foi?
 R.: É, força demais né. Às vezes, quer uma cana melhor, aí força demais, aí, passa do limite.
 P.: Mas aí teve que ir para o hospital?
 R.: Às vezes, eu tomei soro para melhorar.
 P.: Falam que é terrível, né? Você, por exemplo, esse ano já torrou?
 R.: Não, esse ano ainda não.
 P.: Começou agora?
 R.: No começo da safra, comecei “bombeava”. Agora já controlou o corpo.
 P.: Mas outras vezes você já torrou?
 R.: Já. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

Os trabalhadores para alcançarem a produtividade exigida pela empresa e para conseguirem aumentar seus rendimentos tem que ao longo do dia fazer uma série de movimentos repetitivos e gastar uma grande quantidade de energia. Em geral, é mais comum os trabalhadores torrarem no início da safra, em que os corpos ainda não estão acostumados com a exaustão.

Os trabalhadores tiveram que aumentar muito a produtividade desde a década de 80, quando era exigido o corte de 5 a 8 toneladas por dia. Em 1990, a meta passou para 8 a 9 toneladas; em 2000, para 10; em 2004, chegou a até 15 toneladas. O trabalho necessário para alcançar essa produção exige 9,7 mil golpes de podão (tipo de foice) por dia, o que exige um gasto de energia muito grande, em uma tarefa repetitiva que costuma trazer conseqüências para a saúde dos/as trabalhadores/as. (Costa; Horta; Roldan, 2007: 58)

Para conseguir cortar a quantidade necessária para sobrevivência, o trabalhador precisa de um preparo físico de maratonista. No entanto, diferente dos atletas fundistas, os trabalhadores atletas não têm descanso, trabalham de sol a sol durante a safra. Em razão do grande dispêndio de energia, é comum os trabalhadores emagrecerem bastante durante a safra. Além disso, o trabalho repetitivo e extenuante acarreta várias doenças.

As principais doenças relacionadas a essa atividade são: cardiovasculares, com prevalência para a hipertensão arterial; ósseo-articulares, principalmente relacionadas com problemas de coluna e “doenças de nervo”, além das sensações de fadiga e mal-estar para as quais não se tem definição diagnóstica. O fato é que essas doenças estão sempre vinculadas a uma exploração socialmente construída de que sua origem é decorrente de problemas familiares e individuais, contribuindo para que o trabalhador se sinta culpado, excluindo as relações laborais, a organização, as condições e o ambiente de trabalho como, potencialmente, condicionantes no processo de adoecimento. (Abreu, 2007: 175-176)

Durante as entrevistas pode-se constatar nas falas dos trabalhadores, esse desgaste que uma parte da literatura alertara.

P.: Quando dá o final do dia, você fica muito cansado, como que é?

R.: É, tem dias que a gente está mais firme, mas não fica tão cansado; mas tem dias que está bem.

P.: Você já teve câimbra, alguma coisa assim?

R.: Já tive, uma vez.

P.: Uma só?

R.: Só uma vez até hoje.

P.: Mas de foi parar tudo ou só, no braço mesmo?

R.: Não, foi de parar mesmo.

P.: Te levaram para hospital?

R.: Já me levaram para hospital, fui atendido. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Como um trabalho em que os casos de câimbras e dores crônicas são recorrentes pode não ser considerado insalubre? Na Convenção Coletiva do Setor Sucroalcooleiro Goiano 2015/2016, há uma cláusula que afirma que, quando devido, será pago ao trabalhador adicional de insalubridade; mas muitas usinas recusam-se a pagar esse adicional, pois afirmam que o corte não é insalubre. Alguns trabalhadores entram na justiça para ganhar judicialmente o adicional; mas, por medo de perder o emprego, vários desistem da ação.

Conforme parecer técnico elaborado por especialista, várias são as doenças que acometem os cortadores de cana-de-açúcar em sua atividade laborativa. Câncer, afecções causadas por fuligem, substâncias particuladas finas, são acrescentadas às demais doenças que atacam os cortadores de cana, conforme laudo técnico produzido em 2008 pela doutora em Engenharia Química Sônia Hess, apoiada em estudos de pesquisadores (dos quais se destacam Bosso, Arbex, Alves, etc.). Em setembro de 2005, por solicitação do Ministério Público do Trabalho (Núcleo de prevenção da Saúde). As principais conclusões desse estudo apontam problemas cardíacos arteriais e cardiovasculares, estes apresentando efeitos tanto agudos (aumento de internação, asma, doenças, insuficiência respiratória, doenças do miocárdio e cerebrais) quanto crônicos, podendo, em longo prazo, em casos extremos, conduzir à morte (Hess, 2008, p. 5). Tais dados endossam o que já encontramos em nossa pesquisa in loco junto aos trabalhadores e comprovados com a morte de vinte deles em campo de trabalho desde 2004, quando conduzimos nossa investigação. As NRs 15 e 31 normatizam a legislação que protege a saúde dos trabalhadores e as condições em que trabalham; os canavieiros as desrespeitam. (Costa, 2013: 4)

Além das doenças respiratórias e cardiovasculares, é comum os trabalhadores sofrerem Lesão por Esforço Repetitivo (LER). A LER quando ocasionada por um esforço de trabalho recebe a nomenclatura de Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT). Costa (2013) adverte que, ao invés da nomenclatura adotada no Brasil, na atualidade, prefere-se o termo Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho, embora mantenha a mesma sigla.

P.: Inclusive estavam até comentando, ofereceram vagas para alguns serem efetivos e eles disseram: “não, obrigado”.

R.: Eles pulam fora. Porque o problema é o seguinte: o corpo não aguenta. Aqui, ó. Não vou muito longe, não. Você está vendo a situação? Está normal? De cá não está inchado? Isso aqui tem uma semana. Isso aqui não movimenta rápido assim não, mas eu tenho que trabalhar todo dia. Eu vou ali pego um atestado um dia, vai resolver? Isso aqui se chama LER,

movimento repetitivo. Isso aqui é o dia inteiro, a semana inteira, de segunda a sábado. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Nota-se na passagem que o trabalhador tem conhecimento de sua situação. Ele entende que as dores que sente são resultados do esforço repetitivo nos canaviais. Além disso, o trabalhador percebe que colocar um dia de atestado não o ajudará, pois ele sabe que algumas dores irão acompanhá-lo para sempre e um dia atestado não resolverá a situação. Também deve ser destacado que muitos trabalhadores não querem ser efetivos da empresa, pois usam a entressafra para se recuperarem do desgaste físico do corte, como afirma o trabalhador, “o corpo não aguenta”.

P.: Você já teve câimbra, aquelas de parar tudo e ter que ir para o hospital?

R.: Não, não. As câimbras é sempre repuxar, só dá nó e depois volta.

P.: Tem gente que dá, não tem?

R.: Eu conheci um aqui, mora aqui em cima, até nós tivemos de pôr ele em cima de um caminhão porque ele paralisou todo. Ele não podia movimentar um dedo que dava câimbra. Foi parar no hospital. Aquele menino mesmo, que você falou, ele mesmo já foi na maca para usina tomar soro porque não aguentava trabalhar; foi, não sei se fraqueza, porque na época ele não comia direito. Enfim, enfraqueceu muito, foi trabalhar e não aguentou. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Como relata o trabalhador, muitas vezes o corpo não aguenta durante a safra. Os relatos de câimbras generalizadas não são isolados. Apesar desse trabalhador afirmar que nunca chegou a torrar, ele relata que já viu vários casos e que ele sente algumas câimbras isoladas nos braços e pernas alguns dias quando volta do canavial. Torrar não é fraqueza, é o corpo avisando ao trabalhador que a atividade está exigindo além do que o corpo aguenta. Quando o trabalhador continua na atividade por muitos anos, o desgaste físico é visível.

P.: Nessa época você já trabalhava na usina?

R.: Trabalhava, toda a vida. Tem uns dez anos atrás disso, só. (...) A coluna já não é a mesma; os joelhos, que eu estava te falando do milagre, milagre maior foi há uns quatro anos atrás. Esse buraco aqui, esse aqui é o menisco rebentado. Eu pisei em falso, plantando cana, arrebentei o menisco do joelho, isso daqui ficou desse tamanho. Fui para empresa fazer cirurgia. Como nós dependemos da diretora. Pois é, ela não é fácil de você suportar ela, ela é meio insuportável. Para falar a verdade, ela não vale nada. Aí, o que que acontece, eu comprovei que era acidente de trabalho. (...) Você podia pegar, no caso, um arame desse aí, enfiar aqui, pegar de cá, que não encostava um osso no outro; afastamento de ligamento um tanto assim, na ressonância, fora as outras complicações. Levei a ressonância para o Doutor ele falou: “cirurgia direto, só que eu vou te explicar, eu dependo da diretora assinar. Eu não posso te fazer essa cirurgia que ela é nove mil reais, quem vai pagar? Se ela falar que não paga, depois dela pronta não tem como eu fazer nada, cobrar dela”. Ainda falou assim: “que ela já me deve umas cirurgias”. Fui para o INSS noventa dias, e aí, na hora que eu voltei do INSS, quem falou que ela assinou.

P.: Não assinou?

R.: Não: “vamos ver, vamos fazer mais isso, vamos fazer mais aquilo, vamos fazer outros exames”. Mandou eu para o INSS de novo, cortou o benefício. Fiquei quinze dias sem ganhar nada em lugar nenhum. Eu orei

três dias, ou quatro, assim, e eu sempre orando e pedindo a Deus porque quem já fez essa cirurgia não ficou 100%. E eu orando: “Senhor, se não for para mim ficar 100%, o Senhor não deixa eu operar” e não operei, não operei. Se não fosse com um travesseiro, uma almofada aqui, eu não dormia – para relaxar mesmo o nervo. E eu orava e batia o joelho no chão de madrugada, que ele doía 24 horas, se eu estivesse sentado doía, se eu estivesse andando doía. Nunca usei muleta, andando normal, só que ele doía 24 horas. Eu fui para igreja – é uma capelinha que tem bem aqui – nós fomos para igreja e eu pus na presença de Deus, falei: “Senhor, ou o Senhor me cura ou o Senhor libera eu para fazer essa cirurgia porque eu não suporto mais a dor”. E orando, pedindo a Deus, quando eu perco o sono, o meu negócio é só orar para Deus; pedir a Deus para abençoar minha família e as coisas. E aí eu cheguei em casa, deitei – e aquela dor insuportável menino, aquilo ferroando e latejando –, levantei, e hoje estou aqui. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Além do desgaste da atividade por muitos anos, pois como afirma o trabalhador a coluna não é a mesma, há acidentes no campo. No caso específico, o trabalhador relata um acidente em que rompeu o menisco durante a colheita. Torcer o joelho, o pé no trabalho não é nada demais, pois pode ocorrer em qualquer atividade; no entanto, a dificuldade imposta a operação do trabalhador. Como relatado, o trabalhador passou meses com dor, e a usina recusou-se a arcar com custo da cirurgia necessária em razão de um acidente de trabalho.

P.: Tirou outra ressonância?

R.: Zerado! Minha coluna era direto tomando dexagil, três dexagil, hoje eu não tomo. O dexagil minha hoje, de vez em quando eu pego três abelhas europas e ponho para ferrear aqui, nessa região aqui, duas, três abelhas por semana. Sinto nada, nada, nada. Eu tinha hérnia de disco e bico-de-papagaio.

P.: E não tem mais nada?

R.: Não, nunca fiz para comprovar se não tem, mas que eu sinto dor alguma. Trabalho normal, igual eu falo para você, bruto, serviço bruto. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Para aguentar o desgaste de vários anos de corte, o trabalhador relata ter trabalhado muitas vezes dopado, tomando Dexagil. Dexagil é usado para processos inflamatórios é um corticoide. Como relatado na bula do medicamento, quando usado por tempo prolongado pode levar a insuficiência suprarrenal se suspenso abruptamente.

Entretanto, como **Dexagil** é utilizado por períodos curtos, somente ocasionalmente poderá ocorrer alguns dos efeitos relacionados a seguir: aumento da pressão arterial, glicose e lípidos sanguíneos, retardo da cicatrização de feridas, piora ou ativação de úlceras pépticas podendo levar a sangramento ou perfuração, inchaço generalizado, facies de "lua cheia", retardo de crescimento em crianças, alterações ósseas, glaucoma, catarata, aumento da pressão intra-ocular, aumento do risco de infecções, retenção de sódio e água, leucopenia, tromboembolismo, alterações depressivas ou maníacas do humor e inibição da hipófise e supra-renal. (Bula Dexagil, 2016. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/bula/detalhes/1845/informacoes_dexagil.htm. Acesso em: 28/1/2016)

Como se percebe, Dexagil não é um medicamento, em regra, para ser usado em períodos prolongados. O uso prolongado desse medicamento pode ocasionar

inúmeras alterações, como glaucoma, tromboembolismo etc. O desgaste físico em razão do trabalho extenuante nos canaviais acaba por fazer esse trabalhador dopar-se para aguentar a rotina. Dessa forma, percebe-se que o corpo desse trabalhador também não aguenta a rotina dos canaviais, pois, na verdade, ele trabalhou por vários anos dopado, para suportar as dores na coluna e muitas vezes enfrentou outros riscos que, provavelmente, sequer sabia.

Além das DORT, os trabalhadores usam instrumentos afiados. Embora existam equipamentos de proteção individual (EPI), acontecem acidentes nos canaviais por diversas razões. Muitas vezes os trabalhadores se cortam enquanto amolam o facão, em uma das visitas, um trabalhador estava de atestado por um ferimento na mão. Em outro caso como relatado abaixo, o facão bateu na cana, escorregou e bateu na perna do trabalhador.

P.: Você já passou mal trabalhando, alguma coisa, já teve aquelas câimbras?

R.: Esse ano já tive câimbra, mas não foi nada tão sério não, mais nos dedos, na perna.

(...)

P.: O sol castiga?

R.: Tem dia que deita aqui, foi esses dias, mês passado, deitei aqui e começou a dar câimbra no dedo, no pé, e aí juntou tudo, e menino querendo brincar, e como é que brinca?!

P.: Você acha que cana destrói o físico da pessoa?

R.: Destrói bastante. Uma coisa que com cana é só dor no corpo, nas costas, na perna, que nem aconteceu hoje.

P.: Isso foi hoje?

R.: Foi.

P.: No facão?

R.: Sim.

P.: Escorregou?

R.: Não, bateu na cana, enganchou naquela parte murcha da cana e veio direto na perna. Olha bem, dificilmente você vai bater na cana e vai desviar na cana, às vezes vem mais pra cima, vem pra cá, pra cá.

P.: Você já se machucou várias vezes?

R.: Graças a Deus, só essa.

P.: Só essa?

R.: Mais sério, né, que já teve esse arranhão com podão aqui, outro aqui.
(Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

São tantas as dores que esses trabalhadores sentem ao longo da safra, que uma câimbra no pé e no dedo após uma extenuante jornada de trabalho é considerada por eles muitas vezes como nada sério. Além das dores, a falta de disposição para brincar com os filhos merece ser destacada. O trabalho deveria ser um meio para possibilitar o desenvolvimento humano e não um lugar que drena todas as forças para qualquer outra atividade.

P.: Você acha que arrebeta o cara?

R.: Arrebeta, com certeza. O cara chega em casa de tarde, às vezes, tem muitos aí que chega em casa ele só quer tomar um banho e caçar um, fazer

um lanchinho e já caça uma cama para ele deitar, para ele dormir no sono e descansar um pouco. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 20/04/2015)

Os relatos de trabalhadores que chegam exaustos do trabalho não são casos isolados. Além disso, vários trabalhadores relataram de forma consciente de que a cana prejudica a saúde do trabalhador. Cortar cana é um trabalho extenuante e muitas vezes os trabalhadores, apesar de indispostos fisicamente, vão para o canavial, para evitar colocar atestado.

P.: E eles pensam em voltar para cidade?

R.: Pensam. Mas por quê? Muitos deles estão desempregados, mas por eles mesmos, vou te explicar o porquê. A gente sabe que cada empresa tem a sua política, toda empresa tem a sua política interna. O seu regimento. A empresa não vai querer um trabalhador - não estou contra jamais, eu não estou contra o trabalhador. Jamais. Se eu tiver uma empresa, vamos supor que eu vou arrumar 6 trabalhadores para trabalhar para mim em um período de 6 meses digamos. Desses 6 trabalhadores, 3 trabalhadores, cada um deles vai faltar 5 dias. Cada um vai faltar 5 dias. Os outros 3, cada um deles vai faltar 2 dias e cada um deles também, vai pegar 2 atestados médicos, digamos assim. Quando for na próxima contratação, eu não vou optar por pegar aquele cara que faltou 2 dias e me apresentou dois atestados não, eu vou optar por aqueles 3 que só teve 5 faltas cada um. Por quê? Porque se o trabalhador, se ele está te apresentando atestado demais é sinal que futuramente ele pode te dar um trabalho maior dentro da empresa. Questão de saúde. Então é o caso que eu estava te falando: atestado é direito? É direito. É direito de qualquer pessoa, de qualquer trabalhador. Só que a empresa, ela tem a política dela, principalmente empresa privada. Ela tem a política dela, ela não vai querer contratar um trabalhador que veio lá do Rio Grande do Norte, ele tirou uma safra de 7 meses e apresentou 2 atestados que somando os 3 vai dar 40 dias, certo? Isso é o que? Isso é perda para empresa. A empresa tem que pagar esse trabalhador, tem que pagar o atestado dele.

P.: E aí no outro ano ele não?

R.: No outro ano a empresa não vai querer pegar esse trabalhador(...).

P.: E você acha que tem muito trabalhador doente por causa disso?

R.: Eu acredito.

P.: O cara vai?

R.: Eu já trabalhei. Eu já fui trabalhar sentindo, me sentindo mal para não pegar atestado e para não ter falta.

P.: Porque sabia que podia ficar fora?

R.: Isso. Eu já fiz isso. E isso é a nível de Brasil, não é só aqui não. É a nível de Brasil. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 20/04/2015)

Além de voltarem para casa extenuados pelo trabalho, muitas vezes, os trabalhadores vão trabalhar doentes, porque tem consciência da precariedade de seu vínculo empregatício. Como relatado, muitos trabalhadores vão trabalhar dopados com medicamentos para atenuar as fortes dores causadas pelo esforço repetitivo. Essa política de pessoal que é comum nos canaviais do país acaba por aumentar o risco que esses trabalhadores se expõem. Colocar muitos atestados pode significar não ter emprego no próximo ano, mas o trabalhador precisa do emprego e faz o necessário para mantê-lo.

P.: Infelizmente, em regra, a usina não se responsabiliza por esse trabalhador? O que você acha disso?

R.: Olha, quando ela é uma doença, um desgaste vamos dizer assim, adquirido ali pelo movimento repetitivo e isso for comprovado em laudo, em laudo médico, em laudo pericial a empresa sim é obrigada a ser responsável.

P.: Ela é obrigada a ser responsável?

R.: É, ela é obrigada a ser responsável.

P.: Você acha que tem muito, pelo fato de ser assim, esse negócio de trabalho um ano aqui, depois trabalho um ano lá, acaba que a responsabilidade fica não sendo de ninguém?

R.: Acaba não sendo de ninguém. Na verdade, se você for analisar não é, por quê? Porque hoje o meio da medicina hoje, tem vários tipos de exames que sabe até quando o cara começou uma artrose, sabe até quando o cara começou um processo de bursite, quantos anos que ele vem com aquilo. E vai desgastando, desgastando, então hoje a medicina por ela ser tão avançada ela sabe distinguir isso, e passar para empresa e falar: “Não, o problema dele. Quantos anos ele está aqui com você? ”; “ [A empresa responde] está há dois anos, três anos”; “Não, o problema dele vem lá de dez anos para trás”. Só que mesmo assim, muitas das vezes, a empresa, às vezes, algumas delas ainda são penalizadas por isso, mesmo que o processo dele, o problema dele não tenha começado naquela determinada empresa, mas, por ele ter agravado, certo? Dentro daquela empresa, dentro daquela unidade de trabalho onde ele está, a empresa infelizmente vai ser penalizada por isso. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

Outra importante questão é a responsabilização da empresa pelas DORT. Como grande parte desses trabalhadores foi empregado em diversas usinas, quem é responsável pelas marcas deixadas nos corpos desses trabalhadores após várias safras. No atual processo de mecanização, vários jovens trabalhadores serão descartados do trabalho no canavial, mas futuramente o desgaste resultante do esforço físico atual aparecerá. Como a grande maioria não será mais empregado da usina, há uma grande possibilidade de os custos da atividade serem repassados para sociedade, embora os lucros auferidos pelo setor sejam inequivocamente privados.

Além das doenças decorrentes da atividade no canavial, foi perguntado para alguns trabalhadores sobre acidentes fatais no canavial. Nas visitas iniciais, em que não foram feitas perguntas acerca dessa temática, não houve nenhum relato de óbito no campo. Posteriormente, quando se buscou informações acerca fatalidades no campo, conseguiu-se informação de quatro óbitos. Dois relacionados a ataques cardíacos, um relacionado à acidente com máquina e um à acidente com fogo no canavial.

E em relação à morte de trabalhadores sob regime de alta produtividade, nosso caso de estudo? A morte por sobre-esforço no trabalho tem sido reconhecida apenas no Japão como relacionada à superjornada extra de trabalho, especialmente no setor de mídia e executivo (Nitshiyama & Johnson, 1997; Kajiyama & Hosokawa, 1994). No Brasil, as mortes dos trabalhadores no setor sucroalcooleiro foram associadas a causas como

acidente vascular cerebral (AVC), parada cardiorrespiratória ou causa desconhecida. (Costa, 2013: 1)

Como fica ressaltado na passagem, o nexos causal entre o trabalho extenuante e o óbito súbito, no Brasil, não é geralmente reconhecido. Os outros dois casos de morte têm o nexos causal mais facilmente estabelecido, como podemos perceber na seguinte passagem.

P.: Desde que a senhora está aqui, já aconteceu algum caso de morte no canavial, alguma coisa assim?

R.: Então, aconteceu já dois casos que eu conheci mais de perto, que foi um rapaz que foi queimado dentro do canavial, né? E ele não morreu no momento, morreu depois, e ele mesmo contou que ele pediu socorro e ele estava dentro do canavial e ele gritou de dentro do canavial “tá queimando” né? E que eles continuaram colocando fogo, e parece que ele também estava colocando fogo. E a orientação de colocar o fogo, segundo o que ele coloca, ele não foi bem orientado não, e esse rapaz não morreu na hora então ele contou tudo que aconteceu dentro do canavial. O outro foi um que estava aqui no Carmo do Rio Verde, ele foi trabalhar com o trator numa região montanhosa, que ele não conhecia a região, e o trator virou em cima dele, ele foi 7h da manhã para o trabalho, foi deixado lá no campo, e quando foi fazer a troca, que foi às 15h, ele estava morto de baixo do trator, ele morreu aqui. (Entrevista realizada com membro da Pastoral do Migrante de Carmo do Rio Verde no dia 24/09/2015)

Embora sejam mortes dramáticas, morrer queimado e morrer esmagado por um trator, nesses dois casos as mortes são reconhecidas como decorrentes da atividade laboral no canavial. As mortes súbitas, em regra, não são reconhecidas como decorrentes do trabalho extenuante. Cândida da Costa (2013) conseguiu encontrar em seus estudos entre 2004 a 2007 mais de 20 casos de óbitos nos canaviais.

No nosso estudo se teve conhecimento de apenas dois casos de óbito nos canaviais como relatado, talvez esse número fosse maior, caso se perguntasse sobre óbitos por doenças cardiovasculares em trabalhadores, além de relatos de problemas de pressão, que podem ocorrer em razão do grande esforço e da desidratação a que esses trabalhadores estão submetidos durante o corte.

P.: Uma coisa que me falaram, eu acho que você já estava nessa época, não sei se você lembra. Falaram que teve uma vez só um caso de uma pessoa que chegou a falecer no canavial, você lembra desse caso?

R.: Um ataque fulminante em 2004.

P.: Em 2004?

R.: É, em abril de 2004.

P.: Era o que, era uma pessoa nova?

R.: Vinte e oito anos. Teve um ataque, você vê, consultou o médico, fez um exame, não constatou nada e ele foi trabalhar. Fez o trabalhador e enfartou.

P.: Entendi. Mas desse tempo todo?

R.: Assim, que eu conheça, de morte assim foram dois infartos. Um já era senhor de idade.

P.: Mas no meio do canavial também?

R. No meio do canavial. Duas mortes.

P.: Duas que você lembre, assim?

R.: Que eu lembro. Não houve outro não.

P.: Você lembra de algum assim, que o trabalhador foi para casa e em casa ele veio a falecer, alguma coisa assim?

R.: Não, não.

P.: Os casos que você lembra foram esses dois casos no canavial?

R.: Tudo no canavial.

P.: Dois casos?

R.: Dois casos em doze anos.

P.: E esse outro caso foi quando?

R.: Acredito quem foi em 2007, por aí, 2006 ou 2007. (Entrevista com trabalhador no dia 23/09/2015)

Além desses acidentes, também foram relatados alguns acidentes, dentro da usina. Na passagem do trabalhador, percebe-se o comprometimento do trabalhador com a usina, pois ele faz questão de ressaltar que houve apenas dois casos de morte no canavial em doze anos. Infelizmente, por uma limitação temporal, não foi possível verificar a existência de outros eventos como os relatados em outros canaviais.

Acredita-se que é importante investigar as doenças decorrentes do trabalho nos canaviais, pois, embora se perceba que há uma rápida redução dos números de cortadores, as marcas dos cortes ainda irão perdurar por muitos anos nos corpos desses jovens que tem sua vitalidade drenada junto com a sacarose que faz o etanol e o açúcar. As ciências sociais têm uma obrigação de tentar alterar o “i-mundo do trabalho para um mundo onde o trabalho possa cumprir sua função de dignificar as pessoas, de permitir-lhes construir sua identidade individual e social, de garantir-lhes a autonomia” (Silva, 2009: 14-15).

Enquanto não conseguirmos estabelecer tais nexos e comprovar a multicausalidade, a superexploração dos trabalhadores continuará gerando mais lucros para o capitalismo à custa da vida dos trabalhadores. As alterações no mundo do trabalho concorrem para o surgimento de novas doenças profissionais, como os distúrbios osteomusculares (DORT) e os transtornos mentais. (Costa, 2013: 2)

3.7 A percepção acerca do emprego

P: Se eu perguntar qual é a sua profissão, como você falaria?

R: Eu falaria cortador de cana. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Os trabalhadores rurais que cortam cana autodenominam-se cortador de cana, como se pode perceber na passagem. Em todas entrevistas perguntou-se para esses trabalhadores o que eles achavam de cortar cana. Alguns responderam que cortar cana era bom, outros responderam que cortar cana não era bom. Para de fato compreender a percepção dos trabalhadores acerca do emprego não basta ater-se apenas a uma única pergunta, pois essa seria uma simplificação grosseira da realidade.

Se a lógica formal repousa-se sobre a separação entre forma e conteúdo, a lógica dialética supõe essa união e opera-se pela contradição que não é necessariamente negação, mas o movimento vivo da realidade. O movimento é, portanto, de ultrapassagem. Baseado em Marx, Lefebvre (1972, p. 38) elucida que “[...] só o pensamento materialista e dialético consegue aprender a dupla determinação do processo, a saber: historicidade e práxis, porquanto apreende sua complexidade, as suas diferenças, conflitos e contradições. É isto que constitui o materialismo histórico.” (Xavier, 2010: 22)

Dessa forma, deve analisar-se as repostas desses trabalhadores considerando a relação dialética entre a historicidade e a práxis. “O que significa o pensamento dialético? Primeiramente, significa o reconhecimento de que a realidade social é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições” (Schmid, 2012: 4). Ao longo das entrevistas, essas contradições aparecem.

P.: O que você acha de trabalhar no corte? Você gosta?

R.: Eu gosto.

P.: Você, se você tivesse a oportunidade hoje de trabalhar em outro setor da usina, você preferia?

R.: Eu gosto mesmo do corte, porque no corte a gente trabalha, fica mais solto, mais livre. No corte mesmo.

(...)

R.: O corte de cana é assim: a gente trabalha, mas cada tempo que vai trabalhando vai cansando, vai cansando. É bem melhor a gente.

P.: Entendi. Você acha, por exemplo, nesse cenário, que você possa cortar cana até os quarenta, cinquenta anos? Você acha que você teria condições de cortar?

R.: Não, não. Aí já está bem desgastado. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

No início da entrevista, pergunta-se ao trabalhador se ele gostava de cortar cana, o trabalhador é enfático ao afirmar que gosta da atividade. Tendo consciência do desgaste físico inerente à atividade, pergunta-se ao trabalhador se ele se imagina cortando cana com 40 anos. O trabalhador, da mesma forma que foi enfático para afirmar que gostava de trabalhar no corte, é enfático para dizer que com 40 anos já estaria muito desgastado. Como um trabalho que “é bom” pode deixar um jovem trabalhador desgastado com 40 anos? Talvez esse trabalho não seja tão bom, mas outros trechos da entrevista podem esclarecer essa contradição.

P.: Você já teve alguma greve, alguma coisa que você participou?

R.: Não, nunca participei de greve, mas eu já vi muitas.

P.: Você nunca participou?

R.: Não.

P.: Mas por que você nunca participou?

R.: Ah, assim, eu penso assim: eu acho que confusão não resolve não. Greve o pessoal faz greve eu já fico no meu canto, eu não entro no meio, porque a gente precisa do emprego.

P.: Aqui em Carmo também?

R.: É aqui em Carmo.

P.: Você não participa por quê? Você não acha justa a greve? Por que você acha que não resolve, ou por que tem medo de perder o emprego?

R.: Assim, eu acho que para mim não resolve.

P.: Não resolve?

R.: É porque não resolve.

P.: Mas você acha que assim, o que que você ganha com o corte, pelo trabalho que você gasta lá, você acha que é justo o que você recebe, ou você acha que devia ganhar um pouquinho mais? Apesar que todo mundo quer ganhar um pouco mais. Mas assim, pensando de uma forma crítica assim: “Não, eu acho que realmente eles ganham muito em cima de mim, podia pagar um pouquinho mais ou Não, realmente o que eu ganho tá justo, em outro setor ganha menos”.

R.: Meu irmão é assim, se ganhasse mais um pouquinho era bom, mas a gente, como se fala, a gente não pode chegar e bater de frente, tem que ficar quieto no cantinho da gente e trabalhar. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

A entrevista continua, como cortar cana é um bom trabalho, não há razões para greves. No entanto, como o trabalhador relata, ele já viu muitas greves. Contestado se participa dessas greves, o trabalhador afirma que nunca participou, pois, como ele disse, não pode chegar e bater de frente. Como se nota na passagem, o trabalhador entende que há uma grande assimetria entre a empresa e os cortadores. Esse trabalhador não reclama nem faz paralisação não por concordar com todas atitudes da empresa, mas por ter a percepção que, em razão da assimetria de poder entre empresa e trabalhadores, reclamar não resolve.

P.: Se você pudesse imaginar assim, que você falou dessa profissão, que você sairia do corte, vamos dizer, cansou do corte. O que que você pensaria em fazer?

R.: Rapaz, eu pretendo um outro serviço diferente. Fazer outro serviço, sem mexer com cana, com peso, essas coisas.

P.: Você queria sair do tempo?

R.: Do tempo.

P.: Do trabalho pesado?

R.: Isso. Uma limpeza, uma coisa ou outra, eu acharia melhor.

P.: Uma limpeza?

R.: Isso.

P.: Você acha mais tranquilo?

R.: É mais tranquilo.

P.: Trabalhar tipo numa firma dessas coisas assim, você acha tipo isso? Não entendi como que é.

R.: É aqui essa empresa, ela tem muito serviço, de vários tipos de serviços. Se fosse para mexer, fosse pra eu escolher mesmo, queria mexer com limpeza.

P.: Dentro da usina?

R.: Dentro da usina.

P.: Mesmo ganhando menos?

R.: Mesmo ganhando menos.

P.: O corte, assim, mesmo você gostando, você não recomenda o corte para os outros?

R.: Não, recomendo não.

P.: Por exemplo, vamos dizer assim, se estivesse seu irmão lá com 18 anos agora no Maranhão e ele perguntasse: “Irmão, que que você acha de eu ir aí cortar cana com você”? Que você falaria para ele?

R.: Não irmão, fica quieto. Não mexa não. Caça outro serviço, vai estudar. Caça outro serviço melhor, não mexa com cana não. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Em menos de 30 minutos de entrevista, as contradições são reveladas. O trabalhador que iniciou a entrevista afirmando que gostava de cortar cana e preferia essa atividade, por uma série de fatores como liberdade, alguns minutos afirma que não aconselha que outras pessoas sigam sua trajetória. Um questionamento surge, mas afinal para esse trabalhador, cortar cana é bom ou é ruim? Provavelmente, cortar cana é bom e é ruim. Cortar cana é bom enquanto surge como alternativa na limitada realidade para que esses trabalhadores consigam acessar bens materiais que tanto desejam. No entanto, cortar cana é ruim também, pois desgasta o físico do trabalhador, que sabe que sua vida útil produtiva não será muito longa; além disso, é ruim porque o trabalhador percebe a assimetria da relação com a usina, ainda que não ache justo algumas medidas, não faz greve, paralisação ou reclama, pois tem consciência de que ele é apenas mais um trabalhador para usina que pode ser facilmente substituído por outro trabalhador.

Como ensina José de Souza Martins, na sociedade dos avessos, a sociologia deve começar “pelas *incertezas vivenciais* e não *pelos certezas sociológicas*. Eu não traria o homem como *objeto* e sim como *sujeito*” (2014: 17). Esses trabalhadores diariamente sobrevivem e muitas vezes para superar as incertezas refazem significados “para interpretar situações (e ações) sem sentido, podendo, em questão de segundos, remendar as fraturas da situação social” (Martins, 2013a: 55).

P.: E vocês competem, acha que acontece competição para ver quem corta mais?

R.: Acontece, isso aí é frequente.

P.: Você já competiu?

R.: De vez em quando tem que competir senão perde a camisa. Quando libera a safra, primeiro dia é trocado, até cair na primeira semana, ali vai vendo quem vai ficar no lugar de quem, até estabilizar a tabela, até do melhor para o mais fraco. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Essa passagem do trabalhador é interessante para se destacar as contradições que se encontra no canavial. Ao afirmar que compete com outros trabalhadores, talvez de forma inconsciente, o trabalhador aceita as condições impostas no processo produtivo.

Talhão e cidade formam um todo indissolúvel, em que se produzem e reproduzem a vida, o trabalho, o cotidiano, a aceitação e a recusa dos trabalhadores. Fisicamente separados, eles formam, contudo, uma unidade social permeada por contradições decorrentes das inúmeras relações de oposição. (Silva, 1999: 152)

Esse trabalhador, quando questionado se estava entre os que mais cortava cana em sua turma, afirmava com certo ar de satisfação que, se houvesse uma seleção, ele estaria entre os titulares. No entanto, essa aceitação é momentânea, pois em outros

trechos da entrevista, ele se mostrou como um dos trabalhadores mais críticos ao trabalho como cortador de cana.

P.: Você acha que o que pagam pelo seu trabalho é justo?

R.: Não, acho muito pouco, que nem eu falo direto com o frentista. Quinta-feira eu saí da linha com o fiscal, eu discuti com o fiscal, com o frentista, quando a cana é ruim eles costumam a dar o preço até mais tarde, o horário é até 9h, já tem que dar o preço dele. Eles falaram que deram o preço lá, mas não deram. Eles disseram que falou, mas ninguém escutou ele falando, como que eles dizem que falou. Eu não escutei, para eles falou, por isso ganha muito pouco. Se você vai reclamar eles querem falar mais alto, e você está estressado também, no sol quente, trabalhando estressado, acaba perdendo a linha, que nem eu que discuti com eles quinta-feira. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Percebe-se que, apesar de alguns momentos de aceitação, o trabalhador contesta a situação dos canaviais. Ele acha que pagam muito pouco e denuncia que muitas vezes o preço da cana é anunciado, mas ninguém escuta. Além disso, as relações de oposição que aparecem entre cortadores e frentistas fazem com que esse trabalhador afirme não falar direito com o seu frentista. Também é interessante a indicação do trabalhador de que, quando o preço da cana não é bom, o frentista retarda para anunciá-lo. Essa informação é relevante, pois nesse período da manhã é o período em que os trabalhadores trabalham de forma mais intensa, pois ainda não estão exaustos e o sol está mais fraco.

P.: Mas, por exemplo, se conseguisse em um escritório, alguma coisa assim, um ganho parecido com o que você ganha na cana, você preferia ficar na cana ou preferia ficar no escritório?

R.: Escritório do que a cana. A cana aí é opção.

P.: Assim, tem gente que tem a cana por opção, porque ele fala: “Olha, prefiro trabalhar na cana, porque a cana não tem chefe enchendo o saco, e eu gosto.”. Não é a maioria, mas tem gente que acha isso, tem gente que fala “estou aqui porque paga um pouquinho mais.” No seu caso, o que você acha?

R.: Eu estou aí porque paga um pouquinho mais, mas se eu tivesse a oportunidade de sair para outro serviço eu saia da usina, do corte de cana sem pensar duas vezes. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Ao longo da entrevista a competição, o orgulho de estar entre no time dos titulares dos cortadores vai sendo deixado de lado. O trabalhador afirma que se tivesse outra opção, ele deixaria o corte.

P.: Entendi. E se der certo essa distribuidora você ano que vem não está mais no corte?

R.: Ano que vem e nem esse ano mesmo.

P.: Esse ano mesmo?

R.: Se der certo agora, der e ligar aí e falar assim: “Olha, fazer entrevista hoje.”. Vou lá. Que aí eu teria mais tempo em casa, para ficar com meu filho, porque corte de cana, trabalho, vai e volta todo dia, mas chega cansado, tem dia que vou dormir 6h30min da tarde já estou dormindo já, acabado. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

O trabalhador deixaria o corte sem pensar para poder usufruir mais tempo para cuidar dos seus filhos. Ele relatou que muitas vezes não consegue brincar com as crianças, pois chega em casa acabado.

P.: Em geral eles tratam os trabalhadores bem, o que você acha? Alguns sim, outros não?

R.: Trata, trata bem. Uma coisa que eu acho bom é o jeito de tratar, mas tem vez que também ultrapassa limite, igual teve uma vez lá que o Carlão chegou lá e ofendeu um trabalhador, falou que ele nasceu para cortar cana e ia morrer cortando cana. Foi quando tentaram virar o carro dele com ele dentro, foi por causa disso. Chegou e falou para o trabalhador, chamou ele de burro, que nasceu para cortar cana e ia morrer cortando cana, não era que nem ele não, que ele estava no escritório com as canetas. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Apesar de explorados, os trabalhadores não aceitam tudo. O nível de insatisfação no trabalho, em geral, é camuflado pela certeza desses trabalhadores que não há nada que possam fazer, pelo sentimento de impotência ante o grande poder da empresa. No entanto, em alguns momentos essa insatisfação escondida, como na situação relatada, irrompe a realidade. Os trabalhadores explorados que dão sangue e suor para garantir o lucro da empresa se revoltam e partem para agressão física. Como relatado pelo trabalhador, esse episódio por pouco não se transformou em uma fatalidade. O trabalhador que em regra aceita as condições que acredita ser injusta de forma relativamente passiva, ao ser confrontado de forma depreciativa sobre suas condições de trabalho, revolta-se, não permite que funcionário do escritório diga algo contra sua profissão, deixa de agir isoladamente e age em grupo. Provavelmente, chamar de burro não foi o que mais lhes incomodou, mas sim a afirmação de que iam nascer e morrer cortando cana, que nasceram para isso, pois como declara o trabalhador a seguir “corte de cana não é de Deus”. O cortador objeto deixa a passividade e por instantes torna-se sujeito da própria história.

P.: Você não quer que seu menino corte cana de jeito nenhum?

R.: Não! Jamais, eu não quero nem que ele pense de falar assim: “Pai, quero entrar num canavial”. Eu vou falar “Não, meu filho, não faça uma coisa dessas não, nem brinque com isso, isso não é de Deus não, corte de cana não é de Deus”. Às vezes, muita gente do corte de cana reclama do sol, sol aqui na rua é bom demais, quero ver o sol dentro do canavial, se aqui na rua está achando que está com 30 °C, lá dentro está com 36 °C ou mais. Entra assim no canavial o calor é bem maior, o desgaste físico, água, demais da conta, resseca tudo. Igual eu falei para ela o jeito é nós sair daqui que eu não quero ver meu filho cortando cana, nem de ver assim ele brincando de querer entrar na roça. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

“Uma boa parte da vida cotidiana é desesperada busca de sentido *aparente* para o que fazemos ou para o que acontece conosco e ao nosso redor” (Martins, 2013a: 71). O trabalho árduo, como retratado, em busca de sentido vira uma

competição; provavelmente, fazer da dura realidade uma brincadeira é uma estratégia de sobrevivência desses trabalhadores.

Eu também contrariaria os leitores intérpretes vulgares de Marx, dizendo-lhes que a *alienação* não é mera manifestação de falsa consciência e de incapacidade política para superar contradições. Com Marx sociólogo, eu lhes diria que a alienação é uma modalidade de consciência social que engana para revelar e para guiar. É nessa falsa consciência que as necessidades sociais se propõem como busca no marco real e do imaginário que ele contém e que depende. É através de sua alienação que o homem erra procurando acertar. (Martins, 2014: 17)

Na fala desse trabalhador destaca-se que cortar cana apenas é uma opção em razão das outras ocupações pagarem um valor inferior ao que ele recebe no corte. É válido ressaltar que se trata de uma pessoa com pouco grau de instrução formal, em um país que culturalmente não valoriza a mão-de-obra, esse trabalhador encontra-se, portanto, marginalizado dos poucos bons empregos que existem nas cidades; de origem humilde não tem ninguém que o possa indicar para exercer alguma função. A vaga no corte que conseguiu com o esposo da sogra, embora seja uma opção dura, apresenta-se como opção que mais valoriza seu preparo físico e força e assegura que mantenha a família. Também merece destaque a ideia defendida pelo trabalhador de que para o filho não pensar em cortar cana o jeito é ele se mudar para outra região.

O sentimento de impotência contra as regras que acreditam ser injustas faz com que a mobilização dos trabalhadores seja uma tarefa árdua, como descreve o líder sindical.

P.: Quando eu estava entrevistando os trabalhadores uma das coisas que eu perguntava “você já participou de paralisação? ”, perguntei para muitos, e a resposta mais comum que eu escutei foi “greve é bom para quem fica”.

R.: Para quem fica.

P.: Você, como presidente do sindicato dos trabalhadores assalariados rurais, como que é para conseguir mobilizar o pessoal?

R.: Hoje, para gente fazer uma mobilização do trabalhador, tanto faz, na roça, lá no pé do eito, ou até talvez trazer ele para dentro do sindicato, não é fácil, não é fácil. Mas a gente tem conseguido sim. Agora, greve, você fazer paradeiro, você tem que observar muito a lei. Você tem que observar muitos parâmetros da lei, porque dependendo da greve que você fizer, dependendo da paralisação que você fizer, ela é contra a lei. O trabalhador vai ser penalizado por isso. Dependendo também o motivo da paralisação, o motivo que o sindicato chegou na roça, pediu para parar, fez uma greve, fez um paradeiro, o sindicato também pode ser penalizado por isso. O sindicato, arrisca o sindicato ter que pagar uma coisa que, às vezes, ele não tem. Então, a gente tem uma certa dificuldade para mobilizar o pessoal. E, ainda mais hoje, nos dias de hoje, que o emprego está escasso. Cada dia que passa o emprego está ficando escasso, cada dia que passa as empresas que trabalham no meio rural estão reduzindo mais a mão de obra, e estão criando mais mecanização. Então, o trabalhador, às vezes, a gente chega, pede para dar uma paralisação, pede para fazer uma parada ou uma greve, o trabalhador, às vezes, ele fala: “Não, eu não vou parar. Eu não vou entrar nessa greve, porque eu preciso do meu emprego, eu tenho dois filhos para tratar, eu tenho esposa, eu tenho aluguel para pagar”. Então, o trabalhador,

às vezes, pensa muito isso e eles não param. Por quê? Porque eles sabem que o dia de amanhã, por causa de um paradeiro que ele fez, que ele participou, às vezes, ele sabe que amanhã ele pode ser demitido. Ou talvez o ano que vem ele não vai ser contratado.

P.: Você já teve alguma vez assim que precisou pensar em parar e não teve apoio dos trabalhadores?

R.: Muitas vezes. Muitas vezes. Muitas vezes eu já pedi para parar e eles não param, não param, nem uma hora de prazo por exemplo. Eles não param. Por quê? Porque eles têm medo. O trabalhador anda com medo hoje, certo? De fazer isso, porque ele pensa muito no emprego, ele pensa muito no dia de amanhã. E se a gente for analisar, ele está coberto de razão, certo? Que por mais pouco que, às vezes, ele ganhe, mas é o pão de cada dia dele que ele está defendendo. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

A usina em razão de seu poder econômico é difícil de se confrontar, até mesmo para o sindicato, como se nota na passagem. Para se fazer uma greve ou uma paralisação, o sindicato deve observar a lei, pois se corre o risco de a greve ser declarada ilegal, e o trabalhador e o sindicato serem penalizados. Além disso, o trabalhador tem medo de perder seu emprego, pois, embora muitas vezes insatisfeito, é de onde retira o sustento para família e para aquisição de algum bem material, como “aquisição de terrenos e motocicletas, na reforma ou construção da moradia e aquisição de eletrodomésticos” (Carneiro; Sousa; Marinho, 2007: 221).

P.: O senhor acha que cortar cana hoje é o quê? É bom? É ruim?

R.: Cortar cana é bom, para quem tem saúde, é bom. Cortar cana é um vício, sabe, se você viciar na cana, acabou, a cana é que nem droga, você viciou um ano acabou.

P.: Você vai querer cortar sempre?

R.: Vai, quando chega no tempo você fica louco, querendo mesmo, eu não vou porque eu não dou conta.

P.: Não vai mais porque não dá conta?

R.: Porque não dá conta, mas se desse eu iria, está entendendo?

P.: Entendi.

R.: Você corta, você está lá no meio da galera e vai brincando um com o outro, e vai.

(...)

P.: É? Pode deixar. Ah, esqueci de perguntar uma coisa. Pelo que o senhor trabalha, o senhor ganha o justo, cortando cana?

R.: Não, o cortador de cana podia ser mais valorizado, todos eles, não é só um, todos!

(...)

P.: Por que o senhor acha que o pessoal quase não faz greve?

R.: Ah, não sei. Nós somos daqui, né, aí faz greve, como é que vai fichar no outro ano?!

P.: O senhor acha que tem lista negra aqui na usina, ou toda usina tem?

R.: Toda usina tem.

P.: O cara que faz greve.

R.: O cara deu trabalho, você vai para roça, você vai trabalhar, você não vai discutir mais fiscal, você não vai brigar mais fiscal, se o preço está ruim, você chega no frentista e conversa com ele. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 16/07/2015)

Nessa outra entrevista com um trabalhador mais experiente, que já cortou cana em Alagoas, São Paulo e Goiás, o cortador relata que quando era mais jovem

conseguia cortar no ritmo dos demais, porque lidavam diariamente com corte brincando com colegas. A dificuldade de assegurar o sustento é representada como um jogo; não é qualquer jogo, mas jogo que vicia. Um vício que tem seus efeitos colaterais, “nas relações entre boias-frias e canaviais, não se sabe quem derruba quem, se são os cortadores de cana que derrubam os canaviais ou os canaviais que derrubam boias-frias” (Dawsey, 2012: 260). Esse trabalhador sabe que o canavial derruba o homem, sente todos dias as dores que se acumularam após quase três décadas cortando cana, mas como um vício não consegue largar o canavial e continua cortando, ainda que ache que os cortadores não são valorizados e reconheça a impotência ante a relação assimétrica entre usina e trabalhadores. Como ensina a literatura, as listas negras são usadas pelas usinas para se evitar que os trabalhadores exteriorizem suas insatisfações e não participem de greve ou paralisações. “As listas negras são os antídotos mais eficazes na correção das condutas, dos comportamentos dos trabalhadores” (Silva, 1999: 141)

P.: Você gosta de cortar cana?

R.: É o que eu sei mesmo, eu gosto. Não acho ruim não. É pesado, mas depois que acostuma é bom.

(...)

P.: Você acha que dá conta de cortar cana mais quanto tempo, assim?

R.: Dá para cortar uns cinco anos mais para frente. Mas eu não quero continuar não, quero parar logo. Talvez só esse ano. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

O trabalhador, como muitos outros, ao ser questionado sobre cortar cana disse que não achava ruim e era o que ele sabia fazer. No entanto, alguns minutos para frente a contradição aparece em seu discurso, ele afirma que, apesar de não achar ruim, quer parar logo. Se ele encontrar outra estratégia de sobrevivência, esse será seu último ano como cortador, esse desejo é alimentado por outras percepções que tem do emprego.

P.: Por exemplo, se perguntarem para você: Vou te dar o mesmo salário. Você prefere trabalhar no campo ou trabalhar no escritório?

R.: No escritório é melhor. O mesmo salário?

P.: O mesmo salário. Por exemplo, se no mercadinho ali da esquina, te chamar para ganhar o mesmo salário, para colocar as latas na prateleira, ajeitar as caixas, essas coisas.

R.: Nossa. Não tem dúvida não. Saio da cana na hora. Melhor, é muito forçado.

P.: Você acha que é muito cansativo a cana?

R.: É cansativo demais.

P.: No final da safra, como que você está geralmente?

R.: Bem magro. Bem desgastado. O meu jeito também tenho vinte seis anos e parece, a feição parece mais anos.

(...)

P.: Por exemplo, você tem um menino lá?

R.: Tenho dois.

P.: Dois meninos. Você queria que eles fossem cortar cana?

R.: Eu não. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

Essa entrevista, embora curta, foi de fato interessante, quando o trabalhador ressaltou que tinha 26 anos, mas parecia ter mais, houve um constrangimento momentâneo na entrevista, pois, apesar de se concordar com a afirmação, não se sabia o que falar. Essa percepção do desgaste físico decorrente da atividade no canavial, serve como motivação para que o trabalhador queira deixar a atividade; também serve de motivação para que ele não deseje essa sorte para seus filhos.

P.: Você já participou de greve?

R.: Não, nunca não.

P.: Nunca?

R.: Nunca.

P.: E já viu greve?

R.: Já vi, já.

P.: Por que você não participou?

R.: Greve só prejudica a gente, que é trabalhador. Faz uma greve hoje, vai embora lá. Leva até um pouquinho de dinheiro. Chega lá, acaba não fez o serviço.

P.: Não consegue mais?

R.: Não vai conseguir.

(...)

P.: Se eu te perguntar qual é sua profissão hoje, o que que você falaria?

R.: Ah, eu sou trabalhador rural.

P.: Trabalhador rural?

R.: É. Trabalhador rural.

P.: E o que que você acha da expressão boia-fria?

R.: Boia-fria?

P.: Dar um exemplo: se chega um caboclo ali e fala: “Ô boia-fria” para você, o que que você falaria para ele?

R.: Rapaz, nem sei o que que eu respondo.

P.: Mas, se você não respondesse nada, o que que você iria sentir? O que que você iria pensar?

R.: Que ele estava me rebaixando.

P.: Você acha que é um rebaixamento, mesmo?

R.: Sim. É um desrespeito. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 15/07/2015)

Ao longo das entrevistas, algumas percepções foram sendo repetidas. A greve ou a paralisação é vista pela maioria dos trabalhadores como algo ineficaz ou como no caso do entrevistado acima como algo que prejudica o trabalhador. Outro fato que chamou a atenção é a recusa do trabalhador a alcunha de boia-fria, de fato é um termo pejorativo que serve muitas vezes apenas para reforçar o preconceito e marginalizar ainda mais esses trabalhadores.

P.: O que eles te pagam no corte, você acha justo ou você acha que eles pagam pouco?

R.: É pouco né. O tipo de serviço que a gente trabalha, é pouco.

(...)

P.: Se eu perguntar para você: você gosta a sua vida hoje assim ou preferia a vida lá do Piauí?

R.: Está bom.

P.: Está melhor do que lá, você acha?

R.: Não, melhor do que lá não está, não, lá para mim é melhor.

P.: Lá, para você, é melhor?

R.: Estou junto com a família, aí lá fico melhor do que aqui.

P.: Se tivesse um emprego lá que pagasse, você não viria de jeito nenhum?

R.: Vinha não. Se eu arrumasse um serviço lá, eu não vinha pra cá.

P.: Mas lá não arruma não?

R.: É difícil demais. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 17/07/2015)

Após algumas entrevistas, percebe-se que algumas características das histórias desses trabalhadores são parecidas. Há, de modo geral, uma percepção que o trabalho deles poderia ser melhor remunerado. Também para grande maioria dos entrevistados, o corte da cana apenas apresenta-se como opção em razão da ausência de empregos que paguem uma remuneração razoável. O corte da cana é uma estratégia para os trabalhadores que vem de outras regiões, mas também para os trabalhadores da região.

P.: Que você está achando de cortar cana?

R.: Uai, cortar cana não é um trem bom não. É bom, bom, bom não.

(...)

P.: Hoje você tem o mesmo trabalho que seu pai tem, né?

R.: É.

P.: Você queria que seu filho tivesse o mesmo trabalho que você tem?

R.: Não.

P.: Você queria que seu filho trabalhasse com o quê? Assim, se você pudesse escolher.

R.: Depender de mim, vai estudar até se formar ser alguma coisa na vida.

P.: Entendi, mas você acha que o quê é ser alguma coisa na vida?

R.: Ter uma profissão boa.

P.: Uma profissão boa? Você acha que cortar cana não?

R.: Não é uma profissão boa, não. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Merece destaque nessa entrevista o fato desse trabalhador ser um jovem de 20 anos e ter concluído o ensino médio. Filho de cortador de cana, seguiu a profissão do pai nos primeiros anos da vida adulta. Ele é a antítese do desejo da maioria dos trabalhadores, que não querem que seus filhos trabalhem nos canaviais. Não acha uma profissão boa, mas a necessidade o levou para corte. Apesar de ter concluído o Ensino Médio não encontrou outra opção de trabalho. Também se destaca que ele usa o termo ser alguma coisa na vida, como sinônimo de ter uma profissão boa. Quem não tem uma profissão boa, seria nada da vida? Embora essa expressão seja comumente usada no país, ela se reflete não só no discurso, mas na desvalorização dos trabalhos manuais, que em regra não exigem um grau de instrução formal elevado. No entanto, o trabalho no canavial exige algo dos trabalhadores absurdo, não exige nenhum diploma, mas retira a vitalidade dos trabalhadores.

P.: E, por exemplo, o senhor tem essa experiência de trabalhar em duas lavouras, por exemplo: lavoura de melancia e a cana. Assim, que o senhor acha mais pesado de trabalho?

R.: Ah, o corte ele é mais forçado.

P.: É?

R.: É. Ele é mais puxado. Para você ganhar, você tem que se esforçar para você tirar um dinheirinho melhor. Porque se você for muito devagar você não faz nada. Aí se você quer ganhar um dinheirinho a mais, você tem que se esforçar mais. Aí você cansa, o corpo fica bem judiado na parte da tarde, está bem baqueado. Sua demais. Tem dia que...

(...)

P.: E o senhor queria que algum de seus filhos trabalhasse no corte?

R.: Preferia que eles entrassem em outra profissão. Caçar um meio de. Vê se arruma outro tipo de coisa. Porque é um trem, um serviço que eles já conhece né sabe que não é aquela coisa né, mas sabe que dá para gente manter, mas não é aquela coisa: “Nossa, é bom demais, ganha muito.”

(...)

P.: O senhor gosta do seu trabalho?

R.: Não sei se é por causa dos amigos, a gente vai levando, mas falar que a coisa é boa, não.

P.: Se fosse para ganhar o mesmo salário o senhor preferia o outro tipo de trabalho ou preferia trabalhar na roça mesmo? Assim, talvez outro tipo de roçada, não sei. O que que o senhor acha?

R.: É. Sei lá. Eu acho que se tivesse outro tipo de coisa, outro tipo de serviço assim para ganhar, para tirar o mesmo assim, eu acho que o outro. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 14/07/2015)

Esse trabalhador é pai do trabalhador de 20 anos que citamos acima. Ambos são naturais de Carmo do Rio Verde, não gostam do corte, mas optam pelo corte. Não se trata de uma opção livre, nem que liberta. A cana vicia, vício que, às vezes, passa de pai para filho. Um trabalho árduo, mais intenso do que outras atividades rurais como assegura o trabalhador, claramente insalubre, embora a usina se recuse a reconhecê-lo como insalubre. Os trabalhadores, no entanto, reconhecem, sentem as dores e percebem que tem um prazo; não querem, mas permanecem no corte sem querer. São sujeitos dos seus destinos, mas sua agência é limitada por um contexto, que limita as estratégias de sobrevivências possíveis.

A migração temporária aparece como uma estratégia, como uma solução material num duplo sentido: por um lado, o assalariamento permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre estas realidades, que, apesar de opostas, se servem mutuamente. Em outros termos, a economia capitalista avançada necessita desta mão-de-obra barata em seu espaço por algum tempo e a economia miserável necessita do parco dinheiro auferido por alguns de seus membros para continuar existindo. (Silva; Martins, 2010: 214-215)

Nota-se que de forma similar ao que ocorre em São Paulo, o trabalho no canavial é estratégia supostamente temporária, pois vários trabalhadores dedicam a atividade por vários anos. Além disso, para os trabalhadores da região, principalmente os mais velhos, a cana faz parte de uma grande contradição, pois a expansão da cana reduziu consideravelmente as parcerias e as terras disponíveis para meeiros, mas possibilitou que esses tivessem um trabalho relacionado com a terra.

Pessoas que, antes de virem para a cidade, haviam sido agregados, meeiros, ou pequenos arrendatários, agora como boias-frias, reencontram-se com a terra. Mas, a terra não é mais lugar de morada. O lugar onde se fazia a “morada da vida” (Heredia, 1980) virou “terra de negócio” (Martins, 1991). Chuva virou sinal de fome em vez de fartura. Havendo chuva, a queima da palhaafiada da cana, procedimento necessário para garantir o uso de corpos sensíveis na safra, torna-se impossível, e os caminhões ou ônibus não conseguem fazer o percurso indo e vindo dos canaviais sem se afundarem em terras ou areias molhadas. Assim sendo, para trabalhadores que recebem de acordo com a quantidade de cana cortada, chuva vira sinal de fome. (Dawsey, 2013: 257-258)

Para finalizar esse tópico, é interessante colocar a entrevista mais longa que foi realizada durante a pesquisa. Trata-se de um trabalhador que nasceu na região, filho de meeiros e hoje corta cana. Talvez por uma questão contextual, a percepção que ele tem acerca do corte diverge de outros cortadores, ele afirma que não trocaria o corte por qualquer serviço e que ama seu trabalho. Embora tenha perspectiva diversa de alguns cortadores, reclama da falta de flexibilidade do escritório com os trabalhadores. Algo que se destacou durante as entrevistas é que a maioria dos trabalhadores não tem interesse de ter um contrato efetivo com a empresa. O trabalhador da entrevista que se segue, embora seja efetivo, tem um desejo de sair, com esse intuito entrou na justiça contra a empresa. Tem o desejo de alugar uma terra e plantar por conta própria, pretende com o dinheiro que ganhar na justiça financiar esse empreendimento. Ele tem consciência de que essa ação vai privá-lo de emprego na usina por muito tempo. Relata a história de seu filho, que entrou para lista negra, ou como ele mesmo disse, foi marcado no placar na sala de Recursos Humanos.

P.: Tem uns meninos aí mais novos que vieram a menos tempo, eles falaram que vieram cortar cana porque achavam que cortando ganhavam mais do que como vendedor.

R.: Igual eu falo para você, o corte de cana, se tiver produção, dá dinheiro. Igual o [menino] mesmo, [ele] é que sem vergonha. Na cana caída, ele trabalha pouco, na cana em pé, você consegue ganhar R\$ 150,00, R\$ 200,00, por dia. Para quem ganha um salário mínimo hoje como vendedor, é muito dinheiro. No correr da semana dá aí seus R\$ 1.800,00, livre R\$ 1.500,00, R\$ 1.800,00, livre. Dá três mil por mês, porque a gente recebe quinzena.

P.: O problema são as caídas?

R.: Na hora que chega na. Já eu, é igual eu falo para eles, eu mais o [menino] trabalha assim, cinco linhas para ele, cinco para mim. Às vezes, eu pego primeiro, um dia, amanhã ele pega primeiro, mas sempre é. Quando a cana em pé some, desaparece, nem vê ele. Meu patamar é o seguinte, eu estou consciente de dizer o seguinte, que eu sou efetivo. Não adianta eu me matar por causa de R\$ 80,00, R\$ 100,00 por dia, porque amanhã eu preciso trabalhar de novo. Quando a cana é caída, eu mantenho essa média também. Eu não vou bambear só porque a cana está ruim, se eu tenho de ganhar, então eu mantenho uma média, mais ou menos, assim na faixa de R\$ 80,00, R\$ 100,00 por dia. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Nesse trecho da entrevista, há duas informações que se complementam de grande relevância para pesquisa. A resistência de alguns trabalhadores quando encontram a cana caída, como relatado alguns trabalhadores diminuem consideravelmente o ritmo, quando a cana não está em pé. No entanto, no atual cenário, com a mecanização, para os trabalhadores que ainda se mantêm na atividade, cada vez mais, restam apenas canas caídas. Também aparece na entrevista a resistência do trabalhador, apesar dos incentivos existentes, a cortar cana até seu limite. O trabalhador ao afirmar que mantém a média, demonstra que consegue de certa forma resistir a lógica do sistema da remuneração do trabalho por produção.

P.: O pessoal compete mesmo?

R.: Compete. A competição é bruta. Por isso que eu acho que o dinheiro não tem muita serventia, sabe. No caso, eu não, o [menino]. Eu não, porque eu, igual eu falo para você, eu trabalho para sustentar a mim e Deus me ajuda. Agora, eu não tenho esse negócio: “ah, o fulano está bom”. O [menino], ontem mesmo, parece que foi até combinado, quando escalou ele, o olho dele estava só o linho, só a trança, tudo caída. Do lado de cima dele tinha [outro], aí o [outro] vai.... O olho do [outro], só vê a linha assim, você olhava de um lado via do outro, a do [menino] todo trançado de parelha, você vê, cinco linhas aqui e cinco aqui. O [outro] desapareceu. Mas o [menino] chorou, mas, gente do céu, mas o [menino] reclamava: eu vou largar isso aqui, eu não vou trabalhar. Tipo, inveja do outro, você sabe que é; se você parar para pensar, você sabe que é. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

A lógica da remuneração por produção influencia de modo negativo a solidariedade entre os trabalhadores. Apesar de ser uma forma lúdica de lidar com a extenuante jornada do corte, a competição faz que em algumas situações o trabalhador ao lado seja um rival, como no caso relatado em que o trabalhador estava indignado pelo fato do outro trabalhador estar melhor. Além disso, a competição é útil para usina, pois motiva o trabalhador a sempre querer cortar mais.

P.: Hoje, se eu falasse assim, “tenho outro serviço ali para ganhar a mesma coisa”, você preferiria cortar cana?

R.: Depende do serviço.

P.: Se fosse para trabalhar dentro da usina?

R.: Não, corto cana.

P.: Por qual serviço você trocaria, assim, por cortar cana?

R.: Não, se fosse hoje para eu abandonar meu serviço, eu teria de ter uma chácara para eu trabalhar, trabalhar com hortaliças. Porque meu irmão lá em Brasília tem. Eu tenho um irmão que mora em Brasília e trabalha com chácara, hortaliças. Eu sei muito, igual eu falo para você, eu sei fazer de um tudo na vida. E outra, eu só nunca fiz matar e roubar, porque nunca precisou. Mas, eu sei fazer de um tudo na vida, sei inseminar gado – não cursei até o fim, mas na prática eu aprendi.

P.: Mas você preferiria trabalhar, assim, em uma cultura mais que nem tinha aqui?

R.: Vamos dizer, trabalhar para mim. Era não ser mandado que eu preferiria.

P.: Mesmo dando um pouquinho menos?

R.: Mesmo ganhando menos. Por quê? Você tem mais liberdade. Aí é igual eu estava falando para você, é igual a gente fala, uma chacinha hoje. Eu entrei na justiça pedindo para sair? Porque eu tenho os meus direitos, hoje, na usina. (...) Mas, assim, eu não queria, eu amo essa. Isso aqui foi, para nossa cidade, foi a melhor coisa que já houve esse seu Paulo comprar isso aqui. Antigamente, 1999 para trás, isso aqui era parado. Todo mundo lutava para sobreviver, mesmo. Você sabe, não tinha ninguém de fora, mas os daqui tinha que pular porque senão não conseguia nada. Não era todo mundo que tinha coragem de peitar uma roça, de plantar, de colher. Aí o cara, vamos supor, levanta cedo, não sabe para onde vai, não tem o que fazer; a mulher chega, acabou o café, acabou o açúcar, acabou o arroz. A pessoa que tem sangue na veia igual a gente tem, graças a Deus nunca precisou de ouvir essa palavra não, mas eu acho que é doído. Pesado. Mas aí, igual eu falo para você, em termos, voltando àquele assunto da chácara, hoje, um pé de alface bem zelado são dois reais e não aperta para vender cinquenta pés de alface aqui por dia. Eu gasto – eu vou por muito – eu gasto quatro pés de alface para fazer cem pés de alface aqui, produzir. Gasto o valor de quatro pés de alface. Só que você estando nas hortaliças, você tem muita diversidade, não é só alface, é outras coisas. Você planta aí quinhentos pés de tomate. E o produto orgânico hoje, que eu sei trabalhar, na época que a gente trabalhava não tinha, muita química. O produto orgânico, hoje, ele é mais saudável. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

A percepção do trabalhador acerca do corte de cana-de-açúcar é de fato influenciada pela sua experiência anterior. Esse trabalhador por um lado relembra da grande dificuldade que vivenciou, quando sua família trabalhava como meeiro. Com emoção relata que hoje cortar cana é bom, pois consegue aferir um rendimento que crê digno, pois compara com a recordação de seu pai trocar um dia de trabalho por um litro de manteiga. Trabalhar com o corte é uma forma de manter o contato com alguma forma de plantação. Provavelmente por isso, ele afirma de modo veemente que não trocaria o trabalho no corte por outro trabalho dentro da usina. Por outro lado, em razão das lembranças do tempo que vivia como meeiro, ele tem um sonho de sair da usina e estabelecer uma produção própria de hortaliças. Um sonho de manter sua família com o dinheiro de sua própria produção, que não é impossível, mas que também não é fácil, em um sistema produtivo altamente concentrador de renda, como existente no Brasil.

P.: Se você quisesse ser fiscal.

R.: Não, não.

P.: Nunca teve oportunidade?

R.: Tive, não quero não. Deus me livre, Jesus, Ave Maria.

P.: Por que você acha ruim né?

R.: Não é o que eu falo para você, eu amo minha profissão. Chegam: “Suas cinco linhas são essas aqui” e eu [som de corte], acabou, não tem zoeira, não tem ninguém para me encher o saco, tem as molecagens, as brincadeiras de roça pra desestressar e pronto.

(...)

P.: Porque no outro vocês ganham R\$ 1.100,00. Dá uma diferença?

R.: Dá, no correr do mês dá uma diferença grande no salário. Se a gente ganhar é muito bom. Eu acho assim, igual eu falo para você, hoje, se fosse outro administrador que tivesse jogo de cintura, igual, a gente que é da

região, foi criado, entende, porque é capaz que entendo de cana mais do que a [Doutora], do que o [Doutor]. O [Doutor] é formado em agronomia, mas se botar eu e ele de par eu garanto para você, se ele plantar uma cana e eu plantar, eu garanto para você que a minha vai ser melhor e eu não tenho estudo. Não adianta o estudo dele. Você sabe que hoje, conforme o serviço tem a prática, é prática. Igual eu estava falando para você, a gente trabalha assim... é muito bom. Eu queria que eles tivessem jogo de cintura. Eu fazia um acordo com eles, eu não queria aviso, eu não queria a multa rescisória, para mim ficar limpo. Você sabe que, o dia que eu sair dali, nunca mais. Quando a [Doutora] for a administradora ali, ela põe meu nome no placar dela lá; roda minha ficha, ela pega minha ficha e joga para cá: “esse aqui nunca mais”. Roda na cara de pau. Ela não pega meu menino, eu tenho um rapaz, 22 anos, ela não pega ele porque ele discutiu com ela, porque ele tem o pavio curto igual eu.

P.: Tem um placar mesmo?

R.: Tem. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

O trabalhador relata que nunca teve interesse de trabalhar como fiscal, pois não gosta de tratar com pessoal, prefere a atividade de cortar por acreditar ter mais liberdade. Outro ponto interessante na percepção do trabalhador é a compreensão de que o fiscal tem que aguentar muita pressão, por estar entre os cortadores e a usina. O fiscal estaria no meio de duas situações de oposições, por essa perspectiva o trabalhador afirma que prefere manter-se no corte.

Outro ponto que não foi a princípio questionado, mas surgiu de modo natural na entrevista é a questão da lista negra da usina. Em uma cidade em que a usina é o maior empregador, colocar um trabalhador na lista, ou no placar como ele disse, é de uma crueldade monstruosa, pois pode significar para o trabalhador ter que se mudar para outra região. A lista negra é elaborada no escritório, que é

Elemento fundamental, organizado para talhar corpos e almas, para socializar, para retirar os vícios, corrigir o comportamento, reprimir a vadiagem, controlar as doenças, as faltas, a alta rotatividade (às vezes prejudicial à empresa, enfim, elemento necessário à socialização dessa multidão de homens e mulheres. (...) Socialização que significa transformar o “volante”, o andarilho, o que voa de um lugar a outro, em fixo, em trabalhador, que passa a se interessar pela empresa, que passa a ter amor ao trabalho. (Silva, 1999: 136)

A percepção acerca do emprego diverge de trabalhador para trabalhador. Percebeu-se que os mais novos não acham que é um bom emprego, alguns trabalhadores mais velhos, por sua vez, afirmaram que ruim é trabalhar e não receber. A exploração desses trabalhadores não é uma realidade que surgiu com a cana, tampouco é uma realidade exclusiva do campo. Essa exploração, no entanto, torna-se ainda mais dramática para esses trabalhadores que se encontram marginalizados pelo processo de modernização. O processo de mecanização que deveria ajudar a humanidade, não ajuda a esses trabalhadores, pois alguns são dispensados e os que ficam são empurrados para os canaviais de corte mais difícil.

Considerações Finais

O objeto de investigação proposto é o trabalho no corte da cana no cenário de substituição da colheita manual pela mecanizada. Para se compreender essa complexa realidade da atividade canavieira, recorreu-se a vasta literatura sobre a capitalização da agricultura e, especificamente, a literatura que trata do trabalho nos canaviais. Além dessa pesquisa bibliográfica, também se usou a investigação em campo, com visitas aos canaviais, entrevistas com 19 trabalhadores da usina (12 cortadores de cana, 2 fiscais de corte, 1 frentista, 1 técnico em segurança do trabalho, 2 bituqueiros e 1 trabalhador do controle de qualidade do corte), entrevistas com líderes sindicais, consulta as fichas cadastrais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde.

Embora a questão do trabalho nos canaviais já tenha sido amplamente abordada por alguns pesquisadores, a mecanização completa da colheita da cana-de-açúcar, em substituição ao corte manual, ainda permanece como problema de pesquisa não esgotado, pois há inúmeras questões que ainda devem ser debatidas, como a vivência subjetiva e objetiva dos trabalhadores ante esse processo de mecanização, a atividade sindical e a resistência dos trabalhadores ao processo de intensificação laboral.

Esses processos de intensificação de trabalho acabam sendo, de forma proposital, silenciados durante o processo de mecanização da colheita (Silva; Bueno; Melo, 2014). As condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores que dão suor e sangue nos canaviais na fase de transição do corte manual para o mecanizado são preteridas por discussões sobre questões técnicas relacionadas ao funcionamento das máquinas ou acerca das vantagens da colheita mecanizada.

Se estudos acerca das condições dos trabalhadores que permanecem nos canaviais são escassos, pode afirmar-se que praticamente não há discussões acerca dos trabalhadores dispensados, pois estes acabam muitas vezes tendo que migrar e passam a ser problemas sociais de outras regiões distantes dos canaviais. Essas discussões são de grande relevância para se refletir acerca de qual processo de modernização agrícola é desejável para a sociedade brasileira.

Ao final do trabalho, embora se reconheça as limitações cognitivas do pesquisador, parece claro que a compreensão do processo de produção do sistema canavieiro, bem como o cotidiano desses trabalhadores, somente é possível se

considerarmos a totalidade do sistema. Esses trabalhadores não estão excluídos do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, estão plenamente incluídos, apesar de modo não adequado; são a parte que muitas vezes são esquecidas e silenciadas, escondidos sob o mar da cana. Os cientistas sociais devem de forma incansável denunciar essas contradições, com intuito de que a modernidade possa significar de fato a realização das capacidades humanas. Deve-se ter uma postura reivindicatória de que o progresso técnico seja também uma melhora nas condições de vida desses trabalhadores.

Seria a angústia de La Boétie, ao tentar entender a servidão voluntária no início da era burguesa? Seriam estes os elementos revelados e escondidos da tragédia do fomentador (Berman, 1986, p. 66), por meio da qual o desejo de eliminar a tragédia da vida constituiu-se a sua própria essência? Seria este o significado da “destruição criativa” e da “criação destrutiva” da imagem nietzschiana reproduzida além do verde dos canaviais, das chaminés da usina e das “máquinas-monstros” que devoram a natureza e os homens? A história é feita de alternativas, não de becos sem saídas. História, entendida como Benjamin: o presente é ponto de partida para o olhar em direção ao passado, com vistas ao futuro. Reconstruir esta história, a partir do deslindamento do passado, constitui o ponto de partida para qualquer projeto de transformação social. O passado não é um ponto acabado. É um tempo que precisa ser revificado, reproduzido, reconstruído. Somente assim ele será parte constitutiva da identidade individual e social. (Silva, 1999: 320-321)

É necessário que se reconheça que a dificuldade social criada pela mecanização da colheita não é algo natural e irrefutável, trata-se de uma alternativa de desenvolvimento do capitalismo em que o ser humano trabalhador é objetivamente preterido. Na pesquisa de campo, pôde notar-se uma peculiaridade dos canaviais de Carmo do Rio Verde, de forma diversa dos canaviais paulista em que a maioria dos trabalhadores dos canaviais são migrantes oriundos principalmente do Nordeste (Alves, 2007; Menezes; Saturnino, 2007; Silva, 1999; Vettorassi, 2007), há uma grande quantidade de trabalhadores naturais da região. Uma parte desses trabalhadores foram expropriados pelo processo de modernização agrícola no estado de Goiás e têm no corte uma estratégia de sobrevivência.

Embora essa peculiaridade do trabalho de pessoas oriundas da região nos canaviais, a presença de trabalhadores nordestinos pode ser considerada relevante, principalmente, os provenientes dos estados de Alagoas, do Maranhão e do Piauí. A maioria dos migrantes têm um grau de instrução baixo e migram com esperança de conseguir uma remuneração maior do que conseguiriam em suas regiões de origem.

Com objetivo de revificar o passado e relacionar com a situação presente desses trabalhadores, tentou-se relatar a história do desenvolvimento na região, que

foi um projeto financiado pelo Estado e legitimado por uma ideologia do desenvolvimento que permeia a sociedade brasileira há muitos anos.

A idéia de construir o país atua em primeiro lugar como elementos de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um *projeto nacional* comum. A construção do país posta como obra coletiva de interesse geral sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os, atribuindo-lhes até mesmo um sentido maior (epopeico). (Moraes, 2008: 93)

Partindo do presente para olhar o passado, percebe-se um futuro não muito animador, pois o processo de modernização ocorre novamente sem nenhuma estratégia de inclusão dos marginalizados. A mecanização desemprega na crise, mas as subvenções estatais permanecem para os que menos precisam. Não há sequer uma discussão dos objetivos do progresso. Não seria esse progresso desejável para que o ser humano pudesse realizar sua humanidade. Não é isso, no entanto, que se percebe, a modernização tem um único objetivo, a redução dos custos de produção, legitimado com um discurso de defesa do meio ambiente em razão do fim da queimada. De acordo com Rodrigues e Saab (2007), com a mecanização da colheita há uma redução de 32,74% dos custos da operação em relação à colheita manual. Dessa forma, a mecanização significa para empresa, além da redução do custo da produção e o fim das queimadas, o descarte de aproximadamente 88 trabalhadores por cada colheitadeira usada. Por um lado, o trabalhador que já foi expropriado anteriormente agora perde o que lhe restou, o trabalho. A empresa, por outro lado, deixa de se preocupar com litígios trabalhistas com os cortadores de cana.

Constatou na pesquisa que a mecanização não está melhorando a condição dos trabalhadores. Para os trabalhadores que ainda permanecem no corte restam canaviais que exigem maior dispêndio de energia, pois lhes sobram principalmente as canas caídas e os terrenos mais acidentados. Apesar de a cana caída ter um preço maior por metro cortado, os trabalhadores entrevistados foram unânimes ao relatar que essa diferença de preço não compensa a discrepância no dispêndio de energia. Essa constatação faz com que os trabalhadores percebam que em 2015 foi mais árduo para aferir seus rendimentos; de modo literal, para cada real ganho foi necessário mais suor dos trabalhadores. Apesar de mais dispêndio de energia, foi relatado pelos trabalhadores que nessa safra não foi possível aferir os mesmos rendimentos do ano anterior; esse ano está pior em razão da mecanização.

Tentou-se aproximar o leitor da realidade produtiva do complexo sucroalcooleiro, pois se tem conhecimento de que, embora o produto do trabalho desses trabalhadores esteja presente diariamente no açúcar que adoça o cafezinho ou

no etanol que movimenta os carros, o processo produtivo no complexo sucroalcooleiro é desconhecido pela maioria da população. Esse distanciamento com o processo produtivo agrícola é inclusive um dos fatores da seleção dos ‘sociólogos rurais’, pois “normalmente espera-se que o candidato tenha uma ‘origem rural’, pois se presume que de outra forma ele não pode compreender a população rural” (Anderson, 1986: 185, grifo nosso).

Configura-se o paradoxo dos processos sociais agrários no Brasil: as modificações das agroindústrias e as diversas modalidades de economia contratual na agricultura, protagonizadas por vários agentes sociais, indicam uma modernização da agricultura; porém, essa modernização está acompanhada por um aumento da exclusão social, das migrações campo-cidade e da pauperização dos camponeses, bem como pela difusão da violência política e costumeira. (Brumer; Santos, 2006: 50)

Para se conhecer e compreender a realidade social do trabalhador ante o processo de mecanização, faz-se necessário conhecer o complexo produtivo sucroalcooleiro, que está relativamente distante dos centros de produção do conhecimento. Diferentemente do que um olhar desavisado possa compreender, há muito trabalho nos canaviais, que margeiam várias estradas do país, apesar de aparentemente desertos, muitos trabalhadores derrubam muito suor em busca de melhores condições para suas famílias.

Nesse complexo sistema produtivo, há, como foi relatado, uma grande assimetria de poder entre as usinas e os trabalhadores, pois os trabalhadores necessitam do emprego para a sobrevivência, enquanto as empresas contam com um grande contingente de trabalhadores na região e em regiões distantes. Nesse contexto, a atuação sindical é de grande importância para assegurar que a legislação trabalhista seja respeitada e para firmar alguns acordos, como a convenção coletiva, que tentam assegurar melhores condições para esses trabalhadores. Muitas vezes, porém, o poder das usinas é grande demais até para os sindicatos. Nesse contexto, é válido a atuação das federações de sindicatos. Em uma cidade pequena como a cidade visitada, a usina tem ao menos um oligopólio dos empregos, isso limita a atuação do sindicato, pois os familiares dos membros do sindicato têm que trabalhar e várias vezes a opção é trabalhar na usina. No entanto, o sindicato faz reivindicações e tenta mobilizar os trabalhadores; os trabalhadores, por sua vez, cobram os diretores do sindicato quando acham que há algum problema. Seguramente há grandes dificuldades para que as demandas dos trabalhadores sejam acatadas, mas muitas vezes de maneira sutil essas resistências ocorrem de forma coletiva ou individual.

Dentre essas resistências, é válido destacar a atuação dos trabalhadores para assegurar o corte em cinco ruas, pois a empresa tinha o interesse de implementar o corte em sete ruas, como foi relatado. Por meio da organização dos trabalhadores, o corte em cinco ruas foi mantido em detrimento do interesse da usina. Além disso, é válido o relato de alguns trabalhadores que demonstram que embora haja a cobrança da usina, os próprios fiscais acabam não cobrando tudo que a empresa exige.

P.: Como é?

R.: Imagina o fiscal que trabalha com 42. É onde eu falo pra você, o meu serviço – o corte – é o menos cobrado na empresa. Assim, o meu fiscal, cobra de mim. Eles cobram 60% do que a usina pede para eles, porque o administrador deles pede para eles 100%. Eles cobram da gente 60%. Nós fazemos 40%, passa de boa, ninguém reclama de nada.

P.: De cortar mais baixa, despontar?

R.: Cortar baixa, bater ponteira, “redar” – para quando o motocana estiver empurrando, não misturar com a palha –, os montes – afastar um monte do outro –, separar uma cana da outra. Então esse é o tipo de cobrança que a gente tem. No caso, eles cobram 60, você faz 30, passa de boa. (Entrevista realizada com trabalhador rural no dia 12/07/2015)

Como se pode notar na passagem há um sentimento de solidariedade entre os trabalhadores. Essa solidariedade permite que os trabalhadores resistam a algumas das exigências impostas durante o trabalho, como cortar a cana muito rente ao solo, despontar a cana e o amontoamento da cana. Obviamente essas atividades são realizadas, mas de um modo que exige um pouco menos do trabalhador. Além disso, o relato de alguns trabalhadores que afirmam cortar apenas para manter a média, embora haja um modelo de produção que incentiva o trabalhador a sempre cortar o máximo possível.

No atual cenário de crise econômica, aumento da taxa de desemprego e da mecanização do corte, os trabalhadores têm menos condições para estabelecer resistência. Os sindicatos também encontram dificuldades na negociação com as empresas. Esses embaraços ficam evidenciados nas dificuldades para avançar alguns pontos na negociação da convenção coletiva do setor, como assegurar o pagamento do adicional de insalubridade para todos trabalhadores do corte.

Como se evidenciou, da colheita da cana, o corte é a única etapa que ainda não é plenamente mecanizada. No atual processo de mecanização, centenas de trabalhadores são descartados e são obrigados a buscar outras estratégias de sobrevivência. Muitos trabalhadores preferem agir com incredulidade acerca da probabilidade do fim do corte, afirmam “dizem que o corte vai acabar, mas não acaba não”, têm consciência de que há um processo de redução do número de cortadores, mas acreditam que ainda haverá corte. Outros acham que o corte vai acabar, porém

preferem não se angustiar, dizem “a gente dá um jeito, dava um jeito antes, vou dar um jeito depois”; mas sabem que com fim do corte em cada dia terão duas lutas, uma luta para encontrar o trabalho e outra o próprio trabalho. Alguns mais novos e sem vínculo com a região, pensam em se mudar para São Paulo. De modo geral, a única certeza que a mecanização traz é a redução dos custos de produção e dos litígios trabalhistas para empresa, para os trabalhadores não traz nenhuma certeza, apenas aumenta a incerteza acerca do próximo ano.

O problema é que esses trabalhadores optam pelo corte, em razão de já serem marginalizados pelo processo de expansão do capitalismo. Apesar do trabalho sofrido e desgastante, o corte é para esses trabalhadores a certeza de um emprego que lhes garante o sustento.

E nesse sentido o processo social não é uma noção que traduza ou que pretenda dar conta do imediatamente visível das relações face-a-face diretamente apreensíveis pelo próprio sujeito. O processo social constitui-se também das relações sociais invisíveis estabelecidas pela circulação do produto do trabalho humano, relações essas tecidas de homem a homem através das mercadorias. Portanto, o processo tem duas dimensões tal como mostra Lefebvre numa discussão sobre a *práxis*. Uma dessas dimensões é aquela em que as pessoas formulam uma interpretação da sua vida social e da sua rotina e a outra dimensão é dada pelo caráter histórico da atividade humana, de tal modo que se retenha na noção de processo aquilo que é cogitado pelo sujeito como ser social e aquilo que é cogitado pelo sujeito como ser social e aquilo que ele faz ou vivencia sem conhecer os fundamentos últimos. Em outras palavras, o processo social constitui-se na relação que cada homem trava com os outros e consigo mesmo através da História, através da alteração contínua das suas condições de existências e, conseqüentemente, da alteração contínua das suas relações sociais, como produto alienado da sua própria atividade. O processo é a vivência da História nessa dupla dimensão. (Martins, 1978: 37)

Para dar conta desse processo de vivência da história, tentou articular-se esses elementos esquecidos, como desenvolvimento da região e do complexo sucroalcooleiro com as relações diretamente apreensíveis pelos sujeitos. Apesar de muito serem iletrados, engana-se quem acredita que o trabalhador não reconhece a situação em que está inserido.

A contradição em que esse trabalhador está inserido se reflete em seu discurso. Não se trata de uma contradição meramente discursiva, mas de uma contradição que invade o cotidiano desses trabalhadores. Cortar cana é bom, pois na dura realidade em que se confrontam diariamente, apresenta-se como uma alternativa para adquirir mercadorias, como moto, aparelho de televisão, carro; além de garantir a sobrevivência para uma grande quantidade de expropriados no bojo do processo de modernização. “Na realidade, o processo de expropriação produziu e continua produzindo uma massa enorme de errantes em busca de trabalho para a

sobrevivência” (Silva, 1999: 58). No entanto, cortar cana é ruim, pois a dor é diária durante a lida e como foi relatado essas lesões ocasionadas pelo trabalho acompanham esses trabalhadores até o final de suas vidas.

Como se constatou, foi possível verificar vários relatos de câimbras, em alguns casos câimbras generalizadas, denominadas na região como torrar. Quando o trabalhador torra, ele fica paralisado em razão das fortes câimbras e tem que ser carregado para ser hidratado por soro para se recuperar da desidratação. Além disso, alguns relatos de trabalhadores que usam medicamentos para conseguir trabalhar, isso ocorre em razão do caráter extenuante do corte e da política de recursos humanos que, como relatado, penaliza os trabalhadores que colocam muitos atestados. Como descrito, quem coloca muito atestado em um ano, não tem emprego no próximo. Os trabalhadores reconhecem esse desgaste, melhor dizendo sentem diariamente. Em uma das passagens citadas o trabalhador afirma “tenho 26 anos, mas parece mais anos”, esse trecho demonstra a consciência do desgaste ocasionado pela intensidade do trabalho nos canaviais.

Além desses casos de dor, desgaste físico, câimbras, também foi verificado a ocorrência de duas mortes súbitas nos canaviais, conforme relato de trabalhadores. Provavelmente, caso a pesquisa fosse estendida para outros canaviais próximos, seriam encontrados mais casos. O corte é extenuante e desgastante, como disse um trabalhador “corte de cana não é de Deus”.

(...)o “buraco” do Jardim das Flores se apresentou como um monumento irônico ao capitalismo industrial e à modernização do país. Se os programas do Proálcool e do Planalsucar pretendiam fazer despertar um gigante adormecido, a sensação de quem morava no Jardim das Flores era de quem havia caído num buraco. (Dawsey, 2013:112)

Assim como na década de 1970 e 1980, a mecanização total da colheita da cana-de-açúcar na atualidade apresenta-se de forma irônica ou trágica para esses trabalhadores do corte. Para muitos significa a perda do emprego e a obrigatoriedade de buscar outra alternativa de sobrevivência; para outros significa menores ganhos e mais trabalho, mais dispêndio de energia e mais dores. A máquina que deveria suavizar a existência humana torna a condição desses trabalhadores ainda mais árdua.

Desta feita, além de tornar visível a presença de trabalhadores, nossos achados de pesquisa mostram que a mecanização não só eliminou postos de trabalho como também aprofundou a exploração da força de trabalho daqueles que foram empregados. (Silva; Bueno; Melo, 2014: 90)

Acredita-se que desvelar essa realidade é uma importante tarefa que se tentou realizar com esse trabalho. Trata-se de uma tentativa de “evocar e apreender uma experiência peculiarmente moderna” (Berman, 1986: 117).

Penso que não é exagero dizer que no Brasil uma parte do povo se sente vivendo num território ocupado, e que as elites lidam com o povo como “conquistadores” até hoje – como se pode perceber pela impunidade com que se mata no país. (Ianni, 1998: 195)

Faz-se necessário uma alteração do padrão de desenvolvimento nacional, em que se priorize a maioria dos trabalhadores e da população. Não se pode fomentar o desenvolvimento pelo desenvolvimento, mas é necessário o desenvolvimento em uma direção de garantir a inclusão social e uma realidade social com menor assimetria.

Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. (Moraes, 2008: 96-97)

Precisa-se urgentemente repensar o significado da modernização no caso brasileiro, que no processo produtivo sucroalcooleiro se expressa por meio do processo da mecanização. Precisa-se dar voz aos silenciados, precisa-se constituir uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, é gratificante estudar o setor sucroalcooleiro, pois é um setor em que modernizar significa apenas expandir o canavial, aumentar a produtividade e reduzir os custos. Os trabalhadores são considerados apenas como custos, as vidas ceifadas são apenas acidentes. Há pouca ou nenhuma preocupação com o ser humano. Além disso, trata-se de um modelo altamente concentrado e concentrador de renda.

Se há um viés no trabalho, é o viés da valorização da humanidade, da condição do “homem como autor e protagonista de sua própria história, a história de sua humanização” (Martins, 2013a: 18), em que a modernização agrícola e a mecanização da colheita apresenta-se como momento contraditório. Para os trabalhadores que ainda permanecem na atividade do corte há um aumento do esforço físico, uma diminuição dos rendimentos e menor espaço para resistência; para os trabalhadores dispensados há um crescimento da incerteza com relação ao futuro.

Em razão dessa concepção, opta-se por terminar o trabalho com um trecho de uma entrevista com um sindicalista rural. Ao fim do trabalho tem-se a certeza que, apesar das dificuldades e do dispêndio de energia, o trabalho de campo foi gratificante, porque trouxe para perto dos olhos o que estava longe e logrou dar voz aos silenciados.

P.: Acho que é isso, por agora.

R.: Se por um acaso você lembrar de alguma outra coisa.

P.: Eu volto aqui. Vou parar aqui então, obrigado. A gente falou de muita coisa.

R.: Eu que agradeço. Não tenho muito conhecimento não, mas estou aí pra te ajudar, no que for preciso, no seu trabalho, no seu desenvolvimento

como sociólogo. Eu acho que é muito importante para nosso país e também muito importante principalmente nessa área que você está fazendo sua dissertação. Eu acho que nesses anos todos que estou aí no movimento sindical, eu nunca tinha visto uma pessoa com grau de instrução seu, como sociólogo, fazer um trabalho desse, acho que é muito interessante, eu acho então que as pessoas, não só você, mas quanto outras pessoas que são seus companheiros de faculdade e que tem esse mesmo grau de instrução, eu acho que deveriam também estar levantando isso. Levantando essa tese, buscando informação e ter o conhecimento do que que é o nosso país, o que que é o, vamos dizer assim, o desenvolvimento sucroalcooleiro, sucroenergético dentro do nosso país, e, também, o movimento sindical, que através disso aí a gente passa a saber, conhecer o que é o movimento sindical. Então, eu que agradeço e estou aí pra ajudar no que for preciso. Não só você, quanto qualquer outra pessoa que precisar da minha ajuda. (Entrevista realizada com líder sindical no dia 23/09/2015)

Referências Bibliográficas

ADAMS, Reinaldo Ignacio. (1979) *Agricultural Adjustments to Brazil's Alcohol Program- A regional Economic Analysis*. An Arbor, Michigan, Microfilm University press.

ABREU, Carolina. (2007) Migração: dos descaminhos do agronegócio sucroalcooleiro à organização dos cortadores de cana. In: NOVAES, José Roberto; Alves, Francisco. (orgs) (2007) *Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, EdUFSCar.

ALEXANDER, Jeffrey. (1986) O novo movimento teórico. In: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbc_00_04/rbcs04_01.htm

ALMINO, João. (2007) O mito de Brasília e a literatura. *Estudos Avançados*, 21 (59), 2007.

ALVES, Francisco. (1989) A mecanização do corte da cana e o movimento dos trabalhadores Assalariados Volantes na região de Ribeirão Preto: algumas reflexões. *Cadernos de Engenharia de Produção, DEP/UFSCar*, São Carlos, ano v, n. 12, pp. 18-48, 1989.

ALVES, Francisco. (2006) Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade* v. 15, n. 3, p. 90-98, set-dez.

ALVES, Francisco. (2007) Trabalho e Trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo: Será um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) *Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, EdUFSCar.

ALVES, Francisco. (2009) Políticas Compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. *Ruris, Campinas*, v. 03, p. 145-165, 2009.

ALVES, José Delotério. (2011) *A epopeia de um pioneiro*. Carmo do Rio Verde, Editora Ministerial.

AMÂNDIA, Sofia. (2012) Do Homem Plural ao Mundo Plural. Entrevista com Bernard Lahire. *Análise Social*, 202, XLVII (1. °).

ANDERSON, C. Arnold. (1965) Tendências na Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, Editora Hucitec.

ANTUNES, Ricardo. (2004) Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (orgs) (2004) *O Avesso do trabalho*. São Paulo, Expressão Popular.

ARRAIS, Tadeu Alencar. (2007) O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: XII Encontro da Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 21 a 25 de maio de 2007. Belém – PA, Brasil.

ÁVILA, Silvia Regina Starling Assad. (2009) Efeitos socio-econômicos da expansão da cana-de-açúcar no Vale do São Patrício. Dissertação (mestrado em Agronegócios). Universidade de Brasília, Brasília.

BATTAGLIOLA, F. (org) (1991) Entre travail et famille. La construction social des trajectories. CSU, Iresco-Cnrs. In: MELO, Beatriz Medeiros de. (2008) Migração, Memória e Território: O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

BASTOS, Élide Rugai. (1998) Florestan Fernandes e a Construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. (org) (1998) Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo, Boitempo.

BENJAMIN, Walter. (2012) Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense.

BERMAN, Marshall. (1986) Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo, Companhia das Letras.

BEZERRA, Luzia Maria Capanema; Cleps Jr., João. (2004) O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. Caminhos da Geografia, 2(12)29-49, Jun/2004.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. (2010) Fronteira Amazônica e Planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a hileia de civilização? B. goiano. Geogra. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

BORGES, Maria Celma. (2010) O desejo do Roçado: Práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo, Annablume.

BORGES, Uta; FREITAG, Heiko; HURTIENNE, Thomas; MANFRED, Nitsch. (1988) Proálcool: Economia política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis. Universidade Federal de Sergipe, Programa Editorial.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. (1994) Olhares Cruzados sobre o rural brasileiro. In: (1994) Produção Familiar, processos e conflitos agrários. Cadernos de Sociologia v. 6. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS).

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. (2006) Estudos Agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). Presidente Prudente, Revista Nera, Ano 9, n. 9.

CANDIDO, Antonio. (1967) O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sergio Buarque. (1995) Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.

CANDIDO, Antonio. (1975) Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Livraria Duas Cidades.

CANO, Antonio; VERGÍNIO, Cleber J.. (2010) Impactos da mecanização da colheita da cana no período de 2001 a 2006: Estudo de caso de uma unidade produtora em Fernandópolis – SP. Scientia FAER, Olímpia – SP, Ano 2, Volume 2, 1º Semestre, 2010.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. (2006) Lavradores de Sonhos: saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes, 1980-2000. São Paulo, Educ.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. (2010) Retrato da Repressão Política no Campo. Brasília, MDA.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; SOUSA, Andréa; MARINHO, Karlene. (2007) Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

CHAUÍ, Marilena de Souza. (1979) Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. (2012) Memória e Sociedade. São Paulo, Companhia das Letras.

CHAYANOV, Alexander V. (1981) Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. F. G.; STOLCKE, Verena. (orgs) (1981) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense.

COALBRA. (1983) Álcool e Emprego: o impacto da produção de açúcar de álcool de cana-de-açúcar e de madeira na geração de empregos. Cadernos Coalbra 3, Brasília.

COSTA, Cândida. (2013) Jornada Excessiva de Trabalho e Morte por Exaustão: nexos causais entre adoecimento, condições de trabalho e mortalidade. GT 18: Reestructuración productiva, trabajo y dominación social. ALAS, 2013.

COSTA, Cândida; HORTA, Carlos Roberto; ROLDAN, Martha Íris. (2007) Novas Formas de Exploração do Trabalho e Inflexões do Modelo de Desenvolvimento: precarização do trabalho e migração no século XXI. R. Pol. Públ. V. 11, n.2, p. 55-79, jul./dez. 2007.

COSTA, Cândida; HORTA, Carlos Roberto; ROLDÁN, Martha; DAL ROSSO, Sadi. (2014) Intensidade e Trabalho Excessivo: exaustão, impactos na subjetividade e formas de resistência dos (as) trabalhadores (as). R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 177-187, julho de 2014.

COSTA, Cinthia Cabral da; BURNQUIST, Heloisa Lee; GUILHOTO, José Martins. (2006) “Impacto de alterações nas exportações de açúcar e álcool nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste sobre a economia do Brasil”. Revista de Economia e Sociologia Rural vol. 44, n° 4. Brasília Oct.\ Dec. 2006.

DAL ROSSO, Sadi. (2008) *Mais Trabalho: A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo, Boitempo.

DAMIANI, Amélia Luísa. (2012) Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. *Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 anos (2012)*, p. 254-283.

DAWSEY, John Cowart. (2013) *De que riem os boias-frias? diários de antropologia e teatro*. São Paulo, Terceiro Nome.

D'INCAO, Maria Conceição; (1979) *O “Bóia Fria”*: Acumulação e Miséria. Petrópolis, Vozes.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. (2000) *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar.

ENGELS, Friedrich. (1981) O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. F. G.; STOLCKE, Verena. (orgs) (1981) *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. (1984) *A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

FERREIRA, Enéas Rente. (2009) Importância das Teorias Agrárias para a Geografia Rural. *Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009*.

FERREIRA, H. R. M.. (2013) *Trabalhadores boias-frias da cidade de Pontalinda – SP*. São Paulo, Editora Nelpa.

FERREIRA, Leda Leal; GONZAGA, Maria Cristina; DONATELLI, Sandra; BUSSACOS, Marco Antonio. (1998) *Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara*, São Paulo. São Paulo, FUNDACENTRO.

FREYRE, Gilberto. (2006) *Casa-grande & senzala*. 51ª ed. São Paulo, Ed. Global.

FREYRE, Gilberto. (1961) *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio.

FUESS, Lucas Tadeu. (2013) *Potencial contaminante e energético da vinhaça: Riscos de contaminação ao solo e recursos hídricos e recuperação de energia a partir da digestão anaeróbia*. Dissertação (mestrado em Geociências e Meio Ambiente). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Rio Claro.

GEERTZ, Clifford. (2014) *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A.. (2004) *Case studies and theory development in the social sciences*. MIT Press.

GERMER, Claus M.. (2011) Marx e a divisão do lucro médio em lucro do empresário e juro. *Estud. Econ., São Paulo, v. 41, n. 2, June 2011*. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000200004&lng=en&nrm=iso>.

GUIGOU, Jacques. (1971) O sociólogo rural e a ideologia da mudança. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

GULLAR, Ferreira. (1975) Dentro da noite veloz: poemas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

HOBSBAWM, Eric J..(2000) Mundos do Trabalho. São Paulo, Paz e Terra.

IANNI, Octavio. (1998) A sociologia do Brasil. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. (org) (1998) Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo, Boitempo.

KERLINGER, Fred N.(1980), Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual. São Paulo, Editora Pedagógica.

LEFEBVRE, Henri. (1953) Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

LEFEBVRE, Henri. (1969) Posição: contra os tecnocratas. São Paulo, Nova Crítica.

LEFEBVRE, Henri. (1970) Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

LEFEBVRE, Henri. (1975) Lógica Forma Lógica Dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LEFEBVRE, Henri. (2011) O Vale de Campan: estudo de sociologia rural. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. (2013) Marxismo. Porto Alegre, L&PM.

LE GOFF, Jacques. (2013) História & Memória. Campinas, Editora Unicamp.

LENIN, V. I. (1981) O capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). In: SILVA, J. F. G.; STOLCKE, Verena. (orgs) (1981) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense.

LIMA, Eliane Schubnell de Rezende. (1979) Campesinato e “plantation”: um estudo em área canavieira. Dissertação (mestrado Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, Brasília.

LINHART, Ana Maria Galano Mochcovitch. (2002) “Êxodo Rural, Fazendas e Desagregação”. Estudos Sociedade e Agricultura 19, outubro, 2002: 6-39.

LOPES, José Sérgio Leite. (1978) O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2º ed.

LYND, Staughton. (2014) Doing History from the Bottom Up: On E. P. Thompson; Howard Zinn, and Rebuilding Movement from Below. Chicago, Haymarket Books.

KAUTSKY, Karl. (1980) A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial.

KAUTSKY, Karl. (1981) Socialização da agricultura prólogo à primeira edição. In: SILVA, J. F. G.; STOLCKE, Verena. (orgs) (1981) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense.

MANNHEIM, Karl. (1959) O Pensamento Conservador. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. (1987) Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Editora Caetés.

MARTINS, José de Souza. (1973) A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira.

MARTINS, José de Souza. (1975) Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira.

MARTINS, José de Souza. (1978) As Coisas no Lugar (Da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

MARTINS, José de Souza. (1986) Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis, Vozes.

MARTINS, José de Souza. (1989) Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo, Editora Hucitec.

MARTINS, José de Souza. (1998a) O senso comum e a vida cotidiana. Tempo Social, ver. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 1-8, maio de 1998.

MARTINS, José de Souza. (1998b) Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

MARTINS, José de Souza. (2011) Sociologia da Fotografia e da Imagem. São Paulo, Contexto.

MARTINS, José de Souza. (2013a) A sociabilidade do homem simples (Cotidiano e História na modernidade anômala). São Paulo, Contexto.

MARTINS, José de Souza. (2013b) O cativo da terra. São Paulo, Contexto.

MARTINS, José de Souza. (2014) Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo, Contexto.

MELO, Beatriz Medeiros de. (2008) Migração, Memória e Território: O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

MELO, Mário Lacerda de. (1975) O açúcar e o homem; problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

MENEZES, Maria Aparecida de; SATURNINO, Marcelo. (2007) As migrações do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

MONTES, Maria Lúcia. (2013) Um teatro de assombrações. In: DAWSEY, John Cowart. (2013) De que riem os boias-frias? diários de antropologia e teatro. São Paulo, Terceiro Nome.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (2008) Território e História do Brasil. São Paulo, Annablume.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz D. de. (2007) “ O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades”. Economia Aplicada, vol. 11, n° 4. Ribeirão Preto Oct.\ Dec. 2007.

MORAES, Maria Dione Carvalho de; FRAZÃO, Francisco; ROGÉRIO JR, T.. Significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

MORENO, Luís Marcelo. (2011) Transição da colheita da cana-de-açúcar manual para a mecanizada no estado de São Paulo: cenários e perspectivas. Dissertação (mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOURA, Marcelo Lacerda Gameiro de. (1999) Política e Política Ambiental: O Comportamento da Frente Parlamentar Sucroalcooleira, 1996-1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. (1983) Alcohol Fuels: options for developing countries. Washington, D. C..

NEVES, Delma Pessanha. (1997) Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana. Niterói, EDUFF.

NICOLAZZI, Fernando. (2004) A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. Anos 90m Porto Alegre, v. 11, n 19/20, p. 101-138, jan./dez. 2004.

NISBET, Robert A.. (1970) Conservadorismo e Sociologia. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

NISBET, Robert A.. (1973) As idéias-unidades da Sociologia. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

NOVAES, José Roberto Pereira. (2007) Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais- um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra paulista. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

OLIVEIRA, Francisco de. (1988) A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista. Petrópolis, Editora Vozes.

OLIVEIRA, Francisco de. (2007) Prefácio: Entre Marx, Dickens e Zola. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

PAMPLONA, Confúcio. (1984) Proálcool: impacto em termos técnicos econômicos e sociais do programa no Brasil. Ministério da Indústria e do Comércio e Instituto do Açúcar e do Alcool, Belo Horizonte.

PAULA, Ricardo de Almeida. (2008) Competitividade e Renda Agrícola: o caso da cadeia do etanol. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília.

PAULILLO, Luiz Fernando; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MELLO, Fabiana Tanoue de. (2007) “Alcool combustível e biodiesel no Brasil: quo vadis?” Revista de Economia e Sociologia Rural vol. 45, n° 3. Brasília July.\ Sept. 2007.

PEREIRA, José Carlos Alves. (2007) Condição camponesa e migração: Caminhos e descaminhos do roçado. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

PESSOA, Jadir de Moraes. (2009) A Colônia Agrícola Nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha. (2009) Processo de Constituição e Reprodução do campesinato no Brasil, vol. II. São Paulo, Editora UNESP.

PINA, Hélio. (1972) A agro-indústria açucareira e sua legislação. São Paulo, Ed. APEC.

PIETRAFESA, José Paulo. (2002) “A grande travessia”: Agricultura familiar e qualidade de vida. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília.

PINTO, Estevão. (1974) Informações históricas a respeito da cultura da cana-de-açúcar. *In: Região, formação social e desenvolvimento – suas interrelações: o caso nordestino*. 1974, IJNPS/Conselho Federal de Cultura.

PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. (2012) Tempo, Método e Crítica – Alegoria em Walter Benjamin e Representação em Henri Lefebvre. *Revista de teoria da História* Ano 3, Número 7, jun/2012. Universidade Federal de Goiás.

PLEC, Otmar; ANDRADE, Fabiola Juliana Rubim de; FAVARIM, Eliane Aparecida; PIACENTI, Carlos Alberto. (2007) Mecanização do corte da cana-de-açúcar como fator de sustentabilidade ambiental no Paraná: uma análise de cenário. *Ver. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama*, v..8, n. 1 e 2, p. 53-72, jan./dez. 2007.

PORTELLI, Alessandro. (1997) Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto Memória*. PUC. SP. Nº 15. Abril 97.

PRADO JÚNIOR, Caio (1976). *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Editora Brasiliense, São Paulo.

PRADO JÚNIOR, Caio (1979). *A Questão Agrária no Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo.

PRADO JÚNIOR, Caio (2006). *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1978) *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

QUEIROZ, Saulo de Tarso Prado. (2008) *Usinas de Álcool – Fatores Influentes no processo de escolha e localização de novas unidades*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília.

RAWLS, John. (1971) *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

RICCI, Rudá. (1994) *Mercado de Trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*. Brasília, IPEA.

RODRIGUES, Euripedes Bomfim; SAAB, Otávio Jorge Grigoli Abi. (2007) Avaliação técnico-econômico da colheita manual e mecanizada da cana-de-açúcar (*saccharum spp*) na região de Bandeirantes – *Pr. Ciências Agrárias, Londrina*, v. 28, n. 4, p. 581-588, out./dez. 2007.

ROSA, Marcelo. (2004) As novas fases do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *Revista Dados*, vol. 47, nº 3.

ROSA, Marcelo Carvalho. (2004) O Engenho dos movimentos: Reforma Agrária e Significação Social na zona canavieira de Pernambuco. Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro.

SABOURIN, Eric. (2009) Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu. (2015) Cana doce, trabalho amargo: o trabalho escravo na expansão territorial do agronegócio sucroenergético no estado de Goiás. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (2010). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record.

SANTOS, Raimundo. (2001) “Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos”. *Estudos Sociedade e Agricultura* 16, abril, 2001: 74-93.

SAYÃO, Léa. (1976) Meu pai, Bernardo Sayão. Brasília, Gráfica do Senado Federal.

SCHMID, Christian. (2012) A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, Nº 32, pp. 89-109, 2012.

SCHÖNLEITNER, Günther. (1998) “Discussing Brazil’s agrarian question: land reform is dead, long live family farming? A critical review of recent trends in policy and debate”. *Estudos Sociedade e Agricultura* 10, abril, 1998: 57-93.

SEN, Amartya. (1992) *Inequality Reexamined*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; SPOSITO, Marília Pontes; (2013) Como os indivíduos se tornam indivíduos? Entrevista com Danilo Martuccelli; *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39. nº 1.

SETÚBAL, Mariana. (2007) Refuncionalização da servidão: Uma análise da permanência de formas de escravidão na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) *Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, EdUFSCar.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo (Orgs.). (2005) *Agroindústria canavieira no Paraná: análises, discussões e tendências*. Cascavel, Ed. Coluna do Saber.

SILVA, Antonio Marcos. (2003) *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo, Brasiliense.

SILVA, J. F. G.. (1981a) Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Editora Hucitec.

SILVA, J. F. G.. (1981b) A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.

SILVA, J. F. G.. (1997) De bóias-frias a empregados rurais (As greves dos canavieiros de Guariba e de Leme. Maceió, EDUFAL.

SILVA, J. F. G.. (2001) O que é a questão agrária. São Paulo, Brasiliense.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (1999) Errantes do Fim do Século. São Paulo, Editora UNESP.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2004) Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (orgs) (2004) O Avesso do trabalho. São Paulo, Expressão Popular.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2007) Trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2009) A barbárie do i-mundo eito dos canaviais paulistas. In: FACIOLLI, Irmã Inês. (org) (2009) Vozes do Eito. Guariba, Eco das Letras.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2011) O trabalho oculto nos canaviais paulistas. Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (2013) ”Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?”. Estud. Soc. E Agric., Rio de Janeiro, vol. 21 n; 2, 2013: 359-391.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. (2014) Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação nos canaviais paulistas. Contemporânea, v. 4, n. 1, p; 85-115, jan.-jun. 2014.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. (2010) A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai./ago. 2010, p. 196-240.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; BUENO, Juliana Dourado. (2013) A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável e a (nova) morfologia do trabalho. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 253-271, Maio/Ago. 2013.

SILVA, Melissa A. S.; GRIEBELER, Nori P.; BORGES, Lino C.. (2007) Uso de vinhaça e impactos nas propriedades do solo e lençol freático. R. Bras. Eng. Agríc. Ambiental, v; 11, n. 1, p. 108-114, 2007.

SILVA, Sandro Dutra. (2008) Os Estigmatizados: Distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás. Tese (doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA NETO, J.M. Da Rosa e. (1966) Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – MEC.

SIMMEL, Georg. (2006) Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro, Zahar.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. (1930) Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org) (1986) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Editora Hucitec.

SOUZA. Jânio Kleiber Camelo de; MESQUITA, Francisco de Oliveira; NETO, José Dantas; FARIAS, Carlos Henrique de Azevedo; MENDES, Héric Claudino; NUNES, Rafaela Mendes de Andrade. (2015) Fertirrigação com vinhaça na produção de cana-de-açúcar. ACSA – Agropecuária Científica no Semiárido, v. 11, n 2, p 7-12, abr-jun, 2015.

SOTO, William Héctor Gómez. (2002) A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil (As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva). Santa Cruz do Sul, EDUNISC.

STALIN, J.. (1981) Sobre os problemas da política agrária na URSS. In: SILVA, J. F. G.; STOLCKE, Verena. (orgs) (1981) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. (2008) Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

THOMPSON, Edward Palmer. (1987) A formação da classe operária: v. 1, A árvore da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TRUDA, Leonardo. (1934) A defesa da produção açucareira. Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Commercio.

VAZ, Getúlio. (1989) Agroindústria Alcooleira e Mercado de Trabalho: um estudo de caso no Sudeste de Goiás. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

VEIGA FILHO, Alceu de Arruda; SANTOS, Zuleima Alleoni Pires de Souza; VEIGA, José Eduardo Rodrigues; OTANI, Malmiria Norico; YOSHII, Regina Junko. (1994) Análise da Mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v.24, n.10, out. 1994.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. (2012) Trabalhadores no canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

VETTORASSI, Andréa. (2007) Partindo para a cidade garantida proibida. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs) (2007) Migrantes: Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiros (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, EdUFSCar.

VIEIRA, Cássio Leite. (2007) Pequeno manual de divulgação científica. Rio de Janeiro, Instituto Ciência Hoje.

VITA, Álvaro de. (1999), "Justiça Distributiva: A Crítica de Sen a Rawls". *Revista Dados*, vol. 42, nº 3.

WEBER, Max. (1981) A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba – 1982. In: SILVA, J. F. G.; STOLCKE, Verena. (orgs) (1981) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense.

WILLIAMS, Raymond. (1989) O Campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras.

WILKINSON, John. (1986) O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Editora Hucitec.

XAVIER, Glauber Lopes. (2010) Tempo-Espaço na vida cotidiana do “Bóia-Fria”. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

YIN, Robert K. (2005), Estudo de Caso; Planejamento e Métodos. 3º Edição. Porto Alegre: Bookman

YRMÃO, José Pedrosa. (2009) História de Carmo do Rio Verde – GO. Goiânia.

Anexo 1

Roteiro de entrevista:

Coloco abaixo o roteiro seguido na maioria das entrevistas:

Em regra, no início da entrevista, eu falava a data para ter o registro, deixava gravado que iria gravar e que o trabalhador estava ciente disso. E dava início as seguintes perguntas:

P.: Qual seu nome?

P.: Você nasceu onde?

P.: Você estudou até que ano?

P.: Você pensa em voltar a estudar?

P.: Com quantos anos você saiu de sua região de origem?

P.: Qual razão de você ter saído de sua região de origem?

P.: Como era emprego em sua região de origem?

P.: Na sua cidade, você morava na área urbana ou na área rural?

P.: Seu pai era branco, negro, pardo?

P.: Sua mãe era parda, negra, branco?

P.: Você se considera negro, branco, pardo?

P.: Você mora sozinho?

P.: Você é casado?

P.: Tem filhos?

P.: Sua família veio com você?

P.: Sua família ficou em sua região de origem sozinha?

P.: Você volta para sua região sempre ao fim da safra?

P.: Faz quanto tempo que você está em Carmo do Rio Verde?

P.: Aqui é alugado?

P.: Como você veio trabalhar em Carmo do Rio Verde?

P.: Em que atividade você trabalha?

P.: Você é efetivo ou safrista?

P.: Qual é sua profissão?

P.: O que você acha do termo boia-fria?

P.: A quanto tempo você trabalha nessa atividade?

P.: Antes, você já trabalhou em quais atividades?

P.: Como é sua rotina no trabalho?

- P.: Qual material de proteção individual você usa?
- P.: Sua esposa trabalha?
- P.: Sua esposa acorda cedo para fazer a comida para você?
- P.: O que você leva geralmente para comer?
- P.: Você já passou mal trabalhando?
- P.: Você toma o “sorinho” que a firma dá?
- P.: Você gosta de cortar cana?
- P.: Qual é sua turma?
- P.: Quem é seu fiscal?
- P.: Como é a distribuição dos cortadores no eito?
- P.: Em que posição você está?
- P.: Você também compete?
- P.: Você está ganhando quanto por quinzena?
- P.: Esse ano, como está o salário comparado ao ano passado?
- P.: Por que esse ano estão pagando menos que no ano passado?
- P.: Você acha justo o que pagam no seu trabalho?
- P.: Já viu greve?
- P.: Você participa de greve?
- P.: Com a mecanização, você conhece alguém que já foi mandado embora?
- P.: Se você pudesse escolher, onde você trabalharia?
- P.: Se você pudesse, você deixaria o trabalho no corte?
- P.: Você acha que essa usina trata o trabalhador melhor do que as outras?
- P.: Você pensa em outro trabalho para futuro?
- P.: Você acha que a cana destrói o físico da pessoa?
- P.: O que você acharia se seu filho fosse cortar cana?
- P.: Você pensa em sair de Carmo do Rio Verde?

Anexo 2

Abaixo a transcrição completa de uma das entrevistas realizadas.

P.: Estou aqui, 14/07/2015. Vou fazer uma entrevista, ele sabe que vou gravar. Vou perguntar algumas coisas, se não quiser responder, ele não responde. Ele também sabe que vou usar esses dados depois, preservando os dados na minha dissertação. Você podia falar seu nome para gente?

R.: (O trabalhador responde o nome, mas não irei revelar para preservar a identidade do trabalhador).

P.: Quantos anos você tem?

R.: 23 anos.

P.: 23 anos? Você é casado, solteiro?

R.: Casado há 4 anos e meio, quase 5 anos já.

P.: Ah, tem um tempinho. Sua esposa é daqui mesmo?

R.: É, minha esposa é daqui mesmo, só que eu sou da Bahia.

P.: Você é da Bahia?

R.: É.

P.: Você é de onde da Bahia?

R.: Jacobina.

P.: Jacobina, interior da Bahia?

R.: É, ali é interior.

P.: Você mora aqui faz quanto tempo?

R.: Eu tem 5 anos que eu moro aqui, que eu morava em Ceres, aí vim pra Ceres em Fevereiro, 2010, dia 4 de Fevereiro, e mudei para cá em Fevereiro de 2011, dia 03 de Fevereiro.

P.: Você foi para Ceres cortar cana ou não?

R.: Não, eu fui para Ceres trabalhar na clínica veterinária.

P.: Para clínica veterinária?

R.: Uhum.

P.: Mas você chegou em Ceres direto de Jacobina?

R.: Foi, vim direto de Jacobina para Ceres, eu vim com minha mãe, né, ela mora em Ceres, eu vim para trabalhar na clínica.

P.: Em Jacobina você fazia o quê?

R.: Em Jacobina eu trabalhava em fábrica de doce.

P.: Fábrica?

R.: Fábrica de doce, banana, goiaba.

P.: Entendi. E você morava na cidade mesmo lá em Jacobina?

R.: Interior.

P.: Interior, mas dentro da cidade?

R.: É, interior na cidade.

P.: Tá, não era na roça?

R.: Não.

P.: Entendi. E você saiu de lá com 18 anos?

R.: Uhum. Sai de lá tinha completado 18 anos fazia pouco tempo, em Novembro. Completei dia 15 de Novembro, saí de lá dia 03 de Fevereiro.

P.: Daí você saiu de lá, você lembra o porquê que você saiu, foi por causa da sua mãe aqui?

R.: Foi, é que minha mãe já morava aqui fazia um tempo, aí como eu morava lá passava mais tempo com a minha vó, aí resolvi passar um tempo aqui com minha mãe aqui no Goiás.

P.: Como que era, por exemplo, se você quisesse trabalhar lá, em questão de emprego?

R.: Para mim trabalhar lá, a questão de emprego era mais difícil que aqui.

P.: Pagam pouco?

R.: Pagam mais pouco e ali também era mais concorrido em vista daqui, aqui a quantidade de serviço aqui é mais.

P.: Entendi.

R.: Lá é muito pouco a oportunidade de serviço.

P.: Mais complicado mesmo?

R.: Lá é mais complicado.

P.: Isso foi uma das coisas que te fez pensar em vir para cá?

R.: Isso foi uma das coisas, mas de todas elas, a coisa que mais fez mais eu pensar de vim pra cá foi a minha mãe. Como minha mãe já morava para cá, a gente passava muito tempo longe, 2, 3 anos sem se vê.

P.: Daí você veio, ficou na casa da sua mãe lá?

R.: Daí fiquei na casa da minha mãe.

P.: Trabalhou na clínica veterinária lá um tempo. Quanto tempo?

R.: Trabalhei lá na clínica veterinária por 11 meses e 17 dias. Daí conheci a mulher aqui.

P.: Que era de Carmo.

R.: Conheci ela em Ceres.

P.: Conheceu ela em Ceres?

R.: Foi. Aí quando eu conheci ela lá em Ceres, aí a mãe dela já morava aqui em Carmo, né. Aí o Zé já me chamou pra trabalhar aqui na usina, falou que aqui na usina ganhava bem, pagava mais, aí foi quando eu resolvi sair lá da clínica. Falei lá para meu patrão que queria sair, e mudei pra cá.

P.: Antes você nunca tinha trabalhado com serviço da roça?

R.: Já tinha já.

P.: Já?

R.: Já, já tinha trabalhado com roçagem, pasto, feijão.

P.: Arroz?

R.: Arroz não. Feijão, milho, melancia, abóbora.

P.: Isso lá na Bahia?

R.: Isso lá no roçado mesmo.

P.: A terra era o quê? Era do seu pai, do seu avô?

R.: Era do, trabalhei no roçado do marido da minha tia, lá onde meu vô também trabalhou.

P.: Aí, entendi, então não foi uma coisa 100% nova, apesar de ser diferente.

R.: A única coisa diferente é que, eu nunca tinha visto um canavial desse tamanho igual esse aqui, né. Quando eu mudei pra trabalhar aqui a primeira vez, eu cheguei na roça e assustei com o canavial grande, eu olhava assim e pensava “será que eu vou dar conta?” mas quem tem opinião vai indo aí. Primeiro dia foi difícil, mas graças a Deus.

P.: Você já passou mal trabalhando, alguma coisa, já teve aquelas câimbras?

R.: Esse ano já tive câimbra, mas não foi nada tão sério não, mais nos dedos, na perna.

P.: Você toma aquele “sorinho”, que a firma dá ou não?

R.: Esse ali não, tomo não, é ruim demais.

P.: É ruim?

R.: Me recomendaram tomar dois, né, mas é difícil eu tomar, esse ano só no plantio, que no plantio força muito, agora na safra, quando começou a safra, já tá com 3

meses, eu acho, em 3 meses eu tomei soro duas vezes só. Aí depois disso eu não tomei não.

P.: Uma pergunta, seu pai mora na Bahia?

R.: Não, meu pai faleceu.

P.: Faleceu?

R.: Faleceu há um tempo já.

P.: Quando você era novo ainda?

R.: É, eu tinha uns 9 anos ainda.

P.: E sua mãe veio para cá?

R.: Aí minha mãe veio pra cá.

P.: Entendi. Sua mãe é branca, negra? E seu pai o que acha dele?

R.: Meu pai já era mais branco e minha mãe mais morena.

P.: Mais morena?

R.: É.

P.: E você, você acha que é que nem mais sua mãe ou mais seu pai?

R.: Não, mais claro que minha mãe, e mais escuro que meu pai.

P.: Entendi, misturou.

R.: Eu fiquei no meio.

P.: Ficou no meio. Isso é uma coisa só mais para saber. Se eu perguntasse para você assim, quê que você faz, se eu perguntar qual é a sua profissão, como você falaria para mim?

R.: Eu falaria cortador de cana.

P.: Cortador de cana?

R.: É.

P.: Trabalhador rural?

R.: É, trabalhador rural, quando quer saber profissão eu falo trabalhador rural, para corte de cana.

P.: O quê que você acha do termo boia fria?

R.: Ah, o termo boia fria... Em que sentido?

P.: Se, por exemplo, eu não estou fazendo isso, mas se chegasse alguém que não te conhecesse, assim, e falasse: "Você é boia fria." o quê que você acharia? Que o cara estava querendo te xingar, que estava... O quê que você acha? Porque eu sei que tem gente que não gosta e tem gente que não...

R.: É que depende do tom de voz da pessoa, que tem o tom de voz que é para ofender, e no outro que é só uma informação. Se fosse pra ofender já... Mas o boia fria eu encaro normal, vou dizer que é bom? Não é não.

P.: Você acha um termo ruim?

R.: É, é um termo muito ruim. Dizer que vou abraçar isso aí com...

P.: É. Eu estava conversando antes com o Zé, que já tem até muita experiência, e ele falou “não, hoje não tem que chamar desse jeito não, antigamente até que era justo... não, não é que era justo, mas é que, realmente era boia fria e água quente.” Agora não, né, todo mundo tem água...

R.: Água quase fria, que falar que todo dia tem água gelada lá na roça lá, eu digo que é mentira, porque água gelada você leva de casa, tem vez que a geladeira do ônibus estraga, demora uma semana lá pra arrumar, tem vez que a gente vai para perto aqui, que nem, sai da cidade aqui e vai aqui para perto da usina aqui, a água não gela, não dá tempo de gelar a água, aí é água quente.

P.: Morninha, né, não é quente? Natural.

R.: Natural.

P.: Entendi. Assim, só para saber, porque é bom que você, porque eu nunca trabalhei na roça, nada, então, o que você está falando para mim é a forma de eu entender como que é. Quantos... Você é da turma do Zé também?

R.: Não, da turma do mesmo que o Márcio.

P.: Quem é seu fiscal?

R.: Márcio.

P.: Ah, o Márcio?

R.: Aham.

P.: E como que é lá entre os cortadores? Ele é que nem... numera de 1, 2, 3, 4, 5, 6?

R.: É, ele numera dos melhores até os mais fracos.

P.: Você tá mais ou menos aonde aí?

R.: Eu que nem a gente brinca lá, né, eu jogo no titular.

P.: No titular?

R.: É.

P.: Tá nos 11 primeiros?

R.: Com a 8.

P.: E vocês compete, acha que rola competição para ver quem corta mais?

R.: Acontece, isso aí é frequente.

P.: Você já competiu?

R.: De vez em quando tem que competir senão perde a camisa, né. Porque quando libera a safra, primeiro dia é trocado, até cair na primeira semana, ali vai vendo quem vai ficar no lugar de quem, né, até estabilizar a tabela, até do melhor para o mais fraco.

P.: A primeira semana todo mundo está se matando para cortar?

R.: Todo mundo tá competindo ali, que... igual quando vai vendo o nível do cavalo, se eu corto muito ou se eu corto pouco, coloca o que corta muito para trabalhar lá na frente lá, atrapalha o colega lá.

P.: Se botarem um que corta pouco do seu lado atrapalha?

R.: Atrapalha muito.

P.: Ainda mais se a cana estiver caída, né?

R.: Se estiver caída pro lado já atrapalha demais da conta.

P.: Entendi. Como que é seu dia a dia assim? Você mora aqui você e sua esposa, né?

R.: É e meu menino.

P.: E seu menino. Só tem um?

R.: Só.

P.: Sua esposa trabalha ou não?

R.: Não.

P.: Aqui é, desculpa a pergunta, aqui é alugado?

R.: É, aqui é alugado.

P.: Você, como que é, sua esposa acorda de manhã para fazer a comida para você?

R.: É, ela acorda todo dia 4 horas da manhã ela está acordada, aí eu não levo comida esquentada para serviço não, única coisa é arroz, macarrão.

P.: Você leva geralmente o quê na comida?

R.: Arroz, macarrão, carne, eu gosto mais é de verdura.

P.: Você gosta mais de que verdura?

R.: Chuchu, beterraba, cenoura, batata tudo. Tem vez que eu troco a carne por uma verdura, é mais opcional.

P.: Não sei se você sabe, assim, na década de 70 tem um pessoal que já escreveu sobre isso, tem um pessoal que me contou também, antigamente era, que nem o Zé contou, era trocar comida pelo trabalho, era coisa pesado, hoje em dia, pelo menos de alimentação o dinheiro dá para manter a família na fartura, ou não?

R.: Dá, graças a Deus dá para manter. Vamos dizer que o básico, o suficiente, né, que nem às vezes, esse ano já tá sendo um ano ruim pra ganhar dinheiro.

P.: Uhum.

R.: Começou bom, só que agora o preço da cana caiu, vai diminuindo, aumentando o grau de dificuldade, tá aumentando mais ainda no serviço. Que antes você ganhava 50 reais até 8, 9 horas, agora pra ganhar 50 reais tá demorando o dia todo praticamente.

P.: Você tá ganhando quanto por quinzena, assim, mais ou menos nessa safra?

R.: Na média agora, na safra agora caiu mais, tá em torno de 950 na média.

P.: 950 a quinzena, né?

R.: É, botando tudo, no bruto, né.

P.: No bruto?

R.: Não, nela toda, assim, desde a primeira quinzena da safra até agora, já tá com 3 meses, desde o primeiro mês de safra até agora.

P.: Está menos que ano passado, você acha?

R.: Está menos que ano passado, eu tirei agora, quando começou estava bom, mas agora diminuiu.

P.: Agora uma pergunta, você que sabe, eu já escutei aqui uma história que tem gente que tira 2 mil por quinzena.

R.: Tem.

P.: Tem?

R.: Lá nas turmas tem um.

P.: Tira 2 mil na quinzena?

R.: Ele tira 2 mil na quinzena. O ano passado ele tirou, teve uma que ele tirou mais, tirou na faixa de 2.300.

P.: Mas é sempre ou é só de vez em quando?

R.: Não, de vez em quando, que sempre, sempre não dá não.

P.: É difícil, né?

R.: É impossível isso aqui, ao menos nessa usina aqui é impossível. Ele é o melhor que tem.

P.: Quem é?

R.: O Daniel, gato a jato.

P.: Eu já escutei o nome dele, mas eu nunca falei não. Já me falaram aí que...

R.: É o gato a jato, trabalha lá no setor M. Ele é o número 1 da turma.

P.: Falam que ele é o número 1 da região, né?

R.: Aqui na região ele é o melhor, ele e o irmão dele, o irmão dele perdia pra ele ainda.

P.: Ah é?

R.: O irmão dele foi embora ano passado, no final do ano.

P.: Você, com esse negócio da mecanização.... Aliás, antes, lá na Bahia você estudou lá, como é que era?

R.: Estudava, aí eu estudei até a 5ª série, que aí como minha mãe veio para cá, morava só eu e minha vó e meu primo, né, aí minha vó já idosa 65 anos já, não tinha como, só aposentadoria, a gente tinha que trabalhar para ajudar com as despesas da casa, né, aí parei de estudar.

P.: Aí trabalhava na roça lá?

R.: Aí trabalhava na fábrica lá de doce e na roça. Começava na fábrica de doce tinha dia que era 3 horas da manhã, parava 11h, 12h, tomava banho almoçava e ia pra roça. Que aí ajudava a ir mantendo um pouco as despesas.

P.: Tinha que ajudar nas despesas...

R.: Tinha que ajudar... Aí estudava à noite, só que aí, como cansava muito, não dava conta.

P.: Daí você terminou a 5ª série, e hoje você pensa em voltar a estudar?

R.: Penso demais.

P.: Mas é difícil conciliar, né?

R.: É difícil demais conciliar o serviço com... ainda mais agora com o corte de cana, cansa muito. Tem dia que eu chego do serviço eu mal tenho tempo de brincar com ele, quando ele tá na creche, assim agora está de férias, chega 5 horas, aí eu brinco com ele um pouquinho, e aí tem que descansar, senão...

P.: Você acorda 5 da manhã?

R.: 5h30min, eu levanto 5h30min.

P.: Aí vai para o ponto?

R.: Aí eu tomo café, tem vez que nem tomo café, ela já arrumou minha marmitta já aí eu vou pro ponto.

P.: Às vezes toma café no campo mesmo?

R.: É.

P.: Daí você corta até... Você come às 10h ou você come às 11h?

R.: Às 11h.

P.: Daí às 11h vocês param?

R.: Para 11h pra almoçar e começa 12h.

P.: Daí o fiscal fica olhando pra você bater o ponto lá?

R.: Ele fica com a máquina no ponto já na mão dele.

P.: Entendi. Daí vocês ficam lá até que horas? Até às 3h mais ou menos?

R.: Ah, fica nada, fica até 3h30, 4h, a gente tem o horário de sair do ponto que é 10 pras 6. Mas pra voltar não temos. Já cheguei em casa 4h30, 5h.

P.: Entendi. Você acha que o que pagam no seu trabalho é justo?

R.: Não, acho muito pouco, que nem eu falo direto com o frentista... Com o Bié?

R.: Com o Carlinhos, que dia que foi, quinta-feira eu saí da linha com o fiscal, eu discuti com o fiscal, com o frentista, quando a cana é ruim eles custa a dar o preço até mais tarde, o horário até 9h, já tem que dar o preço dele, uma vez que... Eles fala que deram o preço lá mas não deram, eles diz que falou, mas ninguém escuta eles falando, como que eles diz que falou, eu não escuto, para eles falou, né, por isso ganha muito pouco. Se você vai reclamar eles quer falar mais alto, e você tá estressado também, no sol quente, trabalhando estressado, acaba perdendo a linha que nem eu discuti com eles quinta-feira.

P.: E tomou algum gancho por causa disso?

R.: Não.

P.: Eles tentam relevar assim?

R.: O fiscal tenta relevar, o fiscal entende, entende que às vezes o preço tá fora do normal.

P.: Por que que esse ano você acha que tá dando menos que ano passado?

R.: Ah, não sei, uma hora falam que é crise, crise dos Sindicatos dos Trabalhadores, aí quando colocou agora o preço pra cima de 20 toneladas, tem que dar 20 mais para, vamos supor que coloca uma de 70 toneladas tão pagando ela de parece que 28, para ela aumentar tem que dar mais 20 toneladas.

P.: Se não der os 20 a mais, você tá trabalhando a mais e não tá ganhando.

R.: Se deu só 19 toneladas, por modo de 1 tonelada, o preço vai continuar o mesmo, abaixa, mas não aumenta.

P.: E aonde que eles pesam? Você já viu pesar?

R.: Não, eles não pesa, eles vai lá, olha o frentista, o frentista dá uma volta na cana, pega uma tabela que ele ainda, olha lá a tabela lá e dá o preço da cana. E eles fala que o preço é esse aqui, se quiser trabalhar, trabalha, se não quiser...

P.: Já teve greve desde que você tá aqui?

R.: Já, muita greve já, aqui perto da usina teve uma greve, ano passado teve uma greve lá no Barreiro, lá onde a gente trabalhou semana passada. Em 2011 teve uma greve, do tempo que eu estou aqui, em 2010 teve greve mesmo teve uma, que disse até que ia virar o carro do encarregado geral lá.

P.: Do Joaquim?

R.: Do Carlos.

P.: Entendi. Tá acabando já. Com esse negócio da mecanização aí, o quê que você... porque já diminuiu duas turmas esse ano, né?

R.: Diminuiu.

P.: Você tem algum amigo, algum colega que cortava que dispensaram ele?

R.: Não, deixa eu ver. Tenho não, aqui não.

P.: Uma pergunta que eu fiquei na dúvida, que eu acho que esqueci, você é efetivo ou é contrato?

R.: Contrato, já fui efetivo uma vez já, mas vazei fora.

P.: Entendi. Conseguiu? Porque é difícil, né?

R.: Não, eu que pedi conta. Afinal, eu não fui pedir conta totalmente, né, eu ia mudar daqui de Carmo pra Ceres, aí eu fui lá pedir transferência, porque lá em Ceres tem outra turma também.

P.: Tinha, né?

R.: Tinha, aí eu fui e pedi uma transferência pra ir para lá, aí eu falei “Ou, me dá uma transferência que eu estou indo para Ceres”, aí a Jaqueline falou que não estava dando transferência, e também não fazia acordo, né, aí eu “Ué, mas não estou pedindo pra ir embora. Aí ela falou “não, só estou falando”, aí eu “Ah, então dá baixa na minha carteira já que tá falando isso.” Foi quando eu fui embora.

P.: Aí depois no outro ano você foi contratado de novo?

R.: Aí no outro ano fui contratado de novo.

P.: Esse ano você trabalhou na colheita e agora, né?

R.: No plantio.

P.: No plantio e agora no corte?

R.: No corte.

P.: Se você pudesse escolher, qual trabalho você faria? Você gosta mais de trabalhar no corte ou gostava mais de trabalhar na clínica veterinária, ou na fábrica, assim, do que você já passou?

R.: Do que já passei...

P.: Ou no sítio...

R.: De tudo que eu já passei, na clínica veterinária, tenho certeza que se fosse para eu voltar pra trabalhar lá eu voltava trabalhar na clínica também é melhor, né, é mais maneiro, só que ganha mais pouco que aqui, né.

P.: Lá ganhava o quê, um salário mínimo assim?

R.: Ganhava um salário mas tinha dia que passava do horário, hora extra.

P.: Entendi. Mas, por exemplo, se conseguisse num escritório, alguma coisa assim, um ganho parecido com o que você ganha na cana, você preferia ficar na cana ou preferia ficar no escritório?

R.: Escritório do que a cana. A cana aí é opção.

P.: Que assim, tem gente que tem a cana por opção, porque ele fala: “Olha, prefiro trabalhar na cana, porque a cana não tem chefe enchendo o saco, e eu gosto.” Não é a maioria, mas tem gente que acha isso, tem gente que fala “tô aqui porque paga um pouquinho mais.” No seu caso, o que você acha?

R.: Eu tô aí porque paga um pouquinho mais, mas se eu tivesse a oportunidade de sair para outro serviço eu saía da usina, do corte de cana sem pensar duas vezes.

P.: Por exemplo, esse pessoal se tivesse a oportunidade de sair do corte para ser tratorista, dirigir caminhão e puxar cana?

R.: Eu saía, só pra sair do corte eu saía. Uma que o corte de cana, igual você fala, exige muito, você não pode parar a hora que você quer, na verdade você para, mas o fiscal vem encher o saco, frentista fica encarando ruim a pessoa, justamente você pode parar na hora que você quer, na hora que você fala: “vou parar agora” que você está parando, mas dizer que ninguém acha ruim, acha ruim, eles falam assim, eles até comparam essa usina aqui com a de Ituiutaba, eles falaram, se fosse em Ituiutaba quem fosse parar uma hora dessa tomava gancho, aí eles passa, mas ele não gosta não.

P.: Você acha que essa usina aqui, pelo que o pessoal fala, que você já escutou muito mais coisa que eu, essa usina aqui trata o pessoal um pouquinho melhor que outras por aí ou nem tanto?

R.: Nem tanto. Tem muitas coisas aí que é pra eles pagar e não paga, que nem... Tem o presidente do sindicato, que é o Gilmar, ele foi lá na roça antes do dia 5 para falar do reajuste que tinha que pagar...

P.: Sim.

R.: Esse ajuste ficou só na boca, que no papel, no contracheque não veio.

P.: Estou sabendo disso.

R.: Por esse lado aí também já começa por aí para ver o tanto que pesa.

P.: Você já conheceu o dono da usina?

R.: Nunca nem vi.

P.: Se passar na sua frente você não sabe quem é?

R.: Se passar na minha frente eu não sei quem é, eu podia tá conversando com ele aqui agora que eu não saberia que é ele.

P.: Haha, não sou eu não. Quem que você conhece da usina assim que você fala: “sei quem é.”? Assim, você falar seu chefe é o Márcio, depois do Márcio tem o Carlinho e o Bié, né?

R.: É, tem o Carlinho o Bié, tem o Lucas, tem o Carlão que eu conheço, tem o Joaquim, eu vi o Joaquim meio de longe, não sei se ele passar aqui agora se eu vou saber que é esse, se ele estiver com alguma coisa da usina. A Marcilene.

P.: Marcilene?

R.: É.

P.: São esses que você conhece?

R.: É, são esses.

P.: Em geral eles tratam os trabalhadores bem, o que você acha? Alguns sim, outros não?

R.: Trata, trata bem... Uma coisa que eu acho bom é o jeito de tratar, mas tem vez que também ultrapassa limite, igual teve uma vez lá que o Carlão chegou lá e ofendeu um trabalhador, falou que ele nasceu pra cortar cana e ia morrer cortando cana, né.

P.: Entendi.

R.: Foi quando tentaram virar o carro dele com ele dentro foi por causa disso. Chegou e falou para o trabalhador, chamou ele de chamou de burro, que nasceu para cortar cana e ia morrer cortando cana, não era que nem ele não, que ele estava no escritório com as canetas.

P.: Entendi. Você acha que acontece isso do pessoal denegrir o trabalho de corte da cana porque é um trabalho que exige muito esforço?

R.: É.

P.: Você acha que acontece isso frequentemente de outras pessoas também, tipo de outras pessoas aqui da cidade de... alguém já falou assim, ah, como se fosse superior porque trabalhava no escritório, ou alguma coisa assim, ou na usina?

R.: Isso aí é com frequência. Muita gente por ter uma posição melhor no serviço tenta colocar a pessoa para baixo, um tratorista até já tentou humilhar um cortador de cana já.

P.: Já?

R.: Isso é frequente. Fala assim, que ele não se suja de carvão.

P.: Entendi. Fazem piada assim.

R.: É, faz piada tentando ofender, mas a maioria das pessoas leva na...

P.: Ignora assim?

R.: É, ignora, deixa passar, né.

P.: O que você acha dessas piadas?

R.: Ah, eu acho muito ruim, que piada assim comigo eu me estresso rapidão, né, minha paciência é muito curta. Para mim não tem muita gracinha não que...

P.: Entendi. Só saber assim... No seu futuro agora, você pensando aí, como que você, que pelo que eu entendi você não gosta muito, assim você tá no corte mas...

R.: É, eu estou no corte por dinheiro.

P.: Quê que você pensa, assim, para sair do corte?

R.: Eu já falei pra esposa, eu já deixei o currículo lá na distribuidora de cerveja.

P.: Distribuidora de quê?

R.: Cerveja, da cevada. Muitos colegas já falou que lá eu vou ganhar mais pouco, mas é mais pouco, certo, mas eu vou esforçar menos.

P.: Sim.

R.: É só fazer entrega. Vou me esforçar bem menos, fazer menos força.

P.: Se tivesse que sair para um salário mínimo você sairia hoje?

R.: Não, um salário mínimo também o...

P.: Não dá?

R.: Não mantém a casa não.

P.: Não mantém a casa?

R.: Não, hoje em dia um salário mínimo não. Eu não mantenho minha casa com um salário mínimo não. Para mim manter minha casa hoje, graças a Deus, hoje em dia tá na faixa de R\$ 2.300,00, R\$ 2.500,00, já teve mês aqui até de R\$ 3.300,00.

P.: Entendi.

R.: R\$ 3.300, mas é sofrido.

P.: É, mas de 2 para 800 e pouco é difícil, diferença demais.

R.: Diferença demais da conta.

P.: Só para terminar aqui, está acabando. Você voltou pra Bahia depois que veio para cá?

R.: Não, tem 5 anos que eu não.

P.: Pensa em voltar?

R.: Penso em voltar esse lá ano, final do ano.

P.: Sua vó ainda é viva lá?

R.: É.

P.: Mas só para visitar sua vó?

R.: Só pra visitar minha vó. Minha mulher é daqui, ela foi lá esse ano agora.

P.: Morar lá você não pensa?

R.: Morar não compensa lá não.

P.: Entendi. E se der certo essa distribuidora você ano que vem não tá mais no corte?

R.: Ano que vem e nem esse ano mesmo.

P.: Esse ano mesmo?

R.: Se der certo agora, der e ligar aí e falar assim: “Olha, fazer entrevista hoje.”, vou lá e... Que aí eu teria mais tempo em casa, para ficar com meu filho, porque corte de cana, trabalho, vai e volta todo dia, mas chega cansado, tem dia que vou dormir 6h30 da tarde já tá dormindo já, acabado.

P.: O sol castiga, né?

R.: Tem dia que deitei aqui, foi esses dias, mês passado, deitei aqui e começou dar câimbra no dedo, no pé, e aí juntou tudo, e menino querendo brincar, e como é que brinca?

P.: Você acha que cana destrói o físico da pessoa?

R.: Destroí bastante. Uma coisa que com cana é só dor no corpo, nas costas, na perna, que nem aconteceu hoje.

P.: Isso foi hoje?

R.: Aham.

P.: No facão?

R.: Aham.

P.: Escorregou?

R.: Não, bateu na cana, enganchou naquela parte murcha da cana e veio direto na perna. Olha bem, dificilmente você vai bater na cana e vai desviar na cana, às vezes vem mais pra cima, vem pra cá, pra cá.

P.: Você já se machucou várias vezes?

R.: Graças a Deus, só essa.

P.: Só essa?

R.: Mais sério, né, que já teve esse arranhão com podão aqui, outro aqui.

P.: O podão, você usa o seu ou usa aquele que a empresa fornece?

R.: Meu, eu compro, por fora.

P.: Falaram que o podão da empresa não segura muito corte.

R.: Não, não segura não, eu estou com uns 7 podão que a empresa dá aí, e isso é porque eu não peguei mais. Eu falo pra eles que não precisa dar para mim não, que não presta, além de ser curto, ser mais estreito, trabalha, amolece muito o cabo, aí nós compra de um fornecedor aqui na cidade, nós compra com ele.

P.: Você trabalha com a botina, né, coturno, caneleira, mangote, chapéuzinho também.

R.: A touca.

P.: Usa um chapéu, o óculos. Você usa touca no rosto também ou só.

R.: Não, só aqueles que eles dá mesmo, só o boné que eles dá.

P.: Você passa protetor solar para trabalhar?

R.: Não, antes eu usava protetor, agora que eu parei de usar. É, passava e ia esquecendo, tinha vez que esquecia em casa, aí larguei de mão.

P.: É, eu sei como que é.

R.: Todo dia, aí esquece, esquece um dia, esquece outro, aí eu desanimei logo, deixei quieto.

P.: Eu acho que a gente falou quase tudo. Tem alguma coisa que você acha que seria interessante falar? No seu caso fica fácil de ver, mas você não quer seu menino corte cana de jeito nenhum?

R.: Não! Jamais, eu não quero nem que ele pense de falar assim: “Pai, quero entrar num canavial”. Eu vou falar: “Não, meu filho, não faça uma coisas dessas não, nem brinque com isso, isso não é de Deus não, corte de cana não é de Deus”. Às vezes, muita gente do corte de cana reclama do sol, sol aqui na rua é bom demais, quero ver o sol dentro do canavial, se aqui na rua tá achando que tá com 30º, lá dentro tá com 36 ou mais. Entra assim no canavial o calor é bem maior, o desgaste físico, água, demais da conta, resseca tudo. Então, igual eu falei pra ela o jeito é nós sair daqui que eu não quero ver meu filho cortando cana, nem de ver assim ele brincando de querer entrar na roça.

P.: Você pensa em sair de Carmo do Rio Verde também ou nem tanto?

R.: Daqui do Carmo penso, aqui em Carmo só tem essa usina só.

P.: Então é por isso que eu estava perguntando, que aqui não tem muita opção, né?

R.: Aqui a única opção é a usina, tem até essa loja ali, mas o pessoal manda embora.

P.: Paga pouco?

R.: Ali paga 1.100 e trabalha à noite, de dia é um salário, mais umas horas extra, mas mesmo assim só manda embora. Desde do dia que eu estou aqui só vejo mandar embora, lá já tem até a placa: “Não tem vaga”.

P.: Entendi. Então, tem alguma coisa que você acha que você queira falar, assim, que eu esqueci de perguntar, porque vocês sempre me ajudam aqui.

R.: Deixa eu ver se tem alguma coisa. Creio que não, que vem na minha cabeça, agora nada.

P.: Então tá, vou encerrar agora aqui. Agradecer pela colaboração aí, que você está ajudando muito. Deixar claro que vocês estão me ajudando e agradecer. Vou parar a entrevista aqui. Muito obrigado.

R.: De nada.